

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021



ΛCM

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021 ACM, I.P.

EDIÇÃO

NÚCLEO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS
GABINETE DE EVENTOS, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
RUA ÁLVARO COUTINHO N.º 14, 1150-025 LISBOA
218106100
RECURSOS.HUMANOS@ACM.GOV.PT

MARÇO DE 2022

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA	3
I. SUMÁRIO EXECUTIVO	5
II. NOTA INTRODUTÓRIA DO CONSELHO DIRETIVO DO ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES	8
III. QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	11
ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS E DESVIOS	17
IV. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	21
RECURSOS HUMANOS	22
RECURSOS FINANCEIROS	24
V. BALANÇO SOCIAL	32
VI. PLANO DE FORMAÇÃO	35
VII. PLANO DE ATIVIDADES – BALANÇO	38
DEPARTAMENTO DE APOIO E ASSISTÊNCIA MIGRATÓRIA (DAAM)	39
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, POLÍTICA MIGRATÓRIA E CAPTAÇÃO DE MIGRANTES (DRIPMCM)	61
NÚCLEO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (NRI)	64
DEPARTAMENTO DE APOIO À INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE (DAVD)	70
PROGRAMA ESCOLHAS (PE)	70
NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES CIGANAS (NACI)	74
EQUIPA DE PROJETO SOBRE DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS (EPDI)	84
NÚCLEO DE LIGAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES (NLA)	89
COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CICDR)	93
OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (OM)	97
OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS (OBCIG)	102
NÚCLEO DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS (NAIR)	107
GABINETE DE EVENTOS, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (GECI)	112
GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E PROTEÇÃO DE DADOS (GAIPD)	117
VIII. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	121
IX. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	123
X. MENÇÃO DE AUTOAVALIAÇÃO PROPOSTA	126
XI. CONCLUSÃO E PLANO DE MELHORIA	128
XII. ANEXOS	130

I.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) é um Instituto Público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações, designadamente na promoção da integração de imigrantes, pessoas refugiadas e comunidades ciganas, bem como na promoção da diversidade e combate à discriminação. De acordo com a sua missão, os objetivos estratégicos definidos por este Instituto Público, face ao contexto migratório conhecido, designadamente de reforço dos fluxos migratórios e compromissos de proteção internacional assumidos pelo Estado português, foram de continuidade, nomeadamente:

1. Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.
2. Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.
3. Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

Em 2021, O ACM, I.P., registou a nível da execução QUAR os melhores resultados de sempre no histórico das avaliações deste instituto público, com uma taxa de realização de 108,6%, com dois parâmetros, dois objetivos operacionais e quatro indicadores superados. Estes resultados, muito positivos, refletem também a consolidação de uma metodologia de trabalho interna para um acompanhamento regular e consistente à execução QUAR e o empenho de todas as unidades orgânicas envolvidas.

O ano 2022 terá como desafio, manter um desempenho de excelência apesar das novas demandas decorrentes do conflito na Ucrânia, situação que impacta diretamente o trabalho deste Instituto.

Destacamos algumas atividades implementadas ao longo do ano em análise, no sentido de aprofundar a abordagem ao que tem sido, na prática, a concretização da Missão do ACM, I.P.:

- A execução do I Plano Anual para a Igualdade que incluiu uma sessão de avaliação e balanço para elaboração do II Plano;
- A expansão dos Gabinetes de Apoio à Vítima, para o CNAIM Norte e o CNAIM Algarve, em parceria com a CIG e a APF, para uma resposta especializada a mulheres migrantes vítimas de violência e de práticas tradicionais nefastas;
- A abertura de um novo CNAIM, em Beja;
- O reforço ao nível do recrutamento para ocupação de postos de trabalho do mapa de pessoal do ACM, I.P.;
- As atividades desenvolvidas no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, nos temas diretamente relacionados com a atividade do ACM, I.P.;
- O processo de auscultação à sociedade civil no âmbito do PNIPGM;
- A manutenção dos processos de reinstalação e recolocação de pessoas no âmbito da proteção internacional e o reforço do acompanhamento a operações humanitárias, de acolhimento de emergência, no âmbito do acolhimento a cidadãos afegãos em risco, com desenvolvimento de novos procedimentos e métodos de trabalho nesta área de intervenção do ACM, I.P.;
- Criação do Gabinete de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa (GLPt);
- A aprovação de um projeto de cooperação com Cabo Verde: COOP4INT, *Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*, coordenada pelo ACM, I.P., e aprovada com o n.º ICMPD/2021/MPF/357-010, no ano de 2021, com um montante total de investimento de 1.532.558,68€ para as quatro entidades do consórcio (Alta Autoridade para a

Imigração de Cabo Verde, Instituto Politécnico de Bragança, ISCTE-IUL, ACM, I.P.);

- O lançamento da segunda edição dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, cujo objetivo principal consiste no acompanhamento aos municípios da 1.ª edição e o apoio à conceção de 6 novos PLICC;
- A aprovação do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025).

Presidente do Conselho Diretivo,



Sónia Pereira

Vogal do Conselho Diretivo,



José Reis

II.

NOTA INTRODUTÓRIA DO CONSELHO
DIRETIVO DO ALTO COMISSARIADO
PARA AS MIGRAÇÕES

Se o ano de 2020 trouxe um novo paradigma com o início da pandemia causada pelo vírus COVID-19, 2021 trouxe novas demandas que obrigaram a uma adaptação estratégica deste Instituto, no sentido de fazer face às mesmas. A necessidade de dar uma resposta adequada aos vários públicos abrangidos pela esfera de atuação do ACM, I.P., fez com que a pandemia representasse uma constante preocupação. Não obstante, outros cenários de intervenção mereceram igual atenção, designadamente, a nível internacional, a crise humanitária vivida no Afeganistão, a par dos requerentes e beneficiários de proteção internacional, acolhidos por via dos programas de reinstalação, mecanismos de recolocação e acordos bilaterais, incluindo menores não acompanhados, através do Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados, tendo, neste âmbito, sido efetuado um trabalho de extrema relevância.

O ano de 2021 veio demonstrar, uma vez mais, a importância da sociedade civil no apoio aos grupos mais desfavorecidos, designadamente, migrantes, portugueses ciganos e requerentes e beneficiários de proteção internacional. Tendo essa nota presente, em 2021 manteve-se um acompanhamento de proximidade às associações de imigrantes, refugiados e pessoas portuguesas ciganas, incluindo os mecanismos financeiros disponíveis através dos programas específicos para cada área, não esquecendo o foco numa cada vez maior capacitação e empoderamento destas associações, por via dos seus dirigentes, órgãos sociais e técnicos. Também a articulação com as restantes entidades do sector público e privado, bem como do poder local e central, demonstrou-se fundamental para alcançar este propósito comum, como poderá ser constatado ao longo deste relatório.

Salientamos ainda aprendizagem do Português como algo crucial para o processo de inclusão de pessoas migrantes e como, nesse sentido, em 2021 foi criado o Gabinete de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa (GLPt) que, de entre outras competências, assegura a articulação com entidades externas com intervenção direta ou indireta, no domínio do ensino/aprendizagem da língua portuguesa.

Não obstante as responsabilidades acima descritas, importa ainda reconhecer que foi dado o devido acompanhamento à execução do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações – Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019 – que, envolvendo várias áreas governativas, constitui o instrumento de política pública fundamental em matéria de integração e migrações. O mesmo se poderá afirmar em relação à implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, coordenada por este Instituto Público, sendo de salientar os contributos que serão dados para a construção da nova ENICC, que se prevê concluir em 2022.

Refira-se que em 2021 assinalaram-se os 20 anos de existência do Programa Escolhas, com grande envolvimento quer dos participantes, quer de individualidades que estiveram ou estão ainda ligadas a este importante instrumento de política pública.

Em 2021, o ACM, I.P., em estreita colaboração com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), implementou o seu primeiro Plano para a Igualdade, sendo o primeiro Instituto Público a ter esta iniciativa, sendo este considerado um exemplo de boas práticas internas.

Documento fundamental lançado em 2021 terá sido também o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 – Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025). Neste âmbito o ACM, I.P., e em particular a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), têm assumido um

papel fundamental na sua execução e no seu acompanhamento, algo que prosseguirá em 2022.

Não ignorando a evolução dos discursos que ganham cada vez mais voz na sociedade portuguesa, não podemos deixar de referir o trabalho realizado pelos Observatório das Migrações (OM) e pelo Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) na desconstrução de mitos e falsas perceções acerca dos migrantes e das pessoas portuguesas ciganas.

Durante o ano de 2021, o OM divulgou o Relatório do Asilo 2021 – Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal, bem como o Relatório Estatístico Anual 2021 – Indicadores de Integração de Imigrantes. Estes documentos contribuem para uma maior sensibilização da opinião pública para os contributos da imigração para Portugal, promovendo a reflexão e partilha do conhecimento sobre migrações.

O ObCig criou duas novas coleções no ano 2021, (1) a Coleção ObCig “Projetos e Práticas de Inovação Social” e (2) a Coleção ObCig Fact Sheets que servem igualmente o propósito acima descrito em relação às pessoas portuguesas ciganas.

A nível internacional o ACM, I.P., manteve a sua presença na Rede Europeia de Integração, garantindo a preparação dos contributos para esta Rede, bem como assumindo as demais representações junto de organizações internacionais, incluindo também o Conselho da Europa. A este nível sublinha-se, igualmente, o papel deste Instituto durante a Presidência Portuguesa da União Europeia.

Face ao acima exposto, poderemos afirmar que ao longo do ano de em referência, o ACM, I.P., teve a capacidade de transformar as diversas crises que foram surgindo em oportunidades para se reinventar, criar novas metodologias de trabalho, reforçar e criar novas redes de parceiros, tornando-se simultaneamente mais eficaz e eficiente nas respostas que se afiguraram necessárias em cada momento. Importará continuar a consolidar e robustecer este Instituto, nas várias vertentes, para que possa estar sempre à altura dos novos desafios que se impõem.

Presidente do Conselho Diretivo,



Sónia Pereira

Vogal do Conselho Diretivo,



José Reis

III.

QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E
RESPONSABILIZAÇÃO

Tendo os serviços da Administração Pública, nos últimos anos, assumido um compromisso progressivo de repensar as formas e estratégias de fazer cumprir as suas missões, quer a nível técnico como humano, com um crescente investimento na modernização administrativa e em políticas de gestão de recursos humanos atentas à importância deste sector para a prossecução dos objetivos estabelecidos, em 2021, veio este Alto Comissariado para as Migrações, I.P., na sequência das alterações impressas no seu planeamento de 2020, atuar numa ótica de continuidade, adaptando-se aos novos desafios e contextos trazidos.

De forma bastante evidente, a construção do QUAR 2021 viu-se profundamente influenciada pela experiência que 2020 nos trouxe. Em suma, a definição de objetivos no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., respeitou uma leitura atenta da conjuntura interna e externa, da experiência acumulado de anos anteriores e do que são as ambições para o futuro.

O principal objetivo foi e será sempre o de delinear uma estratégia orientada para a incrementação da eficiência, eficácia e qualidade na prestação de um serviço público que se tem posicionado com crescente relevância e como garantia da excelência governativa nas matérias que nos estão adstritas.

Para 2021, o ACM, I.P. optou, a nível dos Objetivos Estratégicos (OE) e Operacionais (OO), por manter as alterações inscritas na sequência da revisão COVID-19 efetuada em 2020, designadamente, a inclusão de 2 objetivos operacionais adicionais – OO5 e OO6 – que refletem o posicionamento governativo em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores, bem como de segurança e saúde no trabalho, reforçados no âmbito do Plano de Igualdade para este ACM, I.P.

PARÂMETRO EFICÁCIA
OE1 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: ASEGURAR SERVIÇOS ACESSÍVEIS, HUMANOS, INTEGRADOS, ALIADOS DOS/AS IMIGRANTES E CAPAZES DE GERIR A DIVERSIDADE
OO1 – Objetivo Operacional 1: Aproximar o ACM, I.P., dos/as seus/suas destinatários/as
OO2 – Objetivo Operacional 2: Promover a diversidade cultural
PARÂMETRO EFICIÊNCIA
OE2 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: PROMOVER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NA ÁREA DAS MIGRAÇÕES E DAS COMUNIDADES CIGANAS
OO3 – Objetivo Operacional 3: Garantir a boa gestão e execução dos recursos
PARÂMETRO QUALIDADE
OE3 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: CONSOLIDAR BOAS PRÁTICAS NO CONTROLO DE GESTÃO NAS ÁREAS DOS RECURSOS HUMANOS, DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
OO4 – Objetivo Operacional 4: Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público-alvos
OO5 – Objetivo Operacional 5: Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as
OO6 – Objetivo Operacional 6: Promover políticas de segurança e saúde no trabalho

Objetivos Estratégicos e Operacionais QUAR 2021

A nível dos indicadores, ainda que se tenha entendido pela manutenção de grande parte da estrutura do QUAR com o objetivo de analisar, em longevidade, o impacto, mais-valias e desafios das estratégias e metodologias de atuação e monitorização implementadas em 2020, foram impressas alterações residuais em relação ao ano transato, nomeadamente, com a criação de um novo indicador – *Indicador 10 – Atualização do Regulamento Interno de Horário de Trabalho do Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P.* – publicado no Diário da República n.º 211, 2.ª Série, de 3 de novembro de 2016, em consonância com as diretrizes governativas em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

O antigo *Indicador 4 – Prazo médio de pagamento a fornecedores e a projetos (em dias corridos)*, foi desagregado, passando a dois indicadores, nomeadamente, *Indicador 4 – Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos)* e *Indicador 5 – Prazo médio de pagamento a projetos (em dias corridos)*.

Por fim, concretizado com sucesso o indicador que previa a formação especializada de um/a técnico em matéria de segurança e saúde no trabalho, entendeu-se pertinente manter um indicador que afira a atuação do organismo neste âmbito, pelo que foi renovado o indicador, com a seguinte redação – *IND 11 Número de ações de sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho.*

Indicador 1	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P.	Somatório dos contactos de acompanhamento efetuadas junto das entidades que integram projetos ACM, I.P. Nestes são contabilizados como contactos, as reuniões de acompanhamento online (formato videoconferência), pedidos de relatórios, e deslocações físicas de pelo menos um dirigente ou técnico ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito.	5700
Indicador 2	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	Ponderação entre o n.º de horas de formação/sensibilização e o n.º de formandos presentes em cada ação de formação/sensibilização. Por formação e/ou sensibilização entendem-se as ações dinamizadas pelo ACM, I.P., ou em parceria, nas modalidades presencial e virtual, cuja vocação seja a de qualificar os formandos em termos relevantes para o seu desempenho	35 500

ou para as matérias inseridas na missão do Organismo.

Indicador 3	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Média simples que cruza a execução prevista de ações do PNIPGM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM, I.P., com as ações concretizadas.	100%
Indicador 4	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos)	Média simples.	35
Indicador 5	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Prazo médio de pagamento a projetos (em dias corridos)	Média simples.	10
Indicador 6	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Prazo médio de resposta às solicitações/ questões colocadas por e-mail	Meta calculada através de uma média simples. Para este efeito são contabilizados todos os e-mails recebidos nos endereços: informacoes@acm.gov.pt cnaim.norte@acm.gov.pt cnaim.lisboa@acm.gov.pt cnaim.algarve@acm.gov.pt	5
Indicador 7	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIM	Somatório das reclamações com fundamento da responsabilidade do ACM, I.P., apresentadas online e no livro amarelo. São contabilizadas as reclamações realizadas no livro amarelo e online que tenham fundamento e que sejam relativas a gabinetes da responsabilidade direta dos CNAIM.	7
Indicador 8	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT	Meta calculada através de uma média simples comparativa. Considera-se o tempo médio de espera de todas as chamadas realizadas para a Linha de Apoio a Migrantes e Serviço de Tradução Telefónica em comparação ao período homólogo.	00:05:00

Indicador 9	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
<p>Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar</p>	<p>Percentagem face ao total de trabalhadores em exercício de funções públicas. Garantir a autorização a, pelo menos, 12% dos trabalhadores à prática de regimes e modalidades de horário propiciadores de uma maior conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.</p>	<p>12%</p>
Indicador 10	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
<p>Atualização do Regulamento Interno de Horário de Trabalho do Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P., publicado no Diário da República n.º 211, 2.ª Série, de 3 de novembro de 2016, em consonância com as diretrizes governativas em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar</p>	<p>Somatório das alterações refletidas em sede de Regulamento Interno de Horário de Trabalho. Garantir a introdução, no Regulamento de Horário de Trabalho em vigor no ACM, I.P., de 3 alterações que promovam a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as nomeadamente: Crédito Horário – Atribuição do dia de aniversário – Atribuição de + 2 dias férias mediante avaliação de 3,9999 ou superior.</p>	<p>3</p>
Indicador 11	Metodologia de cálculo e Descritivo	Meta 2021
<p>Número de ações de sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho</p>	<p>Somatório das ações de sensibilização e formação interna realizadas, cuja temática seja a da Segurança e Saúde no trabalho. Garantir a realização de ações de sensibilização e formação dos/as trabalhadores/as do ACM, I.P., em matéria de segurança e saúde no trabalho, forma presencial e na modalidade <i>e-learning</i>, garantido desta forma a implementação das orientações governativas em matéria de segurança e saúde no trabalho bem como de modernização administrativa.</p>	<p>4</p>

Indicadores QUAR 2021

Relativamente aos pesos e ponderações foram, igualmente, mantidas as alterações resultantes da revisão 2020, efetuadas atendendo à necessidade de adaptação da atuação dos serviços a uma realidade limitada do ponto de vista do exercício e aos objetivos comuns de gestão dos serviços públicos, definidos no âmbito da Lei do Orçamento de Estado para 2020.

	Peso do Parâmetro	Peso do Obj. Operacional no Parâmetro	Peso Final de cada Obj. no QUAR	Obs. + Relevantes
EFICÁCIA	25%			
OO1 – Aproximar o ACM, I.P., das/os suas/seus destinatárias/os		30%	7,5%	
OO2 – Promover a Diversidade Cultural		70%	17,5%	*
EFICIÊNCIA	10%			
OO3 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos		100%	10%	*
QUALIDADE	65%			
OO4 – Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público-alvo. profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as		20%	13%	
OO5 – Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as		40%	26%	*
OO6 – Promover políticas de segurança e saúde no trabalho		40%	26%	*

Pesos e Ponderações QUAR 2020

Neste sentido, foram definidos como Objetivos Operacionais (OO) de maior relevância:

- O OO2 – *Promover a Diversidade Cultural*, com um peso relativo de 70% no parâmetro eficácia e um peso global no QUAR de 17,5%, cotação atribuída atendendo ao facto deste integrar o Indicador 3 – *Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas* – cuja concretização se encontra alicerçada no Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) e na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2018-2022), medidas do plano governamental que representam não apenas pilares centrais da missão do ACM, I.P., mas também referências, do ponto de vista da política pública, para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações, integração e comunidades ciganas, contribuindo para a execução do Programa Orçamental que é trimestralmente monitorizado através do REPO 02.
- O OO5 – *Garantir a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as*.
- O OO6 – *Promover políticas de segurança e saúde no trabalho* – em cumprimento do

disposto no artigo 18.º da Lei n.º66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, com um peso global atribuído igual ou superior a 50% ao conjunto dos objetivos projetados de acordo com as exigências constantes do artigo 25.º da LEO.

ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS E DESVIOS

Eficácia									Peso: 25.0
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/oss/os suas/seus destinatárias/os									Peso: 30.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P;		1485.00	5700.00	1425.00	8550.00	100	6728.0	100.0	Atingiu
Promover a Diversidade Cultural									Peso: 70.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual		12730.00	35500.00	8875.00	53250.00	40	33583.0	100.0	Atingiu
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades portuguesas ciganas	100.00	100.00	100.00	12.50	125.00	60	91.0	100.0	Atingiu

Avaliação QUAR, parâmetro eficácia
Fonte – plataforma GEADAP

Procedendo a uma análise dos índices de concretização por parâmetro, partimos do parâmetro eficácia, com um peso de 25% e que integra na sua composição o OO2, assinalado como um dos objetivos operacionais de maior relevância, que encerrou o ciclo com a classificação de – Atingido – (25%).

Relativamente aos indicadores 1 – Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P., e 2 – Volume de horas de formação/sensibilizações ministradas (a terceiros) nas modalidades presenciais e virtual, importa salientar que estes foram monitorizados de forma criteriosa tendo-se verificado, no decorrer do ciclo de gestão, a necessidade de realização de um pedido de reformulação das metas correspondentes aos mesmos, para valores superiores ao previsto.

Não obstante, quer a execução em termos do número de contactos de acompanhamento, como do volume de horas de formação ministrada a terceiros, correspondeu, aproximadamente, aos novos valores determinados o que culminou no encerramento do ciclo com a classificação de – Atingido – para ambos os indicadores.

Quanto ao Indicador 3 – Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades portuguesas ciganas, onde se insere a ENICC e o PNIPGM, cumpre informar que a execução da ENICC foi na ordem dos 88,89% sendo que as metas previstas foram concretizadas à exceção da meta referente ao “n.º de projetos de Associações representativas de pessoas ciganas (ARPC) aprovados” e à meta do “n.º de ações de formação

dirigidas a ARPC no âmbito do PAAC”, uma vez que o Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC), só foi lançado a 20 de dezembro. Das medidas concretizadas, importa sublinhar o envolvimento de mais de 4000 crianças, jovens e familiares ciganos abrangidos por projetos do Programa Escolhas, bem como o n.º de ações de formação e sensibilização sobre história e cultura cigana, destinados a profissionais da segurança social e profissionais de proteção de crianças e jovens. Relativamente ao PNIPGM, o resultado alcançado é de 93,33% dado uma das medidas, a medida 62, não se encontrar concluída. Portanto, foram cumpridos 14 indicadores dos 15 previstos para 2021.

Assim, este indicador encerra o ciclo com uma execução de 91%, nos 100% definidos como meta.

No cômputo geral, todas as metas definidas para os indicadores deste parâmetro foram atingidas com sucesso.

Eficiência

Peso: 10.0

Garantir a boa gestão e execução dos recursos									Peso: 100.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos)			35.00	3.00	26.00	25	35.0	100.0	Atingiu
Prazo médio de pagamento a projetos (em dias corridos)			10.00	1.00	7.00	25	8.0	116.7	Superou
Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail (em dias corridos)		15.00	5.00	1.00	2.00	50	1.0	133.3	Superou

Avaliação QUAR, parâmetro eficiência

Fonte – plataforma GEADAP

No que concerne ao parâmetro eficiência, com um peso de 10%, a avaliação global é bastante positiva, tendo o mesmo encerrado o ciclo com uma classificação de – Superado – (12%) resultante da superação na concretização de dois dos três indicadores que compõem este parâmetro.

Realça-se o facto de todos os indicadores deste parâmetro serem de incremento negativo, o que permitiu que, ainda que tenham sido estabelecidas metas ambiciosas mas realistas, consonantes com a experiência de anos anteriores, os resultados verificados, ainda que distantes do planeado, superaram todas as expectativas e traduziram-se numa avaliação bastante positiva.

Neste sentido, sublinha-se a eficiência no processo de resposta aos contactos de clientes por e-mail, contabilizados no indicador – Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail, que, aquando do estabelecimento de metas se previu ter uma tendência crescente face ao contexto pandémico e consequente aumento da utilização das ferramentas digitais na prestação do serviço público.

Qualidade
Peso: 65.0

Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público alvo.									Peso: 20.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	8.00	7.00	7.00	1.00	5.00	50	1.0	175.0	Superou
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT (em minutos)M/STT		5.00	5.00	1.00	3.00	50	3.1	123.5	Superou
Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/ass/as trabalhadores/as									Peso: 40.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Porcentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar		10.00	12.00	1.00	16.00	50	12.0	100.0	Atingiu
Atualização do Regulamento Interno de Horário de Trabalho do Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P., publicado no Diário da República nº 211, 2ª Série de 3 de novembro de 2016 em consonância com as direttrizes governativas em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar			3.00	1.00	5.00	50	3.0	100.0	Atingiu
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho									Peso: 40.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de ações de sensibilização de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho			4.00	1.00	6.00	100	4.0	100.0	Atingiu

Avaliação QUAR, parâmetro qualidade

Fonte – plataforma GEADAP

O terceiro e último parâmetro, o de Qualidade, com um peso de 65% na ponderação total, é o parâmetro que acolhe dois dos três objetivos operacionais de maior relevância, o que lhe atribui uma posição relevante para a avaliação global do serviço no âmbito do QUAR.

Este parâmetro, conforme no parâmetro eficácia, apresentou um nível de concretização das metas que superou as expectativas pré-estabelecidas, com uma avaliação global fixada nos 70,9%, valor que se posiciona acima do peso estabelecido (65%), resultante do facto de dois indicadores pertencentes ao mesmo, inseridos no *Objetivo Operacional 4 – Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público-alvo*, os indicadores 7 e 8, encerrarem o ciclo com a classificação de – Superado –.

Importa mencionar que, relativamente ao Indicador 7, a expectativa aquando da construção do QUAR 2021 seria um aumento das reclamações face às profundas alterações na forma de prestação dos serviços ao cliente, não obstante, analisadas as reclamações com fundamento da responsabilidade do CNAIM, verificou-se um nível de satisfação superior ao expectável, com as equipas organizadas de forma a não colocar em causa o normal funcionamento dos serviços.

De igual modo, no que concerne ao Indicador 8, entende-se a superação da meta estabelecida como resultante do esforço das equipas em garantir o melhor, mais completo e célere serviço aos clientes que procuraram os CNAIM.

Avaliação Final		
Eficácia	25.0	Atingiu
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/oss/os suas/seus destinatárias/os	30.0	Atingiu
Promover a Diversidade Cultural	70.0	Atingiu
Eficiência	12.0	Superou
Garantir a boa gestão e execução dos recursos	120.9	Superou
Qualidade	70.9	Superou
Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público alvo.	29.9	Superou
Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/ass/as trabalhadores/as	40.0	Atingiu
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho	40.0	Atingiu
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL		NOTA FINAL
108.6		

*Avaliação Final QUAR
Fonte – plataforma GEADAP*

Numa perspetiva global poderá concluir-se que a execução QUAR 2021 apresentou os melhores resultados de sempre no histórico das avaliações ao Alto Comissariado para as Migrações, I.P., com uma taxa de realização de 108,6%, com dois parâmetros, dois objetivos operacionais e quatro indicadores superados.

Estes resultados, francamente positivos, refletem, uma vez mais e a par do exercício nos anos transatos, a importância atribuída a este quadro de avaliação, a ambição em fazer mais e melhor e a determinação em trabalhar em conjunto para garantir um serviço público de qualidade e à altura dos beneficiários e parceiros que nos procuram.

IV.

AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE
RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

RECURSOS HUMANOS

O surgimento da COVID-19 e a consequente situação de isolamento impôs às organizações o desafio de manter o seu funcionamento com a maioria ou totalidade das equipas em teletrabalho.

O ACM, I.P., viu-se impelido a colocar mais de 150 trabalhadores em teletrabalho, transformando as velhas rotinas em novas dinâmicas, o que significou, não apenas a alteração de regras pré-estabelecidas de trabalho, como horários e tarefas desenvolvidas por cada equipa, mas também a alteração dos meios, desde a transição para uma maior utilização de ferramentas digitais de trabalho e comunicação, que passam de importantes a indispensáveis.

A utilização destas novas ferramentas e instrumentos, desde o teletrabalho ao uso de plataformas de comunicação e de formação *online*, representam uma nova realidade, implementada em reação à pandemia da doença COVID-19, mas que veio para ficar.

O ano 2021 representou um ano em que o Núcleo de Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos (NGARH) teve a maior das tarefas em tempos de pandemia, a realização de um reforço significativo das unidades orgânicas e núcleos, para fazer face quer à perda de pessoal ao longo de 2020 quer às necessidades resultantes do dinamismo e atividades desenvolvidas por este Instituto.

Assim, foram lançados, 10 procedimentos de recrutamento via Bolsa de Emprego Público, dos quais cinco representaram procedimentos de recrutamento por mobilidade e cinco representaram procedimentos concursais comuns.

Importa salientar que, no ano em referência, todos os avisos lançados para abertura de procedimentos concursais previam a constituição de reservas de recrutamento que permitiriam que, a qualquer altura que a necessidade assim o revelasse, fossem acionados candidatos/as não selecionados/as, porém, bem colocados nas listas de ordenação final, para ocupação de postos adicionais de trabalho. Este recurso permitiu ao ACM, I.P., colmatar de forma rápida e eficaz, necessidades adicionais de recrutamento.

A par dos recrutamentos no seio da Administração Pública, foram ainda lançados vários procedimentos de recrutamento junto das Associações parceiras para recrutamento de mediadores/as socioculturais.

Ao todo, em 2021, foram integrados 56 novos/as trabalhadores/as com recurso a figuras legais como a Mobilidade Estatutária, Mobilidade Intercarreiras, Mobilidade Interna, Procedimentos Concurais, Cedências de Interesse Público, Procedimentos Concurais Centralizados, Comissões de Serviço e Protocolos de Mediação.

As Unidades Orgânicas, equipas, núcleos que se viram reforçadas ao longo do ano em referência foram, o GECl, os CNAIM Lisboa, Norte, Beja e Algarve nas suas várias valências, o NLA, o NGARH, o NACI, o NGF, a EPDI, a CICDR, a EFAF, o DAIVD, o NG OI POISE, o NAIR, o NRI, o DAAM, o NASACD e o PE.

A 31 de dezembro de 2021, o serviço apresentava um total de 173 efetivos com contrato de trabalho em funções públicas e 34 funcionários sob o vínculo da mediação sociocultural, com contratos de trabalho a termo incerto, alicerçados a protocolos de cooperação, o que representa um total de 207 trabalhadores/as em funções permanentes no Alto Comissariado para as Migrações, I.P., em 2021, ou seja, um aumento de 30 recursos comparativamente ao detido a 31 de dezembro de 2020.

Apesar do significativo aumento do mapa de pessoal face ao ano transato, a manutenção de necessidades de recursos humanos face ao volume de trabalho verificado impulsionou a que no âmbito da preparação dos instrumentos de gestão 2022, fosse solicitada autorização à Secretaria de Estado para a Integração de Migrantes (SEIM), Cláudia Pereira, para o alargamento do mapa de pessoal em mais 16 técnicos superiores, o que totalizaria uma passagem de 178 para 194 postos de trabalho.

Recursos Humanos				
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Técnico Superior *	12.0	1512.0	1572.0	60.0
Assistente Técnico *	8.0	184.0	128.0	56.0
Assistente Operacional *	5.0	25.0	15.0	10.0
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0	60.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0	288.0	.0
Especialista de Informática	12.0	24.0	12.0	12.0
Técnico de Informática	8.0	8.0	8.0	.0
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:				
	31/12/2020	31/12/2021		
	144	173		

Cálculo de Recursos Humanos em Termos de UERH

Fonte – plataforma GEADAP

Em termos de orgânica, em 2021, foram ainda extintos e criados núcleos, numa ótica de melhoria da estrutura organizacional face à missão deste Instituto e seguindo o princípio da otimização de competências e recursos, nomeadamente:

- Extinção do Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI), em 19 de março;
- Criação do Núcleo de Gestão para o Organismo Intermédio do PO ISE, da Equipa de Fundos e Apoio Financeiro, em 1 de março.

RECURSOS FINANCEIROS

Orçamento do ACM, I.P.

A publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2021 (Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro) conduziu na sua redação à utilização condicionada das dotações orçamentais utilizando o instrumento da cativação que originou que dotações disponíveis, em particular para a aquisição de bens e serviços, estivessem deficitárias no Orçamento do ACM, I.P.

Este impacto teve consequências no cumprimento do Plano de Atividades e na gestão corrente do ACM, I.P. O orçamento teve um cativo total no montante de **318.024€** que representa **11,83%** do orçamento das receitas de impostos e transferências de receitas próprias entre organismos.

Estes constrangimentos orçamentais foram ultrapassados com o recurso ao pedido de descativos e à aplicação em despesa de saldos transitados de Fundos Comunitários para assim possibilitar o cumprimento dos encargos assumidos com as políticas públicas e com as metas QUAR. O orçamento foi ainda influenciado pela transferência da dotação centralizada destinada à contrapartida pública nacional de projetos desenvolvidos por entidades da sociedade civil cofinanciados pelo FAMI (nos termos do n.º 6 do artigo 8.º da LOE 2020).

Importa referir que o orçamento do ACM, I.P., para o ano 2021 teve um ligeiro decréscimo de 47.599€ face ao orçamento de 2020 (-0,3%).

ORÇAMENTO ACM, I.P. 2020 | 2021

Fonte de Financiamento	OE Inicial 2020	OE Inicial 2021	Variação	
Receitas de Impostos	5.521.934 €	5.627.153 €	105.219 €	1,9%
Transferências de RP entre Organismos	2.943.280 €	2.925.000 €	- 18.280 €	-0,6%
Financiamento da UE	9.824.474 €	9.689.936 €	- 134.538 €	-1,4%
TOTAL	18.289.688 €	18.242.089 €	- 47.599 €	-0,3%

Orçamento ACM, I.P. – 2020-2021

Em 2021, a receita comunitária foi orçada em 9.7M€ tendo sido transferido o valor de 12.7M€ o que representa um acréscimo de aproximadamente 76% face ao valor previsto.



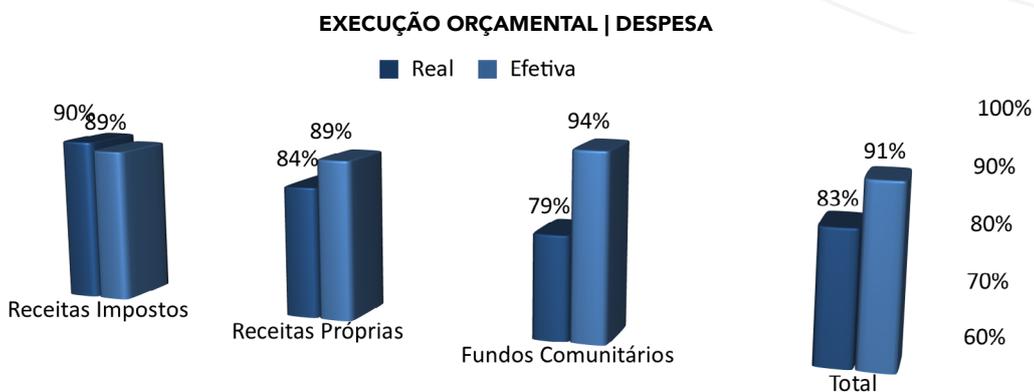
Este acréscimo deve-se essencialmente à transferência de *lump-sums* do FAMI pelo SEF para o ACM, I.P., para financiamento das entidades de acolhimento de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional, chegadas a Portugal através dos Programas de Recolocação e Reinstalação.

Por forma a dar cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros n.º 166/2021, de 10 de dezembro, que aprovou o quadro de financiamento para operacionalização da operação humanitária respeitante a cidadãos afegãos em situação de risco pertencentes a comunidades e grupos vulneráveis, foi autorizada a aplicação em despesa do montante de 6.400.000,00€ (seis milhões e quatrocentos mil euros) por contrapartida no saldo de receitas próprias de 2020 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Deste modo foi solicitado e aprovado um crédito especial no montante de **2.230.830€**, permitindo o pagamento dos encargos com a operacionalização da operação humanitária respeitante a cidadãos afegãos em situação de risco pertencentes a comunidades e grupos vulneráveis.

Apesar dos constrangimentos acima identificados terminámos 2021:

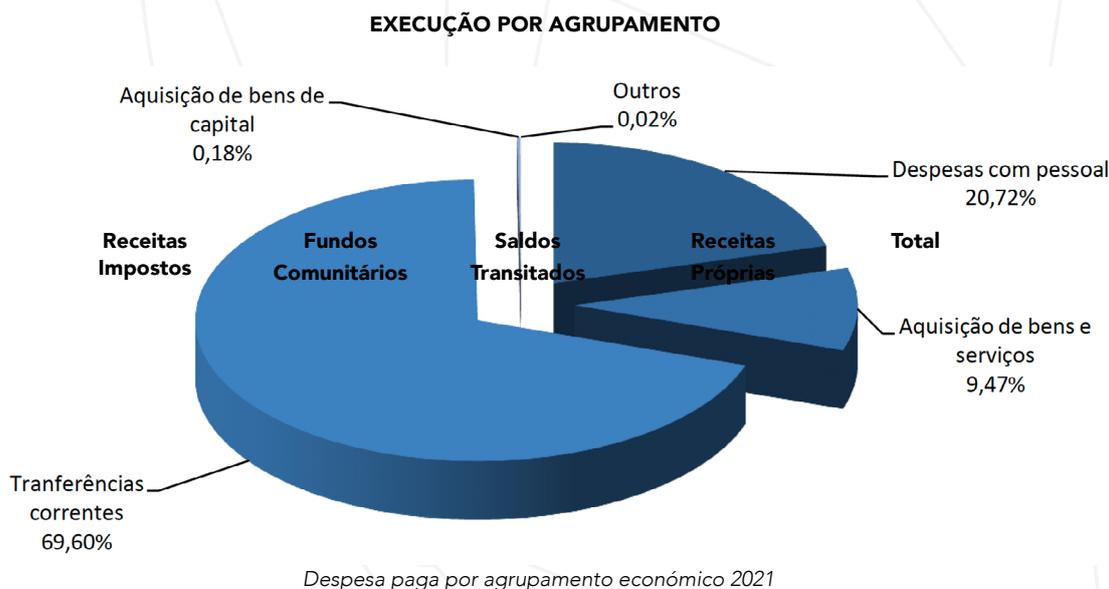
√ Taxa de execução de 91% (vs receita arrecadada) e taxa de execução orçamental de 83%.



Execução orçamental 2021 Real vs Efetiva

Salientando o cumprimento dos indicadores 4 e 5, referentes ao *Objetivo Operacional 3 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos – QUAR 2021*, “Prazo de pagamento a fornecedores”, nos 35 dias e “Prazo de pagamento a projetos” nos 8 dias.

Ao nível de despesa paga por agrupamento económico em comparação com o ano transato verificou-se um acréscimo de 16% em despesas com pessoal, de 18% em aquisições de bens e serviços e de 60% nas transferências correntes, em resultado do acima mencionado.



Autoridade Delegada do FAMI

No quadro das competências, direitos e obrigações delegadas, em 2021 o ACM, I.P., continuou a assumir a função de Autoridade Delegada do FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração) no âmbito do Objetivo Específico 2 – Integração/Migração legal. Este Objetivo Específico pretende dar resposta a três Objetivos Nacionais (Objetivo Nacional 1 – Migração Legal, Objetivo Nacional 2 – Integração, e Objetivo Nacional 3 – Capacidade), previstos no respetivo Programa Nacional, e conta com uma dotação global de 18.097.918,50€.

Em 2021, no âmbito do exercício destas funções, o ACM, I.P., publicou cinco Avisos, tendo analisado 61 candidaturas, das quais aprovou 51, com um montante total de Fundo FAMI de 4.080.452,58€, conforme sintetizado no quadro seguinte:

Aviso	N.º	Dotação do Aviso	Data de publicação	Prazo de submissão candidatura	Candidaturas recebidas	Montante de Fundo Solicitado	Candidaturas aprovadas	Montante de Fundo Aprovado (montantes não executados)
Menores Estrangeiros Não Acompanhados	94/FAMI/2021	2.000.000,00 €	13/maio/21	15/junho/21	8	1.059.039,93 €	8	950.970,83 €
(MENA) – OE2 – ON2 Estudos – OE2 – ON3	95/FAMI/2021	500.000,00 €	13/maio/21	15/junho/21	8	505.496,99 €	6	326.277,55 €
Migração Legal – OE2 – ON1	96/FAMI/2021	350.000,00 €	13/maio/21	15/junho/21	5	353.974,14 €	4	274.479,13 €
Integração através de Ações da Sociedade Civil – OE2	97/FAMI/2021	1.000.000,00 €	01/junho/21	05/julho/21	34	2.864.163,25 €	27	1.978.865,33 €
– ON2 Concção e Implementação de PMIM e outras iniciativas – OE2 – ON2	98/FAMI/2021	700.000,00 €	13/julho/21	04/agosto/21	6	609.570,00 €	6	549.859,74 €
		4.550.000,00 €			61	5.392.244,31 €	51	4.080.452,58 €

Avisos publicados pelo ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do FAMI, em 2021

Durante o ano de 2021, o ACM, I.P., analisou em pedidos de adiantamento/reembolsos/saldos um montante de Fundo FAMI de 5.788.923,10€ e efetuou pagamentos às entidades beneficiárias no valor de 3.682.368,51€.

Foram realizadas 42 visitas de controlo no local a projetos de entidades beneficiárias, bem como concluídos os respetivos relatórios de visita.

De assinalar ainda a dinamização de 12 sessões de esclarecimentos (cinco para potenciais entidades beneficiárias, relativas a cada um dos Avisos de candidaturas abertos em 2021, visando facilitar o processo de correta apresentação e submissão de candidaturas; cinco para entidades com projetos aprovados – visando facilitar o processo de submissão e reporte de despesas e de indicadores; e duas também para entidades com projetos aprovados visando alertá-las para regras essenciais em matéria de contratação pública).

ACM, I.P., Beneficiário

Enquanto beneficiário de Fundos Comunitários, o ACM, I.P., executou e concluiu as seguintes candidaturas no ano de 2021, tal como se pode verificar no quadro seguinte:

Designação da Operação	Custo Total Aprovado	Apoio Total Aprovado	Custo Total Apresentado 2021	Custo Total Validado 2021	Custo Total Validado 2018-2021
POR Lisboa – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM Lisboa)	4.019.165,27€	2.009.582,64€	637.572,24€	637.572,24€	3.675.136,83€
POISE – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM Norte)	1.645.181,02€	1.398.403,87€	302.935,17€	298.153,12€	1.320.312,33€
CRESC Algarve – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM Algarve)	607.140,28€	485.712,22€	155.141,68€	125.491,29€	602.630,71€

Operações concluídas pelo ACM, I.P., enquanto entidade beneficiária

As três candidaturas relativas aos CNAIM estiveram em execução durante o primeiro semestre do ano de 2021, terminando a sua execução no mês de junho. Face ao exposto, foram desenhadas e submetidas novas candidaturas para assegurar as atividades inerentes aos CNAIM, sendo que passaram a tratar-se de quatro candidaturas devido à implementação de um novo CNAIM em Beja. Neste sentido, as novas candidaturas já aprovadas têm um período de execução entre julho de 2021 a junho de 2023.

O ACM, I.P., enquanto entidade beneficiária detém mais projetos em execução durante o ano de 2021, tal como pode ser constatado de seguida.

Designação da Operação	Custo Total Aprovado	Apoio Total Aprovado
POR Lisboa – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM Lisboa)	2.743.698,27€	1.371.849,14€
POISE – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM Norte)	1.177.551,07€	1.000.918,41€
POISE – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM Beja)	372.068,94€	316.258,60€

CRESC Algarve – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM Algarve)	675.152,52€	540.122,02€
PO ISE – Campanhas e ações de sensibilização pela diversidade e contra a discriminação	352.000,01€	299.200,01€
PO ISE – Assistência Técnica OI PO ISE	825.531,34€	701.701,64€
SATDAP – Capacitação da Administração Pública – SAMA 2020	607.794,06€	346.138,71€
Assistência Técnica – FAMI	1.148.712,04€	1.148.712,04€
Local Roma Integration Plans 2	124.276,18€	89.478,40€
ICMPD – Migration Partnership Facility – Coop4Int	1.532.558,68€	1.446.989,99€

Operações em execução pelo ACM, I.P., enquanto entidade beneficiária

Relativamente ao projeto Assistência Técnica do FAMI, que decorre das funções do ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada no contexto do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), com a corresponsabilidade pelas funções de gestão técnica, administrativa e financeira, bem como pela avaliação dos projetos do FAMI, em conformidade com o disposto no Programa Nacional e de acordo com o estabelecido no Contrato de Delegação de Competências celebrado, foram submetidos e integralmente aprovados pedidos de reembolso, com um montante total de 326.543,81€.

No que concerne às candidaturas internacionais destaca-se o Local Roma Integration Plan 2, a mesma recebeu um adiantamento de 80% a fim de iniciar a execução do projeto e a candidatura Coop4Int – *Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*, coordenada pelo ACM, I.P., e aprovada com o n.º ICMPD/2021/MPF/357-010, no ano de 2021, com um montante total de investimento de 1.532.558,68€ para as quatro entidades do consórcio (Alta Autoridade para a Imigração de Cabo Verde, Instituto Politécnico de Bragança, ISCTE-IUL, ACM, I.P.).

Organismo Intermédio do PO ISE

Enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE), o ACM, I.P., com uma dotação global de 11.300.000,00€, aprovou na totalidade 74 candidaturas, distribuídas pelas três tipologias de operações.

No ano 2021, o OI-POISE ACM, I.P., publicou dois Avisos no âmbito dos quais foram submetidas 72 candidaturas: 16 objeto de arquivamento, 12 objeto de indeferimento, e 44 aprovadas.

A execução reportada a 31/12/2021 é a seguinte:

N.º AAC	Data Publicação do Aviso	Data de Encerramento do Aviso	Tipologia	N.º de Projetos	Dotação Financia-mento FSE+CPN (€)	Dotação do Aviso de concurso (€)	Montante Solicitado em candidatura	Montante Aprovado	Financiamento pago acumulado
PO ISE-33-2017-10	30-06-2017	31-07-2017	3.06 – PPT – Português para todos – 1.º aviso	3	4.300.000,00	2.950.000,00	1.301.140,56	715.428,00	415.476,10
PO ISE-33-2018-11	30-08-2018	31-10-2018	3.06 – PPT – Português para todos – 2.º aviso	6		2.950.000,00	2.845.094,42	1.868.742,00	383.129,92
PO ISE-33-2021-04	22-01-2021	14-04-2021	3.06 – PPT/ Português Língua de Acolhimento (PLA) – 3.º aviso	24		2.195.000,00	4.228.343,99	2.688.506,68	199.855,08
PO ISE-33-2018-06	27-04-2018	12-07-2018	3.09 – PMMI – Projeto mediadores municipais e interculturais – 1.º aviso	12	3.500.000,00	1.500.000,00	9.188.567,00	3.422.046,45	1.575.656,54
PO ISE-33-2021-02	05-01-2021	24-03-2021	3.09 – PMMI – Projeto mediadores municipais e interculturais – 2.º aviso	20		3.500.000,00	3.464.679,92	2.445.596,92	63.857,16
PO ISE-33-2018-09	29-06-2018	08-10-2018	3.08 – Inserção Socioprofissional Comunidade Cigana	9		2.500.000,00	2.112.579,65	1.037.017,00	321.619,78
Totais:				74	11.300.000,00	15.595.830,00	19.675.725,62	12.177.337,05	2.959.594,58

Candidaturas aprovadas pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do PO ISE

Programa Escolhas

No ano de 2021 e no âmbito das candidaturas aos Programas Operacionais para a tipologia de operação – Programa Escolhas, destacamos duas situações:

- Foram submetidos os saldos finais nas cinco candidaturas, referentes à 7.ª Geração;
- Foram, também, aprovadas cinco novas candidaturas para contemplar 102 projetos, dos 105 a serem financiados na 8.ª Geração pelo Programa Escolhas e submetidos o 1.º reembolso de 2021.

FUNÇÕES DO ACM, I.P.	TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES DE 2021
Entidade beneficiária do PO ISE (FSE)	Programa Escolhas 7.ª Geração (2019-2020)	Montante total submetido em 2021 foi de 1.667.758,46€, referente ao saldo final.
	Programa Escolhas 8.ª Geração (2021-2022)	Montante total submetido em 2021 foi de 496.903,12€, referente ao 1.º reembolso de 2021.
Entidade beneficiária do POR LISBOA (FSE)	Programa Escolhas 7.ª Geração (2019-2020)	Montante total submetido em 2021 foi de 869.649,35€, referente ao saldo final.
	Programa Escolhas 8.ª Geração (2021-2022)	Montante total submetido em 2021 foi de 241.335,98€, referente ao 1.º reembolso de 2021.
Entidade beneficiária do POR ALGARVE (FSE)	Programa Escolhas 7.ª Geração (2019-2020)	Montante total submetido em 2021 foi de 136.212,32€, referente ao saldo final.
	Programa Escolhas 8.ª Geração (2021-2022)	Montante total submetido em 2021 foi de 36.309,32€, referente ao 1.º reembolso de 2021.

Tipologias de operação e principais atividades 2021

A execução financeira dos 105 projetos, financiados na 8.ª Geração do Programa Escolhas, foi de 66,96% (à data atual) no ano 2021, no entanto 29 projetos ainda não submeteram o último reembolso de 2021.

V.

BALANÇO SOCIAL

Os dados e indicadores apresentados no Balanço Social (Anexo 3) espelham a realidade, planeamento e gestão de recursos humanos e financeiros do ACM, I.P., ao longo de 2021.

Desta análise destacamos o seguinte:

- ✓ A 31 de dezembro de 2021, o ACM, I.P., conta com 207 trabalhadores/as, incluindo 173 com vínculo de emprego público e 34 detentores de um vínculo de mediação sociocultural;
- ✓ Em 2021 verificou-se um aumento absoluto de 29 recursos comparativamente ao período transato e de 24 recursos face a janeiro do mesmo ano;
- ✓ Em termos de carreiras, verifica-se uma maior incidência de trabalhadores/as nas carreiras de Técnico/a Superior com um total absoluto de 131 funcionários/as (62,3%) e Mediador/a Superior com um total de 25 técnicos/as (12,07%);
- ✓ Num universo de 207 trabalhadores/as, as mulheres são o sexo mais representado no ACM, I.P., totalizando 157 efetivos para um total de 50 efetivos homens o que resulta numa taxa de feminização situada nos 75,8%, o que reflete um aumento em um ponto % comparativamente a 2020 (74,8%);
- ✓ O nível médio etário é de 42,7 anos sendo que, por sexo, a média de idades para as trabalhadoras é de 43,7 anos e para os trabalhadores é de 41,6 anos;
- ✓ A taxa de envelhecimento, que corresponde ao número de trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos (20) sobre o total de trabalhadores do organismo (207) multiplicado por 100, é de 9,7%, um valor que sublinha o envelhecimento dos trabalhadores do organismo face ao ano transato onde a taxa de envelhecimento se situava nos 4,9%;
- ✓ A caracterização dos efetivos em função da antiguidade reflete um nível médio de antiguidade fixado nos 7,9 anos, com uma significativa concentração de trabalhadores/as no intervalo dos 0-4 anos (113);
- ✓ O grau académico predominante no ACM, I.P., é a licenciatura, detida por 67,2% dos recursos em exercício o que reflete uma ligeira diminuição face a 2020 (74,13%) no entanto colmatada com um aumento da taxa de recursos habilitados com o grau de mestre (17,4%);
- ✓ Comparativamente ao ano anterior verifica-se um aumento no índice de tecnicidade de aproximadamente 5% refletida em ambos os sexos, fator que se deve ao elevado número de recrutamentos de recursos qualificados, com contrato de trabalho em funções públicas, na carreira de técnico superior, realizados no decorrer do ano 2021;
- ✓ No ano em referência o ACM, I.P., contava com um total de 24,6% de trabalhadores com nacionalidades que não a portuguesa, sendo que deste universo importa destacar que muitos destes já adquiriram a nacionalidade portuguesa;
- ✓ A maioria dos trabalhadores, 49%, pratica a modalidade de horário flexível, de 35 horas semanais;
- ✓ De forma absoluta o ACM, I.P., apresentou, no ano em referência, uma taxa de absentismo de 3,6%;
- ✓ Em 2021, o absentismo ascendeu a 5076 dias, ou seja mais 1680 do que no período homólogo (3396 dias);

- √ Afere-se uma média de 8,3 dias de ausência por trabalhador/a;
- √ Em 2021 o ACM, I.P., contou com um total de 38 saídas de pessoal, perfazendo uma taxa de saídas de 18,4% e 61 admissões ou regressos, com uma taxa de admissões de 29,5%, o que se traduz numa taxa de reposição de 160,5%, um valor bastante positivo do ponto de vista da rotação de pessoal que traduz a total substituição de recursos saídos e reforço extraordinário das equipas bem como, consideravelmente distante do verificado em 2020 (92,1%);
- √ A moda salarial encontra-se no valor mensal de 1205,08€, 15.º posição remuneratório do nível 1 da carreira de Técnico Superior que congrega 43 % das remunerações pagas;
- √ O valor da remuneração mínima auferida no ACM, I.P., é de 665,00€, na carreira de Assistente Operacional e a remuneração máxima paga é de 3.745,30€ no cargo de Direção Superior de 1.º Grau;
- √ A concretização do planeamento formativo ficou em cerca de 50% do previsto, na medida em que se afere um nível de concretização em que, num universo de 32 ações planeadas, realizaram-se 16 ações;
- √ No total de ações planeadas e não planeadas, concretizam-se 412 ações, que abrangem 1493 participações, abrangendo 90% dos trabalhadores, atingindo um volume de 9328:30 horas de formação;
- √ Em 2021, garantiu-se um investimento de mais 30.000,00€ comparativamente ao ano anterior;
- √ Em matéria de orçamento e despesa, relativamente aos encargos com o pessoal, considerando as principais cinco fontes de despesa distintas, em 2021 a totalidade dos encargos fixou-se nos 3.437.216,43€, o que representa 16,3% do orçamento de funcionamento do ACM, I.P.;
- √ O ónus da despesa anual com pessoal foram as remunerações que representaram um encargo no valor de 2.752.374,79€ ou seja, 80% do total dos encargos com pessoal;
- √ No ano de 2021, constam dos registos do Sistema de Recursos Humanos (SRH) 20 trabalhadores sindicalizados, mais dois do que no ano transato;
- √ Em 2021, foi instaurado um processo disciplinar cuja decisão passou pelo seu arquivamento.

VI.

PLANO DE FORMAÇÃO

O Relatório de Execução da Formação Profissional 2021 (Anexo 2) é um instrumento de gestão que visa sintetizar o processo de formação realizado no ano de 2021 no ACM, I.P., tendo sido elaborado de acordo com as regras e princípios que regem a formação profissional na Administração Pública.

Para o ano em referência destacam-se os seguintes pontos:

Procedendo a uma análise em termos comparativos com o ano anterior, conclui-se que ao nível da frequência em ações de formação, 2021 foi um ano em que foram superadas expectativas quer em termos de trabalhadores envolvidos, como áreas formativas abrangidas e ainda, ao nível do processo de gestão da formação profissional no organismo.

Em suma, considerando que foram previstas 32 ações que envolveriam 286 participações e executadas 412 ações, no total de 1493 participações, abrangendo 90% do total de trabalhadores do ACM, I.P., atingindo o volume de 9328:30 horas de formação, poderá entender-se 2021 como um ano de significativa alavancagem da formação profissional no ACM, I.P.

De destacar o aumento do número de formações planeadas e realizadas, incluindo o forte investimento em formação inicial, princípio que se pretende manter como prática de melhoria na integração dos/as novos/as trabalhadores/as.

Uma estratégia que potencia a otimização de tempo e recursos financeiros e harmoniza a prática do ACM, I.P., com os valores da modernização administrativa que têm feito parte da estratégia governativa para os organismos da Administração Pública, ainda que inicialmente impulsionada pela pandemia, é o recurso à formação à distância, sendo que no presente ano foi de aproximadamente 99%.

Importa referir o contínuo investimento na formação ministrada pelo próprio ACM, I.P., quer internamente, numa lógica de troca de sinergias internas, como externamente, cumprindo o serviço público de formar para a diversidade num contexto mundial cada vez mais globalizado.

Quanto à monitorização da formação, uma ferramenta que torna possível aferir a implementação e o cumprimento das obrigações e objetivos que fazem parte do Plano de Atividades, assim como do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR, assume-se, no futuro, o compromisso de concretização de procedimentos de monitorização e avaliação com uma periodicidade trimestral o que permitirá sistematizar e analisar de forma mais próxima a evolução do planeamento e conseqüentemente, garantir respostas a eventuais desvios de forma mais atempada.

Relativamente à componente de avaliação das ações de formação profissional, incluindo o impacto da formação para o exercício de funções, crescimento e valorização profissional, consideramos que se trata de uma importante ferramenta, não só no âmbito da formação, como também para

o planeamento da intervenção do ACM, I.P., atendendo a que através deste mecanismo se torna possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajeto formativo, para as atividades desenvolvidas diariamente. Este instrumento foi reavivado no presente ano, tendo aferido um grau de satisfação elevado.

A formação dos/as funcionários/as do ACM, I.P., continuará a ser uma área de relevância no âmbito da gestão de pessoal, pelo que, ambicionamos que o futuro nos traga mais recursos e melhores parceiros e serviços, permitindo-nos assim a constante melhoria no desempenho da missão do instituto.

VII.

PLANO DE ATIVIDADES – BALANÇO

DEPARTAMENTO DE APOIO E ASSISTÊNCIA MIGRATÓRIA (DAAM)

CENTROS NACIONAIS DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES (CNAIM)

Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) foram criados em 2004, no seguimento da constatação das diversas dificuldades enfrentadas pelos/as migrantes no seu processo de integração. Os CNAIM têm como objetivo dar resposta às diferentes dificuldades sentidas pelos/as migrantes, no seu processo de integração em Portugal. As diferenças culturais, organizacionais e legislativas, a par da quantidade de serviços diferentes, aos quais os/as migrantes têm de recorrer, levaram o ACM, I.P., a criar um local que reunisse, num mesmo espaço, diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Migrante.

Deste modo, estes espaços dão resposta a diferentes necessidades sentidas pelos/as migrantes e baseiam-se num modelo de funcionamento integrado, de articulação e estreita colaboração entre diversas entidades, ministérios e gabinetes de apoio especializado em áreas fulcrais inerentes ao processo de integração de migrantes em Portugal, nomeadamente nas áreas jurídica, social, qualificação e emprego. As entidades parceiras representadas continuam a ser o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, o Instituto dos Registos e do Notariado, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, a Agência para a Modernização Administrativa/ Espaço Cidadão e, desde 2021, a Autoridade Tributária.

Atualmente existe um Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) no Porto (CNAIM Norte), em Lisboa, em Beja e em Faro (CNAIM Algarve).

No decurso do ano de 2021, os CNAIM realizaram um total de 139.770 atendimentos, distribuídos, por região, da seguinte forma: CNAIM Norte – 43.944; CNAIM Lisboa – 73.523; CNAIM Beja: 128; CNAIM Algarve – 20.303. Do total de atendimentos efetuados, 75.782 foram realizados por *e-mail* e telefone, cujos resultados estão intimamente ligados ao facto destes Centros terem mantido, em consequência das orientações vigentes, os atendimentos à distância. Por conta da pandemia decorrente da doença COVID-19, os atendimentos pela via presencial passaram a ser sujeitos a marcação.

	Atendimentos em 2020	Atendimentos em 2021	Varição
CNAIM			
CNAIM Norte	40.999	43.944	+ 7,2%
CNAIM Lisboa	71.693	73.523	+ 2,5%
CNAIM Algarve	16.507	20.303	+ 23%
Total	129.199	139.770	+8,18

Atendimentos 2020 versus Atendimentos 2021

Fonte: Sistema de Informação para a Gestão do Atendimento (SIGA)

Nacionalidades mais representativas nos CNAIM no ano de 2021

Brasileira – 28%
Guineense (GB) – 9%
Angolana – 8%
Cabo-verdiana – 6%
Portuguesa – 5%
Ucraniana – 5%
Indiana – 5%

Dados CRM, 16/02/2022

CNAIM Norte

No decurso do ano 2021, o CNAIM Norte realizou um total de 43.944 atendimentos, distribuídos por 29.635 atendimentos presenciais e 14.309 atendimentos por *e-mail*/telefone (com base nos dados do SIGA) – estes valores correspondem a um aumento de 7,2% face a 2020.

Em virtude da COVID-19, e de acordo com as orientações da Direção-Geral de Saúde (DGS), a prestação do serviço presencial esteve mais limitada, tendo o CNAIM Norte, a partir de outubro, retomado os atendimentos espontâneos de forma controlada e segura, com dois dias/semana para atendimentos com marcação prévia.

O Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT), continuou a apoiar, a informar e a orientar os cidadãos e as cidadãs migrantes, tendo realizado um total de 11.205 atendimentos – 4.604 atendimentos presenciais e 6.601 atendimentos via *e-mail*/telefone.

Em fevereiro de 2021 ocorreu a abertura do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV), que resulta de uma parceria entre o ACM, I.P., a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Associação para o Planeamento da Família (APF). Este gabinete é um espaço de atendimento especializado a vítimas de violência contra as mulheres, violência doméstica e/ou práticas tradicionais nefastas e é dirigido a migrantes e seus descendentes. Durante o ano de 2021 foram atendidas 36 vítimas e realizados 176 atendimentos (dados obtidos no CRM).

	Atendimentos em 2020	Atendimentos em 2021	Varição
CNAIM Norte	40.999	43.944	+ 7,2%

Atendimentos CNAIM Norte, em 2019 e 2020

Fonte: SIGA

CNAIM Lisboa

Em 2021, os serviços do CNAIM Lisboa, à semelhança do verificado nos demais Centros, continuaram a introduzir melhorias para garantir uma melhor adaptação da sua resposta aos novos desafios decorrentes da COVID-19, tanto na forma da prestação do serviço, procurando a segurança dos seus trabalhadores e, também, de quem procura os serviços, como no aumento dos assuntos associados a situações de maior vulnerabilidade.

Com a doença COVID-19 e, no que respeita a medidas preventivas para contenção da mesma, os CNAIM, através dos seus gabinetes especializados e do GAT – Gabinete de Acolhimento e Triagem, reduziram grande parte dos seus atendimentos ao público, colocando em regime presencial somente aqueles colaboradores executantes de serviços inadiáveis. Outros serviços, não coordenados pelo ACM, I.P., continuaram a privilegiar o atendimento por marcação. Para poder colmatar as deficiências associadas ao serviço à distância, os Centros continuam a dar resposta via e-mail por região, cujos contactos são distribuídos para as diferentes equipas especializadas, de acordo com o assunto exposto. As mesmas equipas passaram, também, a rececionar chamadas a partir da Linha de Apoio a Migrantes (LAM) que, após triagem, direciona as mesmas para atendimento especializado de acordo com o assunto exposto pelos clientes.

No decurso dos estados de emergência e calamidade, surgiram situações de emergência social, alimentar e focos de doença envolvendo migrantes, pelo que foram constituídas equipas de emergência para acompanhamento dedicado nos vários territórios em Portugal Continental. Em Lisboa o território abrangeu Lisboa e Vale do Tejo, tendo estas situações mobilizado as equipas para intervenções externas e distintas do habitual modo de atuação, nomeadamente acompanhamento técnico no terreno e/ou serviços de tradução presencial e à distância.

O Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT) continua a ser o primeiro ponto de contacto que o cidadão e a cidadã migrante tem com os Centros e este serviço superou o desafio de continuar a acolher, informar e orientar da melhor forma o/a cidadão/ã migrante. A maior procura de assuntos esteve relacionada com apoio nos pedidos de agendamento junto do SEF, renovações automáticas, ajuda na recuperação dos registos no portal do SEF e SAPA, informações relacionadas com a Lei de Imigração, Lei da Nacionalidade, troca de carta de condução estrangeira, pedidos de NISS e NIF. No ano em referência, foram realizados 33.698 atendimentos no GAT do CNAIM Lisboa, nas várias modalidades.

Em maio de 2021, a abertura do gabinete da Autoridade Tributária no CNAIM de Lisboa veio reforçar o conjunto de respostas aos cidadãos e às cidadãs migrantes. A abertura deste gabinete resulta de um trabalho conjunto do ACM, I.P., em parceria com a AT, este serviço disponibiliza atendimento especializado em matéria tributária, nomeadamente a atribuição de Número de Identificação Fiscal (NIF), registo no Portal das Finanças, abertura, alteração e cessação de

atividade, apoio na entrega da declaração de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), entre outros. Em 2021, o gabinete da AT realizou 1421 atendimentos, sendo cerca de 65% destes atendimentos referentes a Registo de Contribuintes; 20% a questões de IRS, 10% a IVA e 5% a Pagamentos/PEF/PCO.

CNAIM Beja

O CNAIM Beja está a funcionar desde agosto de 2021 e decorre de uma parceria do ACM, I.P., com o Município de Beja.

A abertura deste Centro decorre de um diagnóstico ao território (distrito), tendo-se identificado obstáculos à integração de pessoas migrantes e de pessoas ciganas em várias dimensões, pelo que o seu objetivo é realizar um acompanhamento de proximidade, através da descentralização dos serviços. São objetivos deste Centro:

- Realizar atendimentos especializados a pessoas migrantes, refugiadas e ciganas;
- Desenvolver trabalho de terreno junto das comunidades migrantes e ciganas;
- Desenvolver iniciativas conjuntas e complementares ao trabalho já desenvolvido por entidades da administração pública local e central;
- Potenciar a participação do ACM, I.P., nas dinâmicas desenvolvidas pelas entidades locais;
- Promover, a nível local, o trabalho em rede;
- Promover, no território, formação e sensibilização das comunidades migrantes e ciganas e da população em geral.

Este Centro, que em 2021 realizou 128 atendimentos, teve como respostas implementadas nesse ano o Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) e o Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (GAIPESQ).

No território tem ainda sido feito um trabalho de identificação de empresas que possam responder aos migrantes que procuram integração profissional, seja os residentes no concelho, seja os residentes noutra geografia do país.

É esperado que este Centro venha ainda a ter como respostas no decurso do próximo ano um Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ), o Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes e uma extensão do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI).

CNAIM Algarve

No ano de 2021, o CNAIM Algarve realizou um total de 20.303 atendimentos, distribuídos por 5.631 atendimentos presenciais e 14.672 atendimentos por *e-mail*/telefone (com base nos dados do SIGA) – estes valores correspondem a um aumento de 19.55% relativamente ao ano de 2020. Destes 12.588 atendimentos foram realizados pelo GAT. Neste gabinete inicia-se o processo de

acolhimento do/a cidadão/ã migrante, procede-se ao esclarecimento de dúvidas e após uma breve triagem o utente é reencaminhamento para os gabinetes especializados do CNAIM ou para entidades parceiras. Os pedidos de informação apresentados ao GAT são na sua maioria relacionados com os serviços prestados pelo SEF.

A necessidade de se mitigar a propagação da COVID-19 junto da comunidade migrante residente em Odemira exigiu uma ação concertada entre várias entidades, tendo resultado na constituição de uma *task-force* responsável pelo planeamento, organização e operacionalização de uma equipa de emergência na qual o CNAIM Algarve integrou.

Na área da prevenção à COVID-19, o CNAIM Algarve prestou apoio logístico à equipa de Médicos Sem Fronteiras no desenvolvimento de ações pedagógicas junto da comunidade cigana e migrante radicada em Faro, Beja e Odemira. Durante as ações formativas conseguiu-se, ainda, distribuir pelas comunidades *kits* de proteção individual à COVID-19.

Em novembro de 2021, abre no CNAIM Algarve o primeiro Gabinete de Apoio à Vítima na região do Algarve, resultado de uma parceria entre o ACM, I.P., a CIG e a APF, destinado a migrantes e seus descendentes, no espaço de um mês realizou três atendimentos (dados registos no CRM). No âmbito da implementação e execução do estipulado pelos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo municipais, o CNAIM Algarve, assinou protocolo de parceira com a Câmara Municipal de Portimão e a de Tavira.

	Atendimentos em 2020	Atendimentos em 2021	Varição
CNAIM Algarve	16.982	20.303	+19.55%

Atendimentos CNAIM Algarve, em 2020 e 2021

Fonte: SIGA

Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (GAISPESQ)

A principal resposta do Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (GAIPESQ) centra-se na empregabilidade, qualificação e empreendedorismo. Em 2021 verificamos um aumento de 97% dos atendimentos (+4863), em comparação com o ano anterior, em que se realizou 4987 atendimentos. Este aumento decorreu dos efeitos do alívio das medidas restritivas impostas pela pandemia ao nível da empregabilidade bem como do investimento na expansão e divulgação deste Gabinete. Por região, o GAIPESQ apresentou os seguintes resultados em termos de atendimentos: CNAIM Norte com um total de 1788 atendimentos, CNAIM Lisboa com 7190. O CNAIM Algarve, que não dispunha desta resposta em 2020, realizou 872 atendimentos, perfazendo um total de 9850, maioritariamente à distância (9445 por *e-mail* e telefone e 405 presenciais).

A pandemia criou constrangimentos no número de ofertas de emprego disponíveis, nomeadamente uma redução, que posteriormente foram aumentando ao longo do 2.º semestre do ano. Comparativamente com o ano anterior, o número de cidadãos/ãs colocados/as em emprego aumentou expressivamente. Foram colocados/as 74 cidadãos/ãs em ofertas de emprego pelos Gabinetes presentes nos CNAIM Norte, Lisboa e Algarve (mais 40 colocações que no ano anterior).

No que concerne à Rede GIP Imigrante (RGI), após a assinatura do novo Acordo de Cooperação a 22 de dezembro de 2020, em conformidade com a Medida 27 do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, deu-se início à 5.ª edição, com o alargamento da Rede que passou de 11 para 23 Gabinetes dinamizados por entidades da sociedade civil e municípios credenciados pelo ACM, I.P., e pelo IEFP, I.P., espalhados de norte a sul do país. Em 2021, os Gabinetes da RGI atenderam 13.039 cidadãos, 4955 homens e (38%) e 8084 mulheres (62%), totalizando mais 3026 atendimentos que o ano anterior. Realizaram-se 302 colocações em emprego e formação, 133 homens (44.04%) e 169 mulheres (55.96%), totalizando mais 225 colocações que o ano anterior.

Na área da qualificação, no âmbito da colaboração entre o ACM, I.P., através do GAIPESQ, o Centro Internacional para Desenvolvimento de Políticas de Migração (ICMPD) e o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), teve lugar o *webinar* internacional “*Labour Market Integration of Refugees: Practices on Recognition of Skills & Qualifications*”. A iniciativa contou com a participação da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, na sessão de abertura e teve como objetivos discutir os desafios enfrentados pelos países ao tentarem reconhecer as competências e talentos das pessoas com estatuto de refugiado e integrá-las no mercado de trabalho.

No que concerne às atividades de Apoio ao Empreendedor Migrante, o ano de 2021 marca o 12.º aniversário do PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante, assinalado com o *webinar* internacional: Empreendedorismo Migrante Feminino em Portugal – Desafios para o Futuro, uma iniciativa incluída no Plano para a Igualdade do ACM, I.P., que contou com a presença da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, a Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, o Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, e a participação de várias empreendedoras formadas neste projeto.

Executou-se, nos CNAIM de Lisboa, Norte e Algarve, nove edições do Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante – PEI, que tem como actividades principais o curso “Apoio à Criação de Negócios” e consultoria ao empreendedor, mais uma que no ano anterior (seis em Lisboa, duas no Porto e uma em Faro), envolvendo 684 cidadãos nacionais de países terceiros, com um total de 4777,5 horas de formação. Ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, as atividades foram desenvolvidas na modalidade *online*. Decorrente desses cursos, foram atribuídas 158 certificados de formação, 147 a mulheres e 78 a homens. Atribuídas 19 Cartas de recomendação, 13 a mulheres e seis a homens.

No que concerne ao atendimento especializado que permite o apoio ao/à migrante nas várias fases de um negócio, foram realizados 224 atendimentos, (140 mulheres e 87 homens). As mulheres empreendedoras representam 63% do total dos atendimentos realizados. No seguimento do apoio especializado, e, por conta do protocolo de cooperação com a cooperativa Novos Percursos, CIRL., foram encaminhados 14 projetos para consolidação de acesso ao microcrédito.

Em consequência do apoio especializado, apurou-se a formalização de 36 negócios, 20 por mulheres, sete por homens e três projetos tanto por homens como por mulheres, com um total de 38 promotores/as envolvidos/as. Estes negócios reportam-se a áreas muito diversas tais como: Colares Terapêuticos (1), Informática (1), Loja Online Artigos Desportivos (1), Consultoria em Sustentabilidade (1), Consultoria em RH (1), Doçaria “Dona Mascavo” (1), Terapias Alternativas (1); Restauração (2); Consultoria e Marketing digital (8); Cabeleireiro e Estética (3), Consultoria Financeira (1), Formação e Direito (1); Consultoria em Estratégia Empresarial (1); Assessoria em questões Migratórias (1); Abstract Flamingo (1); Esfirras (1); Construções e Remodelações (2); Pequenas Unidades Industriais (2).

Desde a criação do Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante, em 2009, passaram pelo programa, 3425 empreendedores/as em ações dinamizadas por promotores locais e por iniciativas autónomas. Sob a coordenação do ACM, I.P., até à presente data estiveram envolvidos 3002 empreendedores migrantes, refugiados e estudantes internacionais, 1937 mulheres e 1605 homens. Foram dinamizadas 152 Edições do Curso de Apoio à Criação de Negócios – PEI, 53 *workshops* de capacitação, 23 eventos *Pop-up Store*, entretanto suspendidas desde 2020 por conta da pandemia, e apoiou a formalização de 273 negócios, maioritariamente criados por mulheres empreendedoras. Estes apoios traduziram-se no atendimento especializado aos/às empreendedores/as, apoio à capacitação e a consolidação do acesso ao microcrédito.

Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ)

Mantendo-se o contexto epidemiológico provocado pelo vírus SARS-Cov2 e pela COVID-19, no ano de 2021 o Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ), que se caracteriza fundamentalmente pelas suas funções de informação, aconselhamento, encaminhamento, mediação e apoio aos/às cidadãos/ãs migrantes na defesa dos seus direitos e capacitação para os seus deveres, intervindo apenas em matérias que se encontrem numa fase extrajudicial, manteve a mesma forma de organização do trabalho, i.e., regime de teletrabalho (atendimentos à distância: *e-mail* e telefone) e regime em trabalho presencial prestado nos gabinetes dos respetivos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), GAJ Lisboa, GAJ Norte e GAJ Algarve, conseguindo superar o desafio constante da reorganização do serviço e dando resposta aos/às inúmeros/as cidadãos/as estrangeiro/as, nacionais, refugiado/as, entidades empregadoras, entre outros, que o procuraram.

No ano de 2021, o assunto jurídico mais tratado nos GAJ continuou a ser o respeitante à

permanência em território nacional de cidadãos/ãs estrangeiros/as, prestando-se apoio, esclarecimentos e procedendo ao devido acompanhamento em questões relacionadas com os mecanismos de regularização em Portugal, e.g. nos processos de concessão de autorização de residência temporária, com dispensa de visto de residência, para exercício de atividade profissional subordinada ou independente com dispensa de visto de residência (manifestações de interesse e respetivos pedidos), para além de todo o apoio jurídico prestado em outros processos de obtenção de autorização de residência através de regimes gerais, especiais e excecional previstos no regime jurídico de entrada, permanência saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Para além da permanência em território nacional, vários outros assuntos foram abordados nos atendimentos dos GAJ no ano em referência, nomeadamente questões relacionadas com: reagrupamento familiar; regime que regula o exercício de livre circulação e residência dos/as cidadãos/ãs da União Europeia e dos membros das suas famílias em território nacional; Brexit; atribuição e de aquisição da nacionalidade portuguesa; assuntos laborais; assuntos fiscais; Segurança Social; entrada em território nacional e permanência em período de pandemia e legislação COVID-19 associada; arrendamento; consumo; acesso ao direito e aos tribunais, entre outras.

A nível nacional, no ano de 2021, o GAJ realizou um total de 17.179 atendimentos (1376 atendimentos presenciais e 15.803 atendimentos à distância), sendo 5155 relativos ao GAJ do CNAIM Norte (263 atendimentos presenciais e 4892 atendimentos à distância), 11.287 referentes ao GAJ do CNAIM de Lisboa (886 atendimentos presenciais e 10.401 atendimentos à distância) e os restantes 737 atendimentos (227 atendimentos presenciais e 510 atendimentos à distância) efetuados no GAJ do CNAIM do Algarve.

Ao longo do ano de 2021, para além do atendimento ao público, o GAJ efetuou inúmeras outras atividades, em especial a colaboração com outros gabinetes e núcleos na análise de questões jurídicas, sendo de destacar a dinamização de formações sobre a Lei de Estrangeiros e sobre a Lei da Nacionalidade aos/às técnicos/as da Rede CLAIM e dos CNAIM, e de diversas outras entidades, algumas em colaboração com a Bolsa de Formadores do ACM, I.P., bem como sessões de informação e esclarecimento dirigidas a nacionais de países terceiros.

Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI)

O Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) é um gabinete que atua na prestação de apoio aos/às cidadãos/ãs no sentido de proporcionar uma resposta integrada dos serviços públicos, em articulação com os gabinetes presentes nos CNAIM e em parceria com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, tendo em vista a promoção da coesão e solidariedade social, da cidadania e o reforço das redes sociais de integração. O GASI faculta

informações e efetua sinalizações a diversas instituições e entidades, de forma a encontrar soluções e respostas para cidadãos e cidadãs migrantes em situação socioeconómica vulnerável, com o objetivo de promover a autonomização e empoderamento; também estabelece, em conjunto com o/a cidadão/ã, um plano de integração (se necessário) em articulação com a rede de instituições parceiras e gabinetes do CNAIM.

Em 2021, a demanda dos assuntos mais procurados estiveram relacionados com os apoios sociais, ou seja, pedidos de apoio e informação sobre o acesso às prestações e benefícios da Segurança Social, como por exemplo, o abono de família, abono pré-natal e acesso a pensões. Neste ano houve muitos pedidos de apoio alimentar e, neste sentido, o GASI tem sinalizado situações para diversas Juntas de Freguesia a nível nacional e também articulado com a rede CLAIM.

A procura de apoio no acesso à habitação é um tema que tem crescido cada vez mais e está muito associado aos demais pedidos de apoio a nível financeiro. No 2.º semestre de 2021, o GASI passou a contactar diversas Câmaras Municipais, mais especificamente as Divisões de Habitação, com o objetivo de apresentar o trabalho desenvolvido pelo GASI e conhecer os diferentes tipos de respostas a nível de Concelhos, de forma a garantir que os cidadãos/ãs atendidos no GASI sejam sinalizados para respostas mais adequadas e assertivas. Esta aproximação às instituições locais tem surtido um efeito positivo nas respostas aos/às cidadãos/ãs migrantes.

No ano de 2021, o GASI, a nível nacional, continuou com o trabalho híbrido (presencial e teletrabalho) sendo que houve um crescimento significativo em termos de demanda de trabalho por *e-mail*, telefone, teleconferência e reuniões com outras instituições (na sua maioria via *online*). Foi exceção o CNAIM Algarve que, por funcionar dentro de uma Loja de Cidadão, teve de seguir as determinações de encerramento no 1.º trimestre do ano, passando a funcionar apenas em regime de teletrabalho neste período.

No formato online, foram proferidas quatro Sessões de Esclarecimento sobre Registo de Menores, para a rede CLAIM e outras instituições/entidades parceiras, organizadas em conjunto com o Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM), e uma Sessão de Esclarecimento sobre Registo de Menores, em conjunto com o Núcleo de Ligação às Associações (NLA), destinada às associações de migrantes e refugiados.

Para além do trabalho desenvolvido em sede de gabinete e em teletrabalho no apoio aos/às cidadãos/ãs migrantes nas diversas vertentes, houve o desenvolvimento de algumas ações de terreno, devido ao contexto da pandemia causada pela COVID-19.

A partir de agosto de 2021, o GASI participa na equipa da *task-force* de acolhimento aos cidadãos/ãs afegãos/ãs, tendo estado presente na receção de algumas famílias no aeroporto e nas entrevistas de caracterização dos agregados familiares acolhidos em território nacional.

Foram acolhidos em Portugal, 780 cidadãs/ãos afegãs/ãos.

No 2.º semestre de 2021, com a inauguração do CNAIM de Beja, o GASI teve intervenção no terreno, no acompanhamento de situações de denúncia de exploração laboral, tendo atuado em conjunto com instituições locais para dar respostas a nível de apoio social às situações identificadas e sinalização ao SEF e ACT.

O GASI passou a representar o ACM, I.P., na Comissão para execução do Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, assim como do Grupo de Trabalho criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2021 na procura de soluções legais, sociais e habitacionais para os bairros do Horizonte, Portugal Novo, Lisboa Nova e da Liberdade, do concelho de Lisboa. Na primeira Comissão, houve a realização de três reuniões no ano de 2021 e no GT houve uma reunião para definição de procedimentos de trabalho.

Relativamente ao Programa ARVoRe – Retorno Voluntário da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o GASI tem apoiado na disseminação da informação e apoio nas candidaturas, assim como tem realizado reuniões periódicas com a equipa da OIM. De salientar que na região Norte, concentram-se o maior número de atendimentos do GASI sobre este tema.

Em termos estatísticos e, de acordo com os dados retirados do SIGA, no ano de 2021, o GASI realizou 9581, sendo 6108 no GASI Lisboa, 1188 no GASI Porto, 126 no GASI Beja e 2159 no GASI Algarve. Este somatório engloba o universo dos atendimentos presenciais e via telefone, e-mail e teleconferência.

Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM)

Políticas Locais de Integração de Migrantes

O Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM) tem como objetivo promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento das políticas locais nos diferentes territórios.

Neste contexto, desenvolveram-se as seguintes atividades, nas diferentes áreas de intervenção do gabinete, nomeadamente:

- **Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)**

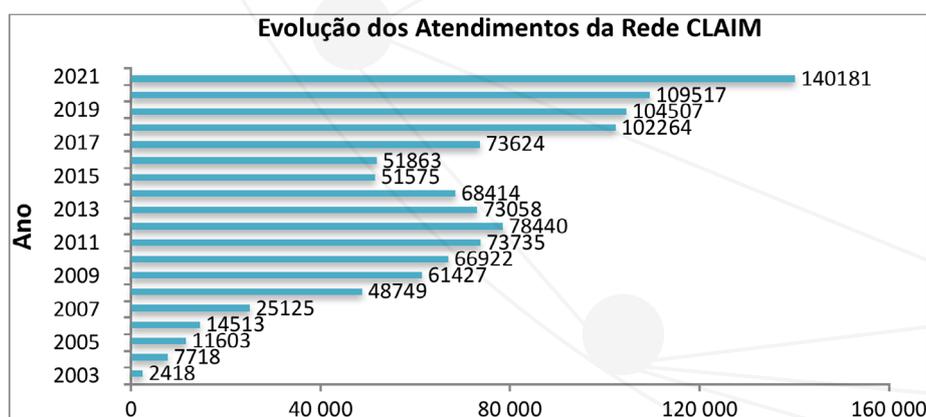
A Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), criada em 2003, integra vários gabinetes em Portugal Continental e Ilhas, onde é prestado atendimento personalizado,

realizado por técnicos/as habilitados/as para o efeito. Estes Centros descentralizados, visam prestar apoio no acolhimento e informação para responder às necessidades dos/as migrantes em diferentes áreas.

Em 2021, a Rede CLAIM teve um crescimento exponencial, com a constituição de 26 novos gabinetes. No final do ano, a Rede CLAIM era composta por **140 CLAIM** e 12 CLAIM Especializados. Os CLAIM resultam de parcerias que o ACM, I.P., estabeleceu com Autarquias (75 CLAIM), entidades da Sociedade Civil (50 CLAIM), Instituições de Ensino Superior (4), empresas ou associações empresariais (três CLAIM), parceria entre autarquia e sociedade civil (cinco CLAIM) e Governo Regional Madeira (um CLAIM).

Tendo em vista o cumprimento da missão para a qual são criados, no que respeita ao acolhimento e integração dos/as migrantes a nível local, a formação é uma área fulcral na Rede CLAIM e nos vários projetos locais. Durante o ano de 2021, o volume total de horas de **formação** a parceiros foi de **6221 horas**.

No que concerne aos atendimentos realizados durante o ano de 2021, verificou-se um aumento na ordem dos 28% relativamente ao ano transacto, passando de 109.317, para **140.181 atendimentos**.



Total Atendimentos: 1.165.653

Evolução dos Atendimentos Rede CLAIM

Quanto ao perfil dos atendimentos, o principal **motivo** pelo qual os/as cidadãos/ãs migrantes procuram os CLAIM é a **regularização da sua situação migratória** (40%), seguido de questões relacionadas com o **atendimento social** (8%), **reagrupamento familiar** (7%), **trabalho** (7%).

O apoio foi prestado de forma apenas ligeiramente superior a mulheres (50,5%) comparativamente com os homens migrantes (49,5%) que procuram estes serviços.

No total, os atendimentos registados abrangem cerca de **149 nacionalidades diferentes**, sendo que as **cinco** mais representativas são a **brasileira** (26%), a **guineense** (15%), a **cabo-verdiana** (13%), a **angolana e a indiana** (7%).

Embora o trabalho da Rede CLAIM seja focado no atendimento aos/às migrantes, os gabinetes desenvolvem inúmeras atividades junto das comunidades locais, numa lógica de integração na sociedade de acolhimento da população migrante e promovendo também o envolvimento da comunidade em geral, como por exemplo: Ações de aprendizagem da língua portuguesa; Ações de sensibilização/ formação para migrantes, técnicos/as ou sociedade de acolhimento, em diferentes áreas de intervenção: lei de Imigração, acesso à saúde, racismo e xenofobia, interculturalidade, etc.; a eventos/atividades interculturais como mostras gastronómicas interculturais, feiras temáticas, debates temáticos, celebração de dias temáticos, exposições; desenvolvimento de intervenções em parceria com outras entidades locais como escolas, empresas, juntas de freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou unidades de saúde.

• **Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM)**

Os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes (PMIM) são instrumentos que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações, a nível local, e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, contribuindo assim para uma mais adequada gestão dos fluxos migratórios ao nível do desenvolvimento local.

Estes Planos desenvolvem medidas em diferentes áreas: Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Capacitação e Formação; Cultura; Saúde; Solidariedade e Resposta Social; Cidadania e Participação Cívica; Média e Sensibilização da Opinião Pública; Racismo e Discriminação; Relações Internacionais; Religião/Igualdade de Género; outras.

A atribuição de financiamento através do ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI), tem contribuído para a expansão e consolidação das políticas locais de integração de migrantes, financiando a conceção e implementação de Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM).

Em 2021, existiam a nível nacional 25 Planos Municipais para a Integração de Migrantes 2020-2022 em diferentes fases de execução, a decorrerem nos seguintes Municípios: Almada, Arganil, Beja, Braga, Castelo Branco, Ferreira do Alentejo, Figueira de Castelo Rodrigo, Fundão, Leiria, Lisboa, Loures, Montijo, Odemira, Odivelas, Oliveira do Bairro, Seixal, Silves, Sintra, Tavira, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia e Viseu.

• Equipas de Mediação Municipal e Intercultural

Dando continuidade ao acompanhamento aos projetos dos municípios de Águeda, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Fafe, Guimarães, Idanha-a-Nova, Maia, Moura, Porto e Serpa, aprovados ao abrigo do [Aviso n.º POISE 33-2018-06](#) este fez-se a quatro níveis: Ações de capacitação para todas as Equipas de Mediação Municipal Intercultural (EMMI); reuniões de acompanhamento a cada EMMI; encontros regionais; reuniões de coordenadores.

Foram realizadas **24** reuniões de Acompanhamento individuais às EMMI, e **quatro** Encontros Regionais e dinamizadas **duas** reuniões com os coordenadores dos projetos.

Em fevereiro de 2021, foi publicado o [Aviso n.º POISE 33-2021-02](#) com o mesmo objetivo, nomeadamente a criação de equipas de mediadores municipais interculturais, onde foram aprovados projetos dinamizados pelos seguintes municípios: Alfândega da Fé, Alvito, Barcelos, Borba, Carrazeda de Ansiães, Covilhã, Gondomar, Fundão, Leiria, Paredes, Peniche, Pombal, Satão, Santarém, Sertã, Torres Vedras, Viseu, Vila Nova de Gaia, Viana do Castelo e Vila Pouca de Aguiar.

• Rede Integrar Valoriza

O projeto-piloto “Integrar Valoriza”, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2021, de 9 de julho de 2021, tendo como objetivo reforçar as políticas de acolhimento e a integração de pessoas imigrantes, constitui-se como um projeto experimental, visando a implementação de medidas de política pública nacional descentralizadas, mediante a intervenção articulada e integrada, entre entidades públicas e privadas com responsabilidades na área do acolhimento e da integração de pessoas imigrantes.

A Rede Integrar Valoriza pretende:

- Ser uma resposta integrada, intersectorial e inovadora;
- Reforçar e partilhar boas práticas na integração de pessoas migrantes;
- Promover iniciativas coordenadas a nível local para a implementação eficaz das políticas de integração;
- Prevenir e combater a imigração irregular, a exploração laboral e de tráfico de seres humanos;
- Promover a coesão social e reduzir as desigualdades.

Durante o mês de agosto, todos os municípios do país foram convidados a aderir a este projeto. Manifestaram interesse em fazer parte desta nova Rede 58 municípios, que cumpriam os requisitos mencionados na Resolução do Conselho de Ministros.

A 22 de dezembro teve lugar a primeira cerimónia de assinatura de protocolos entre o ACM, I.P., e os municípios aderentes à Rede da região do Algarve (Albufeira, Loulé, Tavira – Portimão e Silves).

• Outras atividades

Por via do GAPLIM foram ainda dinamizadas as seguintes **ações de formação**: Implicações

da Residência Fiscal em Portugal dinamizada pela Autoridade Tributária; Atribuição de NISS a cidadãos estrangeiros; Regime Contributivo dos Trabalhadores Independentes; Regime Contributivo dos Trabalhadores de Serviço Doméstico; Prestações Familiares de Solidariedade; Prestações Previdenciais: Sistema de Pensões, dinamizada pelo Instituto de Segurança Social; Mobiliza-te Contra o Sexismo, dinamizada pela Plataforma Portuguesa das Mulheres; Projeto ARVoRE, dinamizada pela OIM; Interseccionalidade e Mulheres Migrantes, dinamizado pela Equipa EPDI do ACM, I.P.; Formação Inicial Teórica para novos técnicos da Rede CLAIM, dinamizado por colaboradores do ACM, I.P., e Bolsa de formação do ACM, I.P.

Gabinete de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa (GLPt)

Janeiro de 2021 marcou o início da intervenção do Gabinete de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa (GLPt), criado na sequência da reestruturação interna preconizada pelo ACM, I.P. na área da aprendizagem da língua portuguesa.

Composta por uma equipa de cinco pessoas, o GLPt tem como principal objetivo a promoção da aprendizagem da língua portuguesa junto das pessoas migrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica e centra a sua intervenção em torno de cinco Eixos fundamentais:

- EIXO 1 – PROXIMIDADE/DIAGNÓSTICO: Eixo que norteia a estrutura interna da equipa (*front office* e *back office*) bem como a articulação interna com as outras áreas do ACM, I.P.;
- EIXO 2 – COMUNICAÇÃO/INFORMAÇÃO: Eixo que envolve o trabalho de informação e comunicação junto dos diferentes públicos;
- EIXO 3 – TRABALHO COLABORATIVO: Eixo que envolve o trabalho de articulação com entidades externas com intervenção direta ou indireta no domínio do ensino/aprendizagem da língua portuguesa;
- EIXO 4 – CAPACITAÇÃO: Eixo que envolve todo o trabalho relacionado com a promoção de iniciativas de capacitação e produção de recursos que facilitem o ensino/aprendizagem da língua portuguesa;
- EIXO 5 – EIXO TRANSVERSAL: Eixo que envolve a articulação no âmbito de planos/estratégias/instrumentos nacionais e internacionais.

Através de uma equipa descentralizada e com presença em três CNAIM (Lisboa, Norte e Algarve), este Gabinete promove o acompanhamento direto às pessoas migrantes, através do atendimento, informação e encaminhamento para a oferta formativa existente.

Em 2021, foram realizados um total de 1821 atendimentos (675 homens + 932 mulheres + 214 sem informação quanto ao sexo), presenciais, por telefone e por *e-mail*, dos quais 52% em inglês, 43% em português, 3% em espanhol, 1% em francês e 1% em russo.

Sexo	N.º de atendimentos												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Homem	9	16	17	47	39	56	59	60	151	84	72	65	675
Mulher	14	21	73	51	78	78	83	71	168	100	106	89	932
Sem Informação	3	8	10	45	25	9	3	24	28	31	17	11	214
TOTAL	26	45	100	143	142	143	145	155	347	215	195	165	1 821

N.º de atendimentos realizados em 2021, por sexo

Fonte: GLPt

Entre os assuntos mais procurados destacam-se os cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA, 77%) e a Plataforma de Português Online (15%).



Logótipo PLA

No âmbito dos cursos de PLA, criados ao abrigo da Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, o ACM, I.P., por via do GLPt, assume um papel preponderante sobretudo no que diz respeito à divulgação da oferta formativa e no estabelecimento de pontes entre as entidades formadoras e outras entidades públicas e privadas com experiência comprovada no trabalho com populações migrantes. Estes cursos são promovidos pelos estabelecimentos de ensino da rede pública, pela rede de centros de gestão direta e participada do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) e pela rede de Centros Qualifica.

Entidade	N.º de Ações	N.º de Inscrições
DGEstE	409	7 288
IEFP, I.P.	364	6 566
CQ	8	144
TOTAL	781	13 998

Execução PLA em 2021 (dados provisórios)

Fonte: SIGO (13-02-2022)

Em 2021, foi criada a primeira Comissão Nacional de Acompanhamento dos cursos de PLA. Composta por representantes do ACM, I.P./GLPt, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.) e da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Superior, I.P. (ANQEP, I.P.), esta Comissão visa o desenvolvimento de uma estratégia conjunta de atuação no âmbito dos cursos de PLA. A Comissão reuniu-se pela primeira vez no dia 5 de maio, Dia Mundial da Língua Portuguesa, tendo-se reunido mais três vezes durante o ano de 2021 (07/07, 24/11 e 15/12).

O Dia Mundial da Língua Portuguesa foi assinalado pelo GLPt com a criação de uma imagem alusiva a esta celebração e com a criação e divulgação de seis cartões informativos, em português, hindi, inglês, nepalês e ucraniano sobre os cursos de PLA. Estes cartões foram posteriormente atualizados para ampla divulgação desta oferta formativa.



Cartões digitais sobre os cursos de PLA (versão em língua portuguesa)

A partir destes cartões foram produzidos vídeos para mupis digitais e que foram utilizados para divulgação no MAR Shopping Algarve, no âmbito de uma parceria estabelecida entre o GLPt e esta entidade.

Com o objetivo de divulgar os cursos de PLA e as principais alterações introduzidas pela Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, o GLPt promoveu nove sessões informativas, das quais:

- cinco dirigidas à Rede Nacional de Centros Qualifica (24/02, 26/02, 03/03, 05/03 e 16/04), em parceria com a ANQEP, I.P.;
- uma dirigida às Associações de Imigrantes/Refugiados (18/05);
- duas dirigidas a técnicos/as da Rede CLAIM, Rede GIP, Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM) e Equipas de Mediadores Municipais Interculturais (EMMI) (28/05 e 01/06);
- uma dirigida às entidades de acolhimento de pessoas refugiadas (09/07).

A articulação interna com os demais gabinetes/núcleos do ACM, I.P., assumiu, ao longo de todo o ano, um fator de extrema relevância no que diz respeito à divulgação da oferta formativa existente junto dos diferentes públicos, destacando-se em particular a articulação com o GAPLIM, o GAIPESQ, o NLA e NAIR. Exemplo dessa articulação interna é também o Grupo de Trabalho PLA, um grupo interno composto por representantes do GAIPESQ, GASI, GAPLIM, LAM/STT, NAIR e NLA e que se reuniu periodicamente (19/04 e 06/07) tendo em vista a partilha de informação, a identificação de necessidades e propostas de solução.

A Plataforma de Português Online, disponível em <https://pptonline.acm.gov.pt/> apresenta conteúdos para aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas. A plataforma, organizada em 24 módulos temáticos funcionais, apresentados nos formatos texto, áudio, vídeo e imagem, está disponível em português, inglês, árabe e espanhol. De acesso gratuito e embora não confira qualquer tipo de certificação, esta plataforma tem tido, desde 2016 (ano da sua implementação) uma procura crescente por parte de muitos/as utilizadores/as que pretendem aprender e praticar a língua portuguesa.

N.º de Utilizadores/as 2021	17 057 (6602 H + 10.455 M)
N.º de Utilizadores/as 2016-2021	47 227
N.º de Nacionalidades 2016-2021	201

Número de utilizadores/as Plataforma de Português Online e de nacionalidades

No âmbito do Aviso n.º POISE-33-2021-04, referente à TO 3.06 – Português Língua de Acolhimento, foram aprovadas 24 candidaturas (nove no Norte, 11 no Centro e quatro no Alentejo), num valor global de 2.686.077,34€. Durante o período de 29/11 e 16/12 foram realizadas pelo GLPt, em articulação com o NG OI-POISE, 17 reuniões de acompanhamento com o objetivo de:

- dar orientações básicas para o arranque das operações e respetivo reporte no SIFSE (Sistema de Informação do Fundo Social Europeu);
- apresentar uma breve contextualização das valências do GLPt e possibilidades de articulação com as entidades promotoras de cursos de PLA;
- esclarecer dúvidas das entidades beneficiárias na fase inicial de implementação do projeto.

Em 2021 foram lançados dois avisos no âmbito do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) que contemplavam, entre outras tipologias, ações de aprendizagem da língua portuguesa por via da educação não formal. No âmbito do Aviso n.º 97/FAMI/2021 e do Aviso n.º 98/FAMI/2021 foram aprovados, respetivamente, 13 e cinco projetos com ações no âmbito desta tipologia.

Linha de Apoio a Migrantes (LAM)/Serviço de Tradução Telefónica (STT)

Linha de Apoio a Migrantes

A Linha de Apoio a Migrantes (LAM), a funcionar desde 2003, realiza atendimentos telefónicos, com o objetivo de disponibilizar aos/às migrantes, associações, empresas e instituições da Administração Pública um serviço informativo sobre assuntos na área das migrações, responder de imediato às questões mais frequentes e/ou encaminhar para outros organismos/respostas/atendimento especializado. A funcionar de segunda a sexta-feira (dias úteis) de forma contínua, entre as 9h00 e as 19h00, o atendimento foi executado em 14 diferentes idiomas/dialetos,

(português, inglês, francês, espanhol, russo, romeno, moldavo, ucraniano, árabe, crioulo Cabo Verde, crioulo Guiné-Bissau, fula, mandinga e wolof).

No ano de 2021, a LAM recebeu 102.300 chamadas, das quais 74.778 foram atendidas (73% de execução).

Serviço de Tradução Telefónica

O Serviço de Tradução Telefónica (STT) surgiu em 2006 e contava, em 2021, com uma bolsa de 107 tradutores/as e 69 idiomas/dialetos. Este Serviço disponibiliza traduções em formato de conferência telefónica entre a entidade que solicita o serviço, o/a cidadão/ã imigrante ou refugiado/a e o/a tradutor/a, com o objetivo de ultrapassar a barreira da língua, uma das maiores dificuldades sentidas pelos/as imigrantes no seu processo de integração. Como resposta às alterações dos fluxos migratórios, este serviço tem vindo a ser reforçado com novos idiomas e mais tradutores. No corrente ano, a bolsa do STT foi reforçada com 22 novos/as tradutores/as e um novo idioma – vietnamita.

Ao longo do ano de 2021 foram realizadas 2149 traduções através do Serviço de Tradução Telefónica. Relativamente aos idiomas mais solicitados nas traduções telefónicas, verificou-se um elevado número de pedidos de traduções em árabe (930), seguido do russo (198) e do hindi (152). Destacaram-se este ano outros dois idiomas, o francês (137) e o farsi (125).

No que respeita às entidades que mais recorreram ao STT, é de referir uma enorme procura por parte dos vários gabinetes especializados dos CNAIM e também uma significativa procura da bolsa de tradutores por parte de entidades na área da saúde, incluindo hospitais, centros de saúde, entre outros. Este serviço foi especialmente solicitado no âmbito de atendimentos relacionados com a COVID-19. Destaca-se também a procura do serviço de tradução telefónica por parte das organizações não governamentais, particularmente as que acolhem cidadãos/ãs refugiados/as.

Traduções presenciais e escritas

Durante todo o ano foi dada resposta a diferentes solicitações para traduções presenciais no âmbito das ações que foram sendo realizadas junto dos/das cidadãos/ãs imigrantes para efeitos de despistagem e acompanhamento da COVID-19. Foram desenvolvidas operações em *hostels*, Pousadas da Juventude, apartamentos e em organizações não-governamentais, durante a semana e aos fins de semana, pelo que foram. Contatados funcionário/as da LAM/ STT e do CNAIM Lisboa, assim como os tradutores/as da bolsa do STT para estas deslocações.

Paralelamente foram realizadas traduções escritas de materiais informativos sobre as normas inerentes à Pandemia e acerca da vacinação contra a COVID-19. Até ao final de 2021 foram traduzidas mais de 140 mil palavras em inglês, francês, espanhol, italiano, búlgaro, romeno, russo,

moldavo, mandarim, árabe, tigrínia, farsi, nepalês, bangla, urdu, hindi, gujarati e tailandês.

Traduções Videochamada

Por motivo da pandemia e intensa redução nos atendimentos presenciais, as diferentes entidades que desenvolvem atividade com cidadãos/ãs estrangeiros/as optaram, em diferentes momentos/atendimentos pela realização de traduções por videochamada. Muito embora este serviço ainda se encontre em fase de finalização da sua implementação no âmbito do projeto de instalação do *Contact Center*, realizaram-se 134 traduções neste formato para o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (NAIR) do ACM, I.P., gabinetes especializados dos CNAIM, Tribunais, Agrupamentos de Escolas, Segurança Social, Conselho Português para os Refugiados (CPR), Santa Casa da Misericórdia (SCML), Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) de Lisboa e outros.

PROJETOS INTERNACIONAIS

Coop4Int – *Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*

O projeto Coop4Int – *Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde* tem como objetivo geral reforçar os mecanismos de integração dos imigrantes na sociedade cabo-verdiana, fortalecendo simultaneamente as prioridades definidas no quadro de cooperação entre Portugal e Cabo Verde.

Este projeto, aprovado em 2021 e financiado por via da Migration Partnership Facility (MPF) III, uma iniciativa financiada pela União Europeia (UE) e implementada pela International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), é coordenado pelo ACM, I.P., e desenvolvido em parceria com a Alta Autoridade para a Imigração (AAI) de Cabo Verde, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e o Instituto Politécnico de Bragança.

O Coop4Int concebe a integração como uma questão multisectorial, que requer a implementação de serviços públicos bem preparados para a especificidade dos/as migrantes enquanto utilizadores/as de serviços (diversidade cultural e linguística), a articulação com várias partes interessadas (públicas, privadas, sociedade civil), e englobando diferentes aspetos da sociedade, numa abordagem *whole-of-government*. A garantia do respeito pelos Direitos Humanos e o *mainstreaming* de género nortearam o desenho deste projeto.

Embora partindo da experiência portuguesa na promoção da integração de migrantes e atendendo às necessidades, contexto e estruturas administrativas de Cabo Verde, esta ação foi pensada para criar modelos flexíveis, que poderão ser implementados e replicados em todos os Estados-Membros da UE e em países parceiros.

Deste modo, o objetivo geral do projeto é alcançado através da realização de várias atividades orientadas para resultados práticos e precisos, com base na troca de experiências entre ambos os países para melhorar os serviços prestados. Tais atividades incluem a provisão, instalação e gestão de Unidades Locais de Imigração, a constituição de equipas de terreno, o apoio técnico na elaboração de Planos Municipais de Imigração, o desenvolvimento de ações capacitação nas temáticas de gestão das migrações e de empreendedorismo migrante, visitas de estudos entre ambos os países, e o desenvolvimento de estudos e investigação no âmbito das migrações.

Com duração de 37 meses, e tendo iniciado a 1 de dezembro de 2021, ainda durante o ano de 2021 foram desenvolvidas várias atividades, que contaram com o envolvimento ativo de equipas do ACM, I.P., como: a preparação e revisão dos Termos de Referência para o recrutamento de técnicos; a definição dos conteúdos e calendário de formação, assim como identificação e configuração da plataforma para repositório de materiais de apoio à formação; o início da elaboração do Plano de Comunicação e do estudo de desenvolvimento de um logótipo para o projeto.

Também em 2021, a 22 de dezembro, teve lugar o evento de alto-nível que assinalou o arranque das atividades deste projeto. Neste participaram o primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, e a Ministra de Estado e da Presidência de Portugal, Mariana Vieira da Silva, tendo estado também presentes representantes da Comissão Europeia e do ICMPD, bem como das entidades parceiras do projeto.

DT4E – Displaced Talent for Europe

O DT4E, implementado por um consórcio de parceiros coordenado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e com os parceiros Talent Beyond Boundaries (TBB), Fedasil e Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), com o apoio da Fragomen, teve Início a 1 de dezembro de 2021 e tem a duração de 36 meses, é financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

Este projeto permitirá que pessoas que precisam de proteção internacional, e que se encontram na Jordânia e no Líbano, se conectem com empregadores na Bélgica, Irlanda, Portugal e Reino Unido e integrem, de forma sustentável, o mercado de trabalho desses países. Muitas pessoas que precisam de proteção internacional não conseguem integrar-se localmente na Jordânia e no Líbano, devido a restrições nos direitos laborais, mas possuem conhecimentos e competências que podem facilitar seu acesso a uma solução de longo prazo num país europeu por meio da mobilidade laboral. No contexto do projeto, este grupo-alvo será referido como “talentos deslocados”.

O projeto estabelecerá as bases para esquemas de mobilidade de talentos deslocados em toda a Europa, testando percursos de migração complementares, documentando as melhores práticas, identificando áreas para a revisão de políticas e envolvendo o setor privado, bem

como organizações de apoio a refugiados, para apoiar os talentos deslocados no acesso a esses percursos. Esses esquemas de mobilidade de talentos deslocados não visam substituir os programas tradicionais de reinstalação de refugiados, mas sim complementá-los, servindo duplamente objetivos humanitários e económicos.

Ao longo de um período de três anos, espera-se que o projeto permita:

- Aumentar o apoio nacional para o desenvolvimento de percursos complementares para talentos deslocados, através do reforço de parcerias e do diálogo sobre políticas.
- Envolver empregadores em quatro países europeus para lidar com a escassez de talentos/competências (*skills*) através de esquemas de mobilidade de talentos deslocados.
- Apoiar um mínimo de 250 talentos deslocados durante todo o processo de mobilidade, com apoio personalizado no período pré-partida, bem como no processo de integração após a chegada.
- Promover o intercâmbio de experiências, conhecimentos e práticas sobre percursos complementares para talentos deslocados em toda a Europa, através da criação de uma comunidade regional de práticas.

No âmbito do projeto atividades do ACM, I.P., consistem nas seguintes:

- Contribuir para a avaliação nacional de referência, relativamente a Portugal;
- Participar, em Portugal, nos diálogos com os diversos *stakeholders*;
- Fornecer apoio na integração pós-chegada (por exemplo, encontrar alojamento e informar e facilitar o acesso e cursos de línguas);
- Auxílio na preparação de um guia de acolhimento de talentos para Portugal;
- Contribuir para o desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação e divulgação em Portugal;
- Participação no Grupo Regional de Peritos;
- Contribuir para as atividades de divulgação, visibilidade e *advocacy*;
- Participação na comunidade de prática (incluindo webinar temático, atividades de divulgação nacional e regional, etc.).

EQUIPAS DE EMERGÊNCIA

No ano de 2021 o ACM, I.P., continuou a acompanhar e a participar em ações inerentes à pandemia provocada pela COVID-19. O papel do ACM, I.P., foi de identificação e sinalização de constrangimentos identificados junto de pessoas migrantes, refugiadas ou ciganas, tendo, para o efeito, estreitado relações com diversas entidades, para melhor diagnóstico das situações, identificação e sinalização das necessidades, tendo em vista a minimização dos constrangimentos identificados. Para além deste papel, o ACM, I.P., teve uma atuação também em situações de emergência, assim como esteve envolvido no processo de testagem e de vacinação dirigido a cidadãos migrantes.

São exemplos de algumas das ações onde o ACM, I.P., esteve envolvido ao longo de 2021 as seguintes:

- Acompanhamento e presença em unidades hoteleiras onde pessoas diagnosticadas com COVID-19 precisaram de apoio para comunicação com várias entidades;
- Identificação de situações em que as crianças ficaram impedidas do acesso a equipamentos informáticos para frequência das aulas, sinalizando estas situações ao Ministério da Educação;
- Colaboração com a Médicos Sem Fronteiras (MSF) a qual se propôs a dinamizar iniciativas de prevenção e mitigação da COVID-19 em Portugal, através da preparação de multiplicadores para promoção da prevenção da COVID-19 em grupos vulneráveis. O ACM, I.P., identificou os territórios onde a intervenção se considerava relevante, agilizando os contactos com as entidades locais e as questões logísticas de mobilização por potenciais multiplicadores. Foram concretizadas ações em Odemira, Lisboa e Beja;
- Participação de forma ativa no que respeita à *Task-Force* constituída para o território de Odemira, tendo tido papel ativo no seguinte:
 - Presença nas reuniões da *Task-Force*;
 - Tradução, em variadas línguas, de materiais informativos e de sensibilização (escritos e vídeos);
 - Mediadores/tradutores/técnicos no terreno, em várias ações (ações de sensibilização/informativas; fiscalização às empresas, conduzidas pela ACT; fiscalização dos alojamentos; reinstalação dos cidadãos em alojamento alternativo; vacinação; situações de inquérito conduzidas pela GNR; apoio do centro de saúde na comunicação feita com os cidadãos isolados (tradutor); testagem; apoio aos serviços de saúde no contacto telefónico com pessoas migrantes em isolamento (apoio na tradução); presença ou contacto telefónico com cidadãos migrantes instalados na Base Naval do Alfeite;
 - Identificação de ofertas de emprego;
 - Apoio social, identificando e encaminhando para respostas no concelho;
 - Articulação com entidades locais.
- Participação em grupos de trabalho relativos à testagem de migrantes, com intervenções várias, por exemplo, na cidade de Lisboa, onde, em colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa, o ACM, I.P., participou em 18 ações de testagem;
- Participação na *Task-Force* relativa à vacinação de migrantes, tendo o ACM, I.P., entre outros, o papel de sinalizar bloqueios no acesso à vacinação. Neste âmbito, o ACM, I.P., para facilitar a comunicação, criou um *e-mail* para responder diretamente aos cidadãos – covid19@acm.gov.pt –, apoiou, através dos seus serviços, no autoagendamento para vacinação e constituiu uma equipa de terreno para que, junto dos migrantes, na zona de Lisboa, auscultasse as suas dificuldades no acesso à vacinação e apoiasses nos bloqueios identificados, por intermédio da sua ação ou por via de sinalização às autoridades competentes.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, POLÍTICA MIGRATÓRIA E CAPTAÇÃO DE MIGRANTES (DRIPMCM)

Nas matérias de Política Migratória e da Captação de Migrantes, cumpre ao Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes (DRIPMCM), o acompanhamento do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM), o apoio técnico e jurídico aos trabalhos do Conselho para as Migrações, a implementação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, a gestão do Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante, a dinamização de Protocolos e acompanhamento de Planos de entidades externas, entre outras atividades.

Aprovado pela RCM n.º 141/2019, de 20 de agosto, o PNIPGM promove uma gestão integrada das migrações, pelo que envolve todos os níveis da administração pública e da sociedade civil. O Plano inclui os 23 objetivos e os 10 princípios orientadores do Pacto Global das Migrações das Nações Unidas, dividindo-se por cinco eixos de ação. É composto por 97 medidas, das quais 22 contam com o envolvimento do ACM, I.P.

No plano técnico, é ao ACM, I.P., que compete o acompanhamento da execução do PNIPGM e a gestão da rede de pontos focais das entidades que implementam as medidas. Assim, a Equipa de Monitorização do PNIPGM, integrada no DRIPMCM, assegura: i) a articulação com a rede de pontos focais; ii) o planeamento e a coordenação de reuniões trimestrais com a rede de pontos focais; iii) as demais diligências necessárias à condução dos trabalhos técnicos, e de que é exemplo a criação de grupos de trabalho para dinamização de medidas que envolvem um grande número de entidades. A Equipa de Monitorização do PNIPGM assegura igualmente o reporte de informação sobre a execução das medidas do ACM, I.P., em articulação mensal, junto das suas equipas.

No âmbito da monitorização do PNIPGM são também dinamizados grupos de trabalho e reuniões bilaterais para a concretização de medidas específicas, bem como realizadas reuniões trimestrais com as entidades. Em 2021, as reuniões realizaram-se nos dias 8 de março, 28 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro.

Destacam-se algumas medidas implementadas com envolvimento do ACM, I.P.: publicação anual de relatórios estatísticos de indicadores de integração de migrantes (medida 1); criação de uma secção no portal ePortugal com conteúdos setoriais dos serviços da Administração Pública dirigidos a migrantes (medida 10); lançamento de um Guia de Acolhimento a Migrantes com informação útil de entidades públicas para a integração de migrantes (medida 11); articulação

com serviços públicos e municípios para assegurar respostas a migrantes em situação de vulnerabilidade (medida 30); capacitação de associações de imigrantes (medida 31); formação de funcionários públicos nas questões da interculturalidade e prevenção e combate à discriminação racial (medida 33); agilização de mecanismos de encaminhamento de migrantes para o SEF, CNAIM e CLAIM com vista à sua regularização (medida 51); dinamização de medidas da saúde nos Planos Locais para a Integração de Migrantes (59); aumento da dotação financeira dos projetos do ACM, I.P., destinados à integração de migrantes (medida 66); realização de iniciativas de promoção da interculturalidade e do diálogo Inter-religioso (medida 68); dinamização de ações da Bolsa de Formadores do ACM, I.P. (medida 71); publicação de estudos e disseminação de materiais informativos sobre a temática migratória (medida 75); agilização dos procedimentos de encaminhamento para a OIM no âmbito dos casos de retorno voluntário (medida 91), entre outras.

Foram acompanhados os processos de negociação relativos aos Acordos de Mobilidade com a Índia, Marrocos e Tunísia, em articulação com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros.

Em 2021, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi concretizado o processo de envolvimento da sociedade civil na implementação do PNIPGM. Com este processo pretendeu-se auscultar a sociedade civil sobre o PNIPGM tendo sido para o efeito preparado um questionário pela OIM, aplicado junto da Rede CLAIM, Associações de Imigrantes, Conselho para as Migrações e Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, para apurar o envolvimento e recolher informação e recomendações destas entidades para o PNIPGM. A apresentação do relatório será realizada no início de 2022.

No final de 2021, iniciou-se o processo de implementação dos Indicadores de Governança das Migrações (*Migration Governance Index* – MGI), tendo sido realizada uma reunião de apresentação do MGI à rede de pontos focais do PNIPGM no dia 23 de novembro. A ferramenta MGI, que em Portugal é implementada pela OIM, visa identificar boas práticas e possíveis lacunas na definição de políticas, programas e capacidade institucional nas áreas das migrações e está concebida para apoiar os países na implementação das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionadas com as migrações e promoção do diálogo interinstitucional sobre a boa gestão das migrações.

Ao DRIPMCM compete ainda, entre outras tarefas, preparar e acompanhar os trabalhos do Conselho para as Migrações – órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias. Integram este órgão de consulta representantes das principais comunidades (eleitos) e representantes de Instituições mais diretamente relacionados com as temáticas das migrações (designados) que participam e colaboram na definição e execução das políticas migratórias.

Em 2021, realizaram-se sete reuniões do Conselho para as Migrações: nos dias 1 de março; 15

de março; 26 de março; 5 de abril; 1 de junho; 13 de setembro e 15 de dezembro. De referir que na reunião de dia 15 de março tomaram posse novos/as conselheiros/as, iniciando-se um novo mandato do CM que terminará em 2023. Entre outros temas, foram abordados nas reuniões do CM: o reconhecimento de Associações de Migrantes pelo ACM, I.P.; o do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025; o processo de implementação de escala de advogados no aeroporto de Lisboa; pontos de situação da implementação do PNIPGM e do envolvimento da Sociedade Civil no Plano; campanha de participação cívica dos/as cidadãos/ãs estrangeiros/as residentes em Portugal nas Eleições Autárquicas; criação de grupo de trabalho do CM para a promoção da participação cívica dos/as cidadãos/ãs estrangeiros/as residentes em Portugal; protocolos estabelecidos entre o ACM, I.P., a PSP e a GNR.

Cabe também ao DRIPMCM a implementação da Lei 27/2017, de 30 de maio, que aprovou medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos/as trabalhadores/as, com a transposição da Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014. Com esta Lei cabe ao ACM, I.P.: a coordenação das atividades desenvolvidas pelo Grupo Técnico de Acompanhamento, composto pelas entidades envolvidas na execução da Lei; assegurar o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados-Membros; promover a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade; assegurar a publicação de relatórios independentes e formular recomendações; proceder à publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação.

Deste modo, no ano de 2021, o DRIPMCM desenvolveu ações para a implementação de medidas previstas na referida Lei 27/2017, de 30 de maio, como: a implementação das propostas de melhoria na página dos cidadãos europeus no site do ACM, I.P., e no site E-Portugal; uma auscultação à REDE CLAIM e Associações de Imigrantes para perceber se foram detetadas restrições ou entraves injustificados ao direito de livre circulação de trabalhadores da União Europeia e membros das suas famílias ou de questões de integração; implementação de medidas para melhoria do espaço Cidadão Europeu no site do ACM, I.P., e estabelecidas hiperligações entre a página dos Cidadãos Europeus do site do ACM, I.P., e o ePortugal, A Sua Europa e Rede EURES. Foi realizado igualmente um levantamento de dados do SEFSTAT sobre o número de cidadãos europeus residentes em Portugal, por distrito e concelho, para verificação das regiões com maior número de cidadãos europeus em Portugal. Foi também realizada uma sessão de sensibilização sobre a Lei 27/2017, de 30 de maio, para a Rede CLAIM, Associações de Imigrantes, Rede GIP Imigrante e outras entidades que contribuem para a integração de cidadãos europeus.

Já no que se refere ao Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE), estrutura criada para monitorizar as medidas e ações inscritas no Plano Estratégico para as Migrações e apoiar no acompanhamento aos/às cidadãos/ãs portugueses/as emigrantes que pretendam regressar a Portugal, dado o termo da sua vigência em 2020, no ano de 2021, o GARE apenas se centrou no

apoio a pedidos de esclarecimentos a questões colocadas por emigrantes, através do endereço eletrónico gare@acm.gov.pt ou por contacto telefónico. Neste âmbito foram totalizadas 54 solicitações ao longo do ano cujo assunto variou entre questões ligadas ao apoio ao regresso, emprego, habitação, contribuições à segurança social, saúde, ensino, nacionalidade portuguesa, impostos, apoios sociais e empreendedorismo. A via mais utilizada de contacto foi a do correio eletrónico.

Em 2021, o DRIPMCM criou e dinamizou um Grupo de Trabalho sobre “Doentes PALOP”. Integram este grupo os representantes de MS (DGS), MNE (CICL), MAI (SEF), MTSSS (ISS,I.P). Em 2021 foram realizadas duas reuniões de trabalho, nos dias 2 de julho e 8 de outubro. De referir que se encontra em elaboração um circuito/plano que irá clarificar os procedimentos relativos aos Acordos de Cooperação no Domínio da Saúde celebrados entre Portugal e os PALOP.

No âmbito da Migração Legal efetuou-se o acompanhamento de projetos que se encontram a ser financiados pelo ACM I.P, através do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). Em colaboração com outras instituições, o DRIPMCM assegurou, igualmente, apoio à implementação de Estratégias, Planos Nacionais e Protocolos, os quais sucintamente se elencam:

- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023);
- Plano Nacional de Formação Financeira (2021-2025);
- Plano Nacional de Saúde (2021-2030);
- Protocolo com a Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Protocolo com a Policia de Segurança Pública (PSP);
- Protocolo de cooperação para promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do direito das migrações, celebrado com a Universidade Autónoma de Lisboa, Autónoma Academy – Academia de Pós-Graduações.

NÚCLEO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (NRI)

Redes e projetos internacionais

Resultante da diversidade e abrangência das suas áreas de atribuição, o ACM, I.P., colabora, ativa e continuamente, com diversas redes e grupos de trabalho a nível internacional. Esta colaboração traduz-se na monitorização da implementação em Portugal de políticas públicas em matéria de migrações, da integração dos imigrantes e grupos étnicos, da gestão e valorização da diversidade.

No ano de 2021, o ACM, I.P. esteve presente nas reuniões do **Grupo de Trabalho para as Migrações**, da **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)**, a 1 de março e a 16, 17 e 18 de junho, ocorridas em formato digital e nas reuniões do Grupo de Trabalho da **Rede de Agentes de Comunicação sobre Migração – NETCOM/OCDE** que tiveram lugar a 18 de janeiro e 12 de abril. Adicionalmente, marcou presença no evento “*Targeting*”

specific migrant audiences: how to attract international students" que decorreu a 7 de junho.

Dando continuidade à atividade do ACM, I.P. enquanto ponto focal nacional junto da **FRA – Agência Europeia para os Direitos Fundamentais da União Europeia**, em 2021, houve lugar à coordenação da preparação dos contributos nacionais para a construção do *Relatório Anual da FRA*.

Este Instituto participou, também, nas *reuniões dos Oficiais Nacionais de Ligação da FRA* (a 22 e 23 e março e a 13 de outubro) e nos eventos "*A Framework for Human Rights Cities and its contribution to Fundamental Rights in the EU*" (5 de maio) e "*How you can tackle disinformation*" (28 de junho).

Adicionalmente, marcou-se presença no Fórum dos Direitos Fundamentais que decorreu, em Viena, a 11 e 12 de outubro.

Em complemento ao trabalho promovido durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que será detalhada mais à frente, o ACM, I.P. assegurou também a representação de Portugal na **Rede Europeia de Integração da Comissão Europeia**, estando presente na reunião virtual, realizada a 9 de dezembro, e na primeira reunião do Subgrupo Indicadores desta Rede Europeia, que teve lugar a 17 de junho.

Em 2021, prosseguiu a participação ativa deste Instituto na **Equinet – Rede Europeia dos Mecanismos de Proteção da Igualdade**. Assinalamos a presença do ACM, I.P. na *Assembleia-Geral da Equinet* a 27 de setembro, no Grupo de Trabalho Comunicação a 11 de maio e 3 de dezembro, e nos seguintes eventos: "*Equinet Roundtable on Roma Equality*" (22 de fevereiro), "*Equality Bodies and Freedom of Movement of EU Workers*" (17 de março), "*Cluster on Equality Mainstreaming*" (26 de março), "*Filling the Gaps in Equality Legislation in the EU Member States*" (7 de setembro) e "*Persuasive writing/Hate Speech training*" (1 e 2 de dezembro).

Portugal continuou a assegurar a sua representação na **Parceria para a Inclusão de Migrantes e Refugiados**, integrada na **Agenda Urbana da Comissão Europeia**, através do ACM, I.P. Este Instituto esteve presente nas reuniões de trabalho virtuais ocorridas a 22 de abril, 24 de junho e 26 de outubro e no evento "*Culture and Social Inclusion in cities*" que teve lugar a 29 de novembro.

No que concerne ao trabalho desenvolvido junto das populações ciganas, o ACM, I.P. prosseguiu com a sua presença na **Rede National Roma Contact Points** estando presente na reunião que decorreu a 7 de junho.

Este Instituto esteve também representado nos seguintes eventos promovidos pelo **Conselho da Europa**: "*Roma Youth: together for emancipation and empowerment. The role of history in the participation and inclusion of Roma Young People*" (9 de abril), "*8th International Roma Women's Conference*" (15 a 17 de setembro) e "*From birth to profession – the first decade of social inclusion*"

and Roma Integration Strategies" (22 a 24 de setembro).

Defesas da aplicação de Tratados e Convenções

O ACM, I.P., tem integrado as Delegações Nacionais que, junto da Organização das Nações Unidas e do Conselho da Europa, defendem a aplicação de diversos Tratados e Convenções no nosso país, decorrente dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, nomeadamente no âmbito dos Direitos Humanos.

Em 2021, o ACM, I.P. reuniu com o Comité GRETA (Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Seres Humanos) a 17 de junho e, a 30 de novembro, acolheu a visita do Grupo de Trabalho de Peritas das Nações Unidas sobre Pessoas de Ascendência Africana.

Comunicações em conferências e encontros internacionais

O ACM, I.P., é convidado a participar em conferências e seminários internacionais, evidenciando assim o reconhecimento da importância e da excelência do trabalho desenvolvido por este Instituto. Destacamos, em 2021, as seguintes participações:

- Fórum Global Migrações e Desenvolvimento, 19 de janeiro;
- Diálogo *Global Compact* no Fórum Global Migrações e Desenvolvimento, 26 de janeiro;
- IRC (*International Rescue Committee*) *Early Integration of Refugee and Asylum Seekers*, 25 de fevereiro;
- Evento *Champion Country* do Escritório de Viena da OIM (Organização Internacional para as Migrações), 24 de março;
- Evento MPI (*Migration Policy Institute*) "*A year of pandemic: the state of global human mobility and what is on the horizon*", 8 de abril;
- Evento *Champion Country* – Geórgia, 22 de abril;
- Evento CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e o Caribe)/ONU (Organização das Nações Unidas) – Revisão Regional do Pacto Global Migrações, 26 de abril;
- OIM – Diálogo Internacional sobre Migrações e Questões Ambientais, 25 e 26 de maio;
- Evento Malta/ICMPD (*International Centre for Migration Policy Development*) "*Facilitating Legal Migration in the Post Covid-19 recovery period*", 27 de maio;
- Evento *Migration and the EU multi-level governance*, 16 de junho;
- Participação na Cerimónia de Abertura do EUDIF Future Forum/ICMPD, 22 de junho;
- "*Advancing the implementation of the Global Compact for Migration – key lessons learned from the GCM Regional Review Processes – Inputs from the Asia-Pacific and Europe – virtual side event of the High Level Policy Forum 2021*", 8 de julho;
- *Workshop "Boosting Migrant Integration Reforms – from Inclusion to Resilience"* – European Week of Regions and Cities, 13 de outubro;
- *3rd European Policy Dialogue Forum on Refugees and Migrants*, KAICIID, Lisboa, 19 e 20 de

outubro;

- Apresentação trabalho internacional do ACM no Seminário de Práticas Diplomáticas, ISCSP, 9 de novembro.

Visitas de delegações internacionais

A estratégia adotada por Portugal para a integração de migrantes e refugiados em território nacional tem reconhecido mérito internacional. Assim, são várias as Delegações Internacionais que se deslocam ao ACM, I.P., e ao CNAIM de Lisboa, com o objetivo de melhor compreender as práticas desenvolvidas no país.

Em 2021, destacamos as seguintes visitas:

- Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi, a 12 de janeiro;
- Diretor do Instituto Nacional para as comunidades moçambicanas no exterior, Armando Pedro Muiuane, 30 de setembro;
- Delegação da Guiné-Bissau (Embaixador em Portugal e Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Comunidades da Guiné-Bissau), 4 de outubro;
- Vice-Governadora do Ceará, Izolda Cela, 27 de outubro;
- Escritório do ICMPD da Tunísia e de diversas autoridades tunisinas, 23 de novembro;
- Embaixador da Moldova, Alexei Cracan, 24 de novembro.

A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), que decorreu no primeiro semestre de 2021, o ACM, I.P., desenvolveu um conjunto de iniciativas das quais destacamos:

- **Área Migrações e Integração**

Após uma pausa de quatro anos, e tentando colocar as questões da integração de pessoas migrantes e refugiadas na agenda da UE, o ACM, I.P., em conjunto com o Secretariado-Geral do Conselho, reativou o Grupo de Trabalho Integração, Migração e Expulsão (IMEX) na sua formação **Integração (GT IMEX/Integração)**.

Assim, a **5 de março**, realizou-se a reunião do GT IMEX/Integração com a presidência da Senhora Alta-Comissária e que contou com a participação de representantes de todos os Estados-Membros (EM). O ACM, I.P. ainda integrou a Delegação Nacional deste Grupo de Trabalho.

O ACM, I.P. ficou responsável pela articulação da preparação com a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER) e o Secretariado-Geral do Conselho, **definição da**

agenda de trabalhos e, ainda, pela **criação da Flash** que deu as boas-vindas aos participantes e enquadrou os trabalhos.

Realizámos, em parceria com a DG HOME, o **Evento da Rede Europeia de Integração** que decorreu no dia **31 de março**, e que contou com a presença da Senhora Ministra de Estado e da Presidência e da Comissária Europeia para os Assuntos Internos, Ylva Johansson, na Sessão de Abertura.

O encontro, que resultou da organização conjunta entre o ACM, I.P., e a Comissão Europeia, visou, entre outros aspetos, discutir as condições de vida das pessoas migrantes durante a pandemia e o seu contributo para a recuperação económica.

A **13 de abril** teve lugar a realização da reunião **Ministerial Informal com os titulares das pastas da Integração**. O ACM, I.P. também apoiou a preparação deste encontro, tendo assumido a **definição da concept note**. Adicionalmente, articulámos com a OCDE a preparação e divulgação do *Policy Brief*, que foi distribuído a todas as Delegações, e que teve como título "*How can European countries improve the integration of youth with migrant parents?*".

A reunião proporcionou um momento de discussão aberta entre responsáveis políticos de Alto-Nível e outros atores sobre os desafios que os Estados-Membros enfrentam com a integração de pessoas migrantes e refugiadas, reforçando o empenho e o compromisso de Portugal com a colocação das questões da integração na agenda da União Europeia.

A **18 de maio** realizou-se a segunda reunião do **GT IMEX/Integração**. Além da preparação de todas as questões logísticas, junto da Secretaria-Geral da PCM, o ACM, I.P., assegurou a **definição da agenda, da Flash e a preparação do non-paper da Presidência "Summary of the work developed on the integration of migrants and refugees during the Portuguese Presidency of the Council"**.

Adicionalmente, o ACM, I.P., assumiu a articulação com a DG HOME relativa às apresentações sobre os diversos Fundos Europeus que poderão apoiar as questões da Integração no próximo Quadro Financeiro Multianual como o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI); o Fundo Social Europeu + (FSE +) e o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER) e articulou com a OCDE a sua apresentação sobre a integração das crianças e jovens descendentes de migrantes.

• Populações ciganas

Neste domínio, haverá a destacar a participação do ACM, I.P., na negociação, que decorreu no Grupo de Trabalho das Questões Sociais, da **Recomendação do Conselho relativa à igualdade, inclusão e participação das populações ciganas**, que foi adotada a **12 de março**.

O ACM, I.P., integrou a Delegação Nacional que, no âmbito do Grupo de Trabalho para as Questões Sociais, negociou os termos das Recomendação.

A Recomendação, adotada por unanimidade, revela o compromisso da União Europeia com a melhoria das condições de vida e de participação das populações ciganas, e exorta os Estados-Membros a, entre outros aspetos, aprofundar a aplicação das Estratégias Nacionais para a Integração das populações ciganas.

Adicionalmente, o ACM, I.P. participou na organização da **Conferência "Working Together for Roma Rights"**, que decorreu no dia **15 de abril**.

• **Prevenção e Combate à Discriminação Racial**

Realizou-se, no dia **20 de abril**, a **Conferência de Alto Nível "Proteção contra a Discriminação Racial e Intolerância Relacionada (antisemitismo, xenofobia e anticiganismo)"**, organizada no âmbito da PPUE em parceria com o Programa Nunca Esquecer.

• **Outras atividades desenvolvidas**

Para celebrar o **Dia da Europa, 9 de maio**, o ACM, I.P., através do Programa Escolhas, desafiou os 105 projetos da 8.^a Geração para realizarem atividades que promovessem a reflexão sobre o contributo e o impacto da União Europeia no seu dia a dia e, sobretudo, o debate e a análise dos desafios para o futuro.

As ações realizadas, com as crianças e jovens, foram materializadas em fotografia, vídeo, desenho, cartazes e apresentações.

De realçar a participação de mais de metade dos projetos da 8.^a Geração (59 projetos). Alguns exemplos dos trabalhos desenvolvidos foram publicados, durante a semana de 9 de maio, nos meios do ACM e do Escolhas (*site* e redes sociais).

Outras Intervenções em Fóruns Europeus e Internacionais

Neste âmbito destaca-se:

- A participação da Alta-Comissária para as Migrações no Fórum Global Migrações e Desenvolvimento com uma intervenção sobre as principais prioridades da PPUE nas questões das migrações (26 de janeiro de 2021);
- A participação na reunião da EASO *Resettlement and Humanitarian Admission Network* (16 e 17 de fevereiro);
- A participação no Evento da Equinet "*Online Roundtable on Roma Equality*" com uma

intervenção sobre a experiência portuguesa de uma abordagem integrada face às populações ciganas, reforçando os principais compromissos da PPUE com esta matéria (22 de fevereiro);

- A participação na conferência "*Adult learning, developing paths for multigenerational learning*", em formato digital (10 de março);
- A apresentação na reunião dos Oficiais Nacionais de Ligação da FRA das principais prioridades da PPUE no âmbito dos Direitos Fundamentais, com destaque para o trabalho ao nível das migrações, integração e populações ciganas (22 e 23 de março de 2021);
- A apresentação das conclusões da Ministerial Informal na área da Integração na reunião da Parceria para a Integração e Inclusão de Migrantes e Refugiados da Agenda Urbana da União Europeia (22 de abril);
- A apresentação no evento promovido pelo Parlamento Europeu com o objetivo de analisar e refletir sobre o novo Quadro Estratégico da União Europeia para as Comunidades Ciganas (1 de junho).

DEPARTAMENTO DE APOIO À INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE (DAIVD)

PROGRAMA ESCOLHAS (PE)

No âmbito do lançamento da 8.ª Geração do Programa Escolhas (PE), prevista para o biénio 2021/2022 e pelo facto do período de candidaturas se ter iniciado a 21 de dezembro de 2020 e se ter prolongado até 1 de fevereiro de 2021, a equipa central do PE dedicou-se no primeiro trimestre de 2021 às seguintes tarefas: i) Divulgação da abertura de candidaturas em diversos meios (*site, facebook e e-mail*); ii) Disponibilização de um serviço de apoio às candidaturas, através de telefone, correio eletrónico, *WhatsApp* e por videochamada para esclarecimento de dúvidas; iii) Dinamização de quatro sessões online de apresentação do regulamento e prestação de esclarecimentos; iv) Análise e avaliação inicial das 157 candidaturas apresentadas; v) Apresentação da avaliação inicial a um Júri composto por representantes de sete entidades, cuja reunião teve lugar nos dias 8 e 10 de março; vi) Publicação a 15 de março de parecer escrito do Júri com a classificação das candidaturas e a identificação dos 105 projetos a apoiar; vii) Redação e envio dos Termos de Aceitação para todos os projetos aprovados pelo Júri; viii) Análise de reclamações e realização das respetivas respostas; ix) Preparação e envio de protocolos de cooperação para as entidades promotoras e/ou com função de gestão dos 105 projetos.

A maioria dos projetos financiados iniciou oficialmente as suas atividades a 1 de abril e estão distribuídos por NUT II, da seguinte forma: 30 projetos na NUT Norte; 19 projetos na NUT Centro; 38 projetos na NUT AML; 11 projetos na NUT Alentejo; quatro projetos na NUT Algarve e três projetos nas Regiões autónomas – dois na Madeira e um nos Açores. Será de salientar que existem projetos em todos os distritos e Regiões Autónomas, com exceção de Viana do Castelo, tendo sido aprovados projetos em todas as capitais de distrito, exceto Aveiro e Viana do Castelo. O PE

financia nesta geração projetos em 68 concelhos do país.

Ao nível do **acompanhamento e avaliação** efetuado pela equipa central do PE aos 105 projetos, realizaram-se um total de 388 reuniões de acompanhamento e avaliação aos projetos locais por videochamada e 111 visitas presenciais em contexto de atividades, para além de 352 contactos de apoio técnico via telefone. Neste período foram analisados e produzidos um total de 105 relatórios relacionados com a avaliação intercalar dos projetos, nos quais estão espelhadas recomendações de melhoria no âmbito da intervenção dos projetos. Foram também analisados e aprovados na AGIL – Plataforma de Gestão da Informação Local, 349 Planos Trimestrais de Atividades submetidos pelas entidades promotoras dos projetos. Será também de referir a análise constante e diária de notificações na AGIL de pedidos de alteração dos projetos ao nível das equipas técnicas, do plano de atividades, etc.

Não obstante as limitações e constrangimentos devido à pandemia da doença COVID-19, ao longo do ano de 2021 foram desenvolvidas algumas **iniciativas mais globais**, sendo de destacar:

- A colaboração com a Provedoria para a Inclusão e a Cidadania da **Direção-Geral do Património Cultural** (DGPC) no âmbito da celebração do **Dia Internacional da Juventude**, que se celebrou a 12 de agosto, onde 31 projetos levaram 389 crianças e jovens a visitarem de forma gratuita vários museus, monumentos e palácios nacionais tutelados pela DGPC. Esta colaboração repetiu-se, com menor impacto, nas **Jornadas Europeias do Património** que tiveram lugar entre 24 de setembro e 3 de outubro de 2021.
- **O Clube Escolhas** é fruto de uma parceria entre o ACM, I.P., a Federação Portuguesa de Futebol e o IPDJ, tendo a *Social Innovation Sportshub* como responsável pela gestão da iniciativa. Tendo por base um torneio de futsal, disputado por equipas locais mistas criadas pelos projetos do PE, tem como princípios orientadores a promoção de hábitos de saúde e estilos de vida saudáveis, bem como de competências pessoais, que deverão ser decisivas no sucesso escolar e/ou profissional dos/as envolvidos/as. A classificação final dos clubes irá depender não só dos resultados dos jogos, mas também da concretização de um conjunto de missões relacionadas com a simulação do dia a dia de um clube. Esta iniciativa arrancou com a dinamização de uma sessão de esclarecimento que teve lugar a 12 de outubro dirigida aos projetos Escolhas, estando inscritas no Clube Escolhas 31 equipas de diferentes regiões do país.
- De forma a assinalar o encerramento das comemorações dos 20 anos de existência do PE, realizou-se a iniciativa **20 anos de testemunhos**. Foram desafiadas algumas pessoas do universo Escolhas, entre as quais representantes de consórcios, elementos de equipas técnicas, participantes de projetos, assim como antigos/as Coordenadores/as Nacionais do Programa, entre outros/as, a partilhar as suas histórias, experiências e ligações ao Programa nestas duas últimas décadas. Nesse sentido, a abertura a 20 de novembro foi assinalada pela publicação nas redes sociais do PE e do ACM, I.P., do vídeo testemunho da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, tendo o encerramento destas publicações sido assinalado a 30 de dezembro, com o vídeo da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia

Pereira. Paralelamente e de forma a solicitar o contributo dos projetos, estes também foram desafiados a fazerem um pequeno vídeo sobre os 20 anos do PE, os quais foram divulgados nas suas redes sociais em dias e horas previamente programadas com a equipa do PE, sendo estes vídeos depois também partilhados no *Facebook* do Programa. No total, foram publicados 131 vídeos comemorativos dos 20 anos Escolhas.

- No âmbito do Plano Anual para a Igualdade do ACM, I.P., realizou-se no dia 15 de dezembro, o **Webinar “Igualdade na Juventude, Boas Práticas e Reflexões para o Futuro”**. Este *Webinar*, dirigido às equipas técnicas dos projetos Escolhas, contou com a participação de representantes das entidades parceiras, Comissão para a Igualdade de Género, IPDJ e Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres. Para além das boas práticas apresentadas no âmbito da igualdade, por parte dos parceiros presentes, foram ainda apresentados os resultados do Desafio “Eu escolho mobilizar-me contra o sexismo”, lançado no âmbito dos desafios mensais dos Dinamizadores/as Comunitários/as, bem como o *E-Book* com a compilação de todos os poemas enviados pelos/as participantes no âmbito do Concurso “Grande Quiz – 20 Anos de Escolhas”.
- Na semana de 18 a 23 de dezembro e no âmbito do **Escolhas de Portas Abertas 2021**, os projetos Escolhas foram desafiados a abrirem as suas “portas” à comunidade. Esta iniciativa teve como principais objetivos a divulgação dos projetos a nível local e, do próprio PE a nível nacional, bem como celebrar, por todo o país, o encerramento dos 20 anos do PE. Assim, a nível local, os projetos promoveram nestes dias, um conjunto de 170 iniciativas abertas a toda a comunidade, em formato presencial ou virtual tendo sempre em atenção a garantia do cumprimento das regras de segurança em vigor relacionadas com a pandemia de COVID-19.
- O **Centro de Atividades Escolhas (CAE)**, situado em Castelo Novo no Fundão, albergou durante este ano, um total de 138 participantes, crianças e jovens e 42 elementos das equipas técnicas, perfazendo um total de 180 pessoas, vindos de 10 projetos.
- De salientar ainda a realização de sete ações de formação *online* no âmbito da parceria formal estabelecida com a Accenture, com intuito de capacitar os projetos do PE para a utilização da sua plataforma de desenvolvimento de *softskills*, “+ Competências”. Entre Dinamizadores/as Comunitários/as (DC), técnicos/as e coordenadores/as de projeto, foram envolvidos um total de 136 participantes.
- No âmbito do protocolo estabelecido com o IPAV, foram realizadas em 2021, as Academias de Líderes Ubuntu (ALU) com três edições incluindo os públicos ACM, I.P., e PE, uma “Academias de Líderes Ubuntu” em formato de Formação de Formadores para Coordenadores PE, dois seminários “Liderar como Mandela” e “Construir Pontes” e ainda um seminário “Colaborar faz toda a Diferença”. No total, foram envolvidos cerca de 60 participantes do PE.

No que se refere ao **Plano de Formação do PE** e em relação aos 81 Dinamizadores/as Comunitários/as (DC), o programa de formação foi desenvolvido *online* e teve como ponto de partida o Seminário inicial de DC da 8.ª geração que se desenrolou ao longo de três dias (11, 12 e 13 de maio). Ao longo do ano foram ainda lançados sete desafios mensais correspondentes a

atividades a desenvolver nos territórios junto dos/as crianças e jovens dos seus projetos e que se debruçaram sobre os mais diversos assuntos da atualidade. Todos os desafios tiveram um *workshop* associado realizado com entidades parceiras externas ao ACM, I.P., que abordaram conteúdos programáticos recorrendo à educação não formal com vista à capacitação dos/as DC para a realização de cada desafio.

Relativamente à formação para os Coordenadores/as de projeto, para além da realização de diversos *workshops* temáticos, foi também realizado um seminário inicial nos dias 5, 6 e 7 de maio onde foram transmitidos diversos conteúdos de apoio ao seu papel de coordenação para a 8.ª geração, desde questões regulamentares, a recursos, entre outros. Foram ainda realizados dois momentos de formação dirigidos aos/às coordenadores/as dos projetos, tendo como objetivo o desenvolvimento de competências no âmbito da comunicação e marketing assim como no âmbito da resolução de conflitos e gestão de equipas.

Durante o ano de 2021 e num total de 105 projetos financiados, foram envolvidos 24.521 indivíduos, participantes em 118.495 sessões de trabalho com presenças. Para esta avaliação, assim como para a que se segue, foi igualmente considerado todo trabalho realizado à distância, fruto do confinamento e de outras medidas de segurança definidas no seguimento da pandemia da COVID-19 em curso. Assim, destes 24.521 participantes, 5659 são participantes diretos (23%), crianças e jovens sobre as quais incide um acompanhamento mais continuado e regular ao longo tempo, e 18.862 (77%) são participantes indiretos. Sendo o público-alvo prioritário do PE, os participantes são, na sua esmagadora maioria, crianças e jovens (18.471 – 75%). A estes devem somar-se 4326 (18%) familiares e 1724 (7%) outros públicos, sendo 12.928 do sexo feminino (53%) e 11.593 do sexo masculino (47%). Referir ainda o envolvimento em 2021 de 4506 indivíduos das comunidades ciganas (18%), 6019 descendentes de migrantes (2%) e destes, 5109 afrodescendentes (21%). Foram também envolvidos 174 pessoas refugiadas (0,71%).

Terminado o 1.º ano da 8.ª Geração do PE e em jeito de conclusão, será ainda de destacar os 17 indicadores globais de avaliação previstos pelo PE para 2021. Ressaltar que todos os objetivos foram atingidos.

Indicadores Globais	META	EXECUTADO
1. N.º total de sessões com presenças	80.000	118.495
2. N.º total de participantes	24.000	24.521
3. N.º de Dinamizadores Comunitários com progressão escolar ou profissional (N=80)	15	21
4. N.º de participantes envolvidos em Assembleias de Jovens	1000	3697
5. N.º de contatos com os projetos locais	320	499
6. N.º de encaminhamento para escola e formação profissional	1000	1495
7. N.º de encaminhamento para emprego	1000	1305

8. N.º de integrações em formação profissional	600	813
9. N.º de integrações em emprego	400	526
10. N.º de parceiros informais envolvidos nas atividades desenvolvidas	300	917
11. N.º de participantes envolvidos em atividades promotoras de competências TIC	3000	11.663
12. N.º de associações criadas ou mantidas	20	23
13. N.º de iniciativas empreendedoras criadas	50	83
14. N.º de participantes em atividades que contribuem para a participação e cidadania	5000	16.209
15. N.º total de horas de formação aos projetos (horas * formação)	4500	4830
16. N.º de iniciativas/atividades de promoção de Igualdade de Género	100	386
17. N.º de iniciativas/atividades de promoção da saúde	80	508

Indicadores globais referentes ao E8G (2021)

NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES CIGANAS (NACI)

Em 2021, o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), continuou com as suas diferentes atividades a procurar responder às prioridades estabelecidas na **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)**, Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro.

Desta forma, dos 15 indicadores da responsabilidade do ACM, I.P., relativamente à ENICC (e que contam para o QUAR), foram realizados 13, dos quais destacamos a concretização como previsto, o “n.º de bolsiros do Programa OPRE”, o “n.º de ações de formação/sensibilização sobre interculturalidade e história e cultura cigana dirigida a profissionais de proteção de crianças e jovens” ou o “n.º de crianças e jovens ciganas/os e familiares envolvidas/os no Programa Escolhas”.

Por seu turno, o **Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)**, reuniu em 2021, 3 vezes, a 24 de março, 21 de julho e 16 de novembro.

É de destacar em 2021, como marco estruturante para o trabalho futuro do NACI, a aprovação a 12 de março pelo Conselho da UE, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, da “Recomendação relativa à igualdade, à inclusão e à participação das pessoas ciganas”.

Roma Educa

Na 2.^a edição do Programa Bolsas de Estudo Roma Educa, que decorreu no ano letivo de 2020/2021, foram apoiados/as pelo ACM, I.P., um total de 120 bolseiros/as, estudantes do 3.^o ciclo e ensino secundário pertencentes à comunidade cigana (62 M e 58 H), com o objetivo de apoiar a permanência e o prosseguimento dos estudos. É de salientar que a 2.^a edição foi promovida em articulação com três associações ciganas, Sílabo Dinâmica – Associação Intercultural, Costume Colossal – Associação para a Integração das Comunidades Ciganas e Associação Social Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra, que ficaram responsáveis pela gestão das referidas bolsas.

Foi ainda promovido pelo ACM, I.P., o estabelecimento de um protocolo entre a empresa DST e as referidas associações que possibilitou a atribuição de mais 21 bolsas a alunos do distrito de Braga.

De seguida apresenta-se alguns indicadores globais no âmbito desta iniciativa.

INDICADORES GLOBAIS	Número
N.º de candidaturas	446
N.º de bolsas atribuídas	120
N.º Entidades com Função de Gestão envolvidas	3
N.º de contactos com os bolseiros	930

Indicadores Roma Educa

Programa Opre

Na V edição do Programa OPRE, foi aprovada a atribuição de 41 bolsas a 22 rapazes e 19 raparigas, provenientes de 30 concelhos de Portugal continental.

Em 2021, ocorreram três encontros no âmbito deste Programa, dois deles *online* (a 13 de março e 22 de maio) e um encontro presencial, a 9 de outubro, na Figueira da Foz.

A taxa de sucesso escolar, dos/as bolseiros/as OPRE, em 2020-2021 foi de 80,5%, constatando-se a conclusão de seis licenciaturas e um mestrado.

Projeto Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC)

Na sequência da aprovação, pela CE, da 2.^a edição do Projeto PLICC, realizou-se a 19 de maio o evento de lançamento do projeto, em formato online que contou com a presença da Secretária

de Estado para a Integração e Migrações, Cláudia Pereira, da Secretária de Estado para a Valorização do Interior, Isabel Ferreira, do Secretário de Estado para a Descentralização e as Autarquias Locais, Jorge Botelho, da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, do Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Beraldino Pinto, e do Secretário Técnico da Comissão do Programa Operacional do Algarve, José Travassos. A sessão reuniu 66 representantes de 44 municípios. Além das autarquias locais, também estiverem presentes representantes de várias autoridades nacionais, organizações e associações ciganas e não ciganas, mediadores/as e representantes de academia, totalizando 108 participantes.

Nesta 2.ª edição, o objetivo principal do projeto prende-se com o acompanhamento aos municípios da 1.ª edição e o apoio à conceção de 6 novos PLICC.

Além das reuniões técnicas com os municípios de apresentação, acompanhamento e monitorização, em 2021, procedeu-se à elaboração de um *flyer* de apresentação do projeto bem como à aplicação do 2.º questionário *on-line* de monitorização.

Ações de sensibilização sobre História e Cultura Ciganas

Em 2021, o NACI continuou a promover diversas ações de sensibilização sobre “história e cultura ciganas” a diferentes públicos, nomeadamente: forças de segurança, escolas, municípios, CPCJ, segurança social.

Foram realizadas 4259 horas de formação junto de 1028 pessoas (277 homens e 751 mulheres).

Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE)

A IV edição do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE) terminou a 31 de agosto de 2021. Nesta edição, que decorreu entre 2020 e 2021, foram aprovados 15 projetos (9 regulares e 6 pontuais), em diversos pontos do país.

A IV edição do FAPE, contou com 826 participantes, 67 atividades desenvolvidas, 32 produtos e 13 iniciativas/ conferências.

Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC)

Também em 2021, terminou a IV edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC). Esta edição contou com 10 projetos aprovados e 596 participantes. Foram desenvolvidas 48 atividades no âmbito do PAAC e ministradas 370 horas de formação.

É de referir ainda, a promoção do I encontro de associações representativas de pessoas

ciganas realizado a 15 de setembro de 2021, com o objetivo de promover o conhecimento do trabalho associativo desenvolvido e partilha entre associações. O encontro foi avaliado pelos/as participantes como muito positivo e a repetir contemplando *workshops* formativos.

Em dezembro de 2021, lançou-se a 5.ª Edição do PAAC2022, com uma dotação financeira de 124.000,00€.

ROMED – Governação Democrática e Participação Comunitária

Em 2021, o ROMED, Programa atualmente financiado ao abrigo de um protocolo entre o ACM, I.P., e a Associação Letras Nómadas, voltou a contar com a participação de todos os Municípios que implementaram o programa no ano anterior e incorporou, nesta edição cinco novos parceiros, neste caso três Municípios e duas Juntas de Freguesia. Desta forma, em 2021, o programa foi implementado em Almada, Beja, Elvas, Figueira da Foz, Moura, Torres Vedras, Seixal, Viseu, Lourinhã, Borba, Estremoz, Ajuda (Lisboa) e Eiras (Coimbra). Tal como em 2020, e consequência da pandemia da doença COVID-19, as atividades do ROMED centraram-se, em 2021, no apoio às famílias ciganas com a mobilização dos grupos ativos comunitários, nomeadamente com ações de prevenção COVID-19 (distribuição de *kits* de prevenção). O ROMED assinalou ainda o Dia Internacional da Mulher e o Dia Internacional das Comunidades Ciganas e desenvolveu sessões de sensibilização de História e Cultura Cigana/Roma *Models*.

Círculos de Fala de Mulheres Ciganas

A iniciativa “Círculos de Fala de Mulheres Ciganas”, em 2021, continuou a ser implementada pela Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP), através de um protocolo de apoio entre o ACM, I.P., e a referida entidade.

Em 2021, foram realizados seis encontros com 66 participantes em Almada, Barreiro, Évora, Lisboa (Bairro das Murtas), Pombal e Vila Verde.

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO



**GRUPO DE TRABALHO
PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO**

Logótipo do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso

No decurso do ano de 2021 foram promovidas diferentes atividades, devidamente enquadradas nos objetivos da área de Diálogo Inter-Religioso do ACM, I.P., e do seu Grupo de Trabalho.

Com a finalidade de promover o diálogo inter-religioso entre as várias comunidades, foram realizadas **15 reuniões do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso (GT DIR)**, o qual integra 13 confissões religiosas. Nestas reuniões, com uma periodicidade mensal, foram debatidas as iniciativas de cada uma das comunidades integrantes e definidas iniciativas conjuntas.

O **Dia Internacional da Fraternidade Humana (4 de fevereiro)** foi assinalado com um comunicado do GT DIR no site do ACM, I.P.

A **Conferência "20 anos da Lei da Liberdade Religiosa"** teve lugar no dia **22 de junho** de 2021 na Fundação Calouste Gulbenkian. Esta conferência assinalou os 20 anos da publicação da Lei da Liberdade Religiosa em Portugal (aprovada pela Lei n.º 16/2001, de 22 de junho) e a sua organização resultou de uma parceria conjunta do GT DIR do ACM, I.P., com a Comissão da Liberdade Religiosa. O evento contou com a presença do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, da Ministra do Estado e da Presidência e da Ministra da Justiça. Registou um total de 124 participantes, em regime presencial, e 971 visualizações no canal YouTube do ACM, I.P.

O GT DIR participou nas **Jornadas da Memória, Luto e Afirmação**, realizadas no fim de semana de **22 a 24 de outubro de 2021**, com o objetivo de invocar a memória de todas as vítimas da COVID-19.

A cerimónia de lançamento do **Calendário Inter-Religioso "Celebração do Tempo 2022"**, o qual reflete a contribuição das diferentes confissões religiosas, teve lugar na Universidade Aberta, no dia **25 de novembro de 2021**. Esta edição em português e em inglês é uma parceria do ACM, I.P., através do seu GT DIR, da Universidade Aberta e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa. O **Calendário Inter-Religioso** é publicado pela Editora Paulinas e conta, ainda, com outros apoios. O ano de 2022 assinala, de acordo com a Resolução das Nações Unidas, a **Década Internacional para a Aproximação de Culturas (2013-2022)**.

Foi redigido e publicado um folheto intitulado **"Prevenção da Violência Doméstica"**, como resultado do contributo nesta temática das diferentes confissões religiosas que integram o GT DIR.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

A promoção dos princípios e valores da Educação Intercultural é um dos contributos do ACM, I.P., para a integração das crianças e jovens migrantes ou descendentes de migrantes na sociedade portuguesa, bem como para a promoção da interculturalidade em contexto educativo.

O trabalho desenvolvido neste âmbito é realizado pelo ACM, I.P. em parceria com a Direção Geral de Educação (DGE) e outros parceiros da sociedade civil.

Em 2021, o ACM, I.P., deu continuidade ao Programa **Rede de Escolas para a Interculturalidade (REEI)** que constitui um espaço de aprendizagem partilhada de práticas e perspetivas da abordagem intercultural, com o objetivo de promover processos de mudança no contexto escolar em três dimensões: Cultura organizacional, Currículo e Comunidade. O Programa envolve um total de 47 escolas membro e encontra-se presente em 34 concelhos.



Logótipo da Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI)

Este foi o segundo ano do novo ciclo do Programa. Em julho (final do ano letivo) foi realizada uma avaliação conjunta entre promotores, escolas membro e participantes nas iniciativas que concluiu a importância e relevância da Rede e dos espaços de reflexão. Face à avaliação positiva, foi dada continuidade às atividades e duplicou-se o número de “Curtas de Inspiração” inicialmente definidas em plano de ação, no ano letivo de 2021-2022.

Eventos online promovidos pela Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI) em 2021	Data	N.º Participantes
II Encontro Regional – Zonas Norte e Centro	12.01	53
II Encontro Regional – Zonas Centro e Lisboa	13.01	31
II Encontro Regional – Zonas Lisboa e Sul	14.01	41
2.ª Mostra de Práticas “Interculturalidade e Currículo”	09.02	87
2.ª Curta de Inspiração “Aprender Português em todas as áreas do Currículo”	17.03	82
III Encontro Regional – Zonas Norte e Centro	13.04	36
III Encontro Regional – Zonas Centro e Lisboa	15.04	40

III Encontro Regional – Zonas Lisboa e Sul	21.04	24
3.ª Mostra de Práticas “Comunidade & Interculturalidade”	12.05	96
3.ª Curta de Inspiração “ Educação para todos, mas... a alteridade (não) devia estar aí?”	17.06	56
IV Encontro Regional – Zonas Norte e Centro	12.07	21
IV Encontro Regional – Zonas Centro e Lisboa	14.07	25
IV Encontro Regional – Zonas Lisboa e Sul	15.07	28
V Encontro Regional – Zonas Norte e Centro	19.10	33
V Encontro Regional – Zonas Centro e Lisboa	21.10	41
V Encontro Regional – Zonas Lisboa e Sul	25.10	27
4.ª Curta de Inspiração “Acolher e integrar em contexto de sala de aula – as Biografias linguísticas”	11.11	64
5.ª Curta de Inspiração “ Espaços escolares acolhedores, estratégias e práticas”	17.11	60
4.ª Mostra de Práticas “Diagnósticos participativos em contexto escolar”	9.12	62

Eventos da Rede de Escolas para a Educação Intercultural

No âmbito da capacitação e **sensibilização para escolas não abrangidas pela REEI**, houve uma aposta na adaptação do Módulo de Educação Intercultural para formato *online*, na formação de formadores e no acompanhamento dos mesmos. Foram também realizadas diversas participações em sessões temáticas, seminários e jornadas educativas em estabelecimentos de ensino de vários pontos do país, partilha de recursos *online* e articulação com o Plano Nacional das Artes.

Em julho de 2021 foi assinado um **protocolo entre ACM, I.P., e UNICEF** com o objetivo da capacitação e formação de agentes educativos nas áreas dos Direitos Humanos e acolhimento da diversidade em contexto escolar, incluindo crianças refugiadas não acompanhadas. No âmbito deste protocolo, foi definido um modelo piloto de capacitação dirigido às escolas que já recebem as Crianças e Jovens Refugiadas Não Acompanhadas e foram realizadas ações em 2 estabelecimentos de ensino (Alcobaça e Covilhã), tendo abrangido 22 profissionais das mesmas.

No âmbito da **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)**, o ACM, I.P., manteve a sua participação como Entidade Subscritora do Plano, nomeadamente participando nos *workshops* em Setembro e na III Jornadas de Educação para o Desenvolvimento, denominada “A componente digital nas diferentes “Educação para ...”, no dia 24 de novembro de 2021, em Lisboa.

Enquadrada na ENED, em outubro de 2021, foi criada ainda a **parceria entre a Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI) e o ACM, I.P.**, para a criação de duas Oficinas de Formação de 50 horas para professores/as sobre Migrações e Interculturalidade, financiadas pelo Instituto de Camões.

No âmbito da **Rede SIRIUS – European Policy Network on Migrant Education** – da qual o ACM, I.P., é membro-observador, colaborou-se em duas *National Round Tables* (junho e outubro) dedicadas aos temas “Competências interculturais: construção participativa de um documento orientador envolvendo crianças e jovens em contexto escolar” e “Reflexões em torno da diversidade cultural no sistema educativo”, respetivamente.

FORMAÇÃO ACM, I.P.



Logótipo da Formação ACM, I.P.

No ano de 2021 foram realizadas várias iniciativas e projetos no âmbito da área da Formação com os objetivos principais de promover a reflexão e uma melhor compreensão da diversidade cultural e de sensibilizar para o acolhimento e integração de migrantes em Portugal.

Realizaram-se 119 ações de sensibilização de curta duração (quatro a seis horas), solicitadas por diversas entidades, abrangendo 2500 participantes, nas matérias da interculturalidade e migrações, conforme sintetizado na seguinte tabela.

Módulo	N.º Ações	N.º Participantes	H	M	Não responde
Acolher e celebrar: serviços e iniciativas do ACM, I.P.	6	125	20	101	4
Aprender com histórias: primeiros passos para a Interculturalidade	5	54	3	51	--
Acesso dos Migrantes à Saúde	9	158	41	117	--
Diálogo Intercultural	39	635	206	429	--
Diálogo Inter-religioso	4	67	16	51	--
Educação Intercultural em Contexto Escolar	10	169	19	150	--
Educação Intercultural para Jovens	2	50	20	30	--

História e Cultura Cigana	18	483	74	409	--
Lei da Imigração	17	403	124	279	--
Lei da Nacionalidade	7	219	105	114	--
Lei Contra a Discriminação Racial	2	137	40	97	--
TOTAIS	119	2500	668	1828	4

Ações de sensibilização de curta duração

No âmbito do Protocolo estabelecido com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, o ACM, I.P., assegurou o módulo "Reclusão e Multiculturalidade", do Curso de Formação Inicial da Carreira de Guardas Prisionais envolvendo 140 instruendos/as (112 H; 28M).

No âmbito do Protocolo estabelecido com Guarda Nacional Republicana, o ACM, I.P., realizou ações de sensibilização sobre a "Lei da Imigração", "Lei da Nacionalidade", "Lei Contra a Discriminação Racial", "História e Cultura Cigana", ao seu efetivo. Participaram nas sessões um total de 469 elementos da GNR, Oficiais, Sargentos e Guardas (186 H; 283 M).

Formação Inicial de Formadores/as ACM | Módulo Transversal



ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
HIGH COMMISSION FOR MIGRATION

Diagrama da Formação Inicial dos/as Formadores/as ACM, I.P.

De forma a permitir dar respostas às solicitações de formação de diferentes entidades, realizou-se a seleção de novos/as formadores/as, e respetiva capacitação – “Formação Inicial de Formadores/as ACM, I.P.”. Foram selecionados/as 26 formadores/as, oriundos de várias regiões do Território Nacional. Foram capacitados quatro formadores/as na área das Comunidades Ciganas, 17 formadores/as na área da Educação Intercultural e cinco formadores/as na área Legal.

Com vista a garantir a atualização dos/as Formadores/as que ministram as ações contempladas na oferta formativa do ACM, I.P., realizaram-se ações de formação contínua com enfoque nos módulos “Acolher e Celebrar: Serviços e Iniciativas do ACM, I.P.” e “Diálogo Intercultural”.

Tendo presente a necessidade de garantir uma oferta formativa de excelência foram revistos e atualizados os módulos: “Aprender com as Histórias: Primeiros Passos para a Interculturalidade”, “Lei da Imigração”, “Lei da Nacionalidade” e “Diálogo Intercultural”.

Na oferta formativa do ACM, I.P., incluiu-se o Módulo “Lei Contra a Discriminação Racial” que estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

Contribuindo para concretização da medida 49.º do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, em parceria com o Instituto Nacional de Administração (INA, I.P.) foi elaborado o curso *e-learning*, e de frequência gratuita, “Competências para a Interculturalidade”. Com lançamento previsto para janeiro de 2022, este curso é destinado a trabalhadores/as que prestam serviço público, estando também disponível ao público em geral e tem como objetivos reconhecer a importância da diversidade cultural, identificar possíveis barreiras perante situações interculturais e compreender os valores, conhecimentos e atitudes necessários para uma comunicação intercultural de sucesso.

Ainda no seguimento da parceria com o INA, I.P., colaborou-se na concretização do módulo “Direitos Humanos Diversidade e Igualdade” no âmbito do “Programa de Capacitação em Direitos Humanos para a Administração Pública” a promover por aquele Instituto em 2022.

CARTA PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE



Logótipos da Carta e do Selo da Diversidade

Realizou-se a III Edição do Selo da Diversidade. O Selo da Diversidade é uma distinção de prestígio promovida pela Associação Portuguesa para a Diversidade (APPDI), enquadrada na Carta Portuguesa para a Diversidade e liderada pelo ACM, I.P. desde a primeira edição.

Através desta iniciativa pretende-se distinguir as organizações que realizem ou fomentem práticas enquadradas em políticas e estratégias de promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades no trabalho, independentemente da origem cultural, étnica e social, orientação sexual, género, idade, estilo pessoal, religião, características físicas ou outras, tal como descrito na Carta Portuguesa para a Diversidade.

Foram apresentadas à III Edição do Selo da Diversidade 34 candidaturas, por parte de 24 entidades signatárias da Carta Portuguesa para a Diversidade, e atribuídos a 17 projetos o Selo da Diversidade e foram distinguidos, pela sua qualidade, a 4 projetos.



Logótipo da APPDI

O ACM, I.P., apoiou a APPDI, no âmbito do Mês Europeu da Diversidade, na Campanha “Diversidade é...”, com o objetivo de alertar para a importância da Diversidade e Inclusão na Sociedade Portuguesa. Integraram esta campanha 13 pessoas que deram o seu testemunho entre as quais a Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, e a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, e membros do Grupo para o Diálogo Inter-religioso.

EQUIPA DE PROJETO SOBRE DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS (EPDI)

DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS

Intersecting Inequalities

Logótipo da EPDI

A **Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais (EPDI)**, criada em 2019, continua a trabalhar para o *mainstreaming* de género nas políticas e medidas sensíveis ao género para a integração de migrantes e integração das comunidades ciganas, em linha com as recomendações Europeias e Internacionais. A promoção de respostas sensíveis ao género tem acontecido (tanto a nível interno como externo) com vista tanto à capacitação e empoderamento das mulheres e

raparigas, como à prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, através da realização de ações de formação e de sensibilização funcionárias e funcionários do ACM, I.P., e os seus parceiros diretos (colegas dos CNAIM, CLAIM, Associações de Migrantes, projetos do Programa Escolhas), participação em projetos, fortalecendo a cooperação e parcerias com entidades relevantes e da sociedade civil e promovendo momentos de debate e reflexão, conferências e seminários.

A esta Equipa foi também atribuída a responsabilidade de promover a visibilidade da Década Internacional das Nações Unidas de Afrodescendentes, desenvolvendo e apoiando atividades para esse fim. A Década decorre até ao final de 2024 e assenta em três pilares: reconhecimento, justiça e desenvolvimento das pessoas de descendência africana.



Imagem de capa do Plano Anual para a Igualdade

Em 2021 o ACM, I.P., implementou o seu primeiro **Plano para a Igualdade**, sendo o primeiro Instituto Público a ter esta iniciativa, sendo considerado um exemplo de uma boa prática interna. Este Plano foi elaborado com todas as Unidades Orgânicas e Equipas do Instituto, após a aplicação de um autodiagnóstico, e em estreita colaboração com a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). A elaboração deste Plano visou promover o *mainstreaming* de género no ACM, I.P., tendo como objetivo planear, estruturar e monitorizar o trabalho na área da Igualdade, e encontra-se também alinhado com outros Planos e Estratégias promovidas/monitorizadas pelo ACM, I.P. – como a Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas e o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações.

As 66 Medidas contempladas estão divididas em duas partes – Medidas Internas e Medidas Externas. As 32 Medidas Internas contemplam áreas como a igualdade no acesso ao trabalho, formação, proteção parental, prevenção de assédio, dando mais enfoque à promoção de ações que contribuam para a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar das suas funcionárias e funcionários, no sentido de melhorar as condições de trabalho no contexto atual. Alguns exemplos de medidas incluem: garantir a existência de uma linguagem inclusiva (Medida 3 e 5); Recolha de dados desagregados por sexo nos formulários e reportes, nos atendimentos CNAIM e CLAIM e

nos reportes dos Projetos Escolhas (Medida 11, 12, 13 e 15); Abertura de Gabinetes de Apoio à Vítima nos CNAIM (Medida 18); Atribuição de dispensa do serviço nos dias de aniversário, sem perda de remuneração (Medida 24); Possibilidade de opção pelo regime de teletrabalho, em situação de doença de familiar direto (pais, filhos/as e cônjuges), articulando o regime de trabalho com a chefia e o NGARH (Medida 29).

As 34 Medidas Externas incluem categorias como a recolha e monitorização de dados desagregados por sexo, sensibilização e formação, eventos e campanhas, com vista a:

- Combater os estereótipos de género, nomeadamente das pessoas migrantes, incluindo as refugiadas, e comunidades ciganas, através da informação, serviços e atividades promovidos por este Instituto;
- Maior colaboração e parcerias com outras entidades públicas e da sociedade civil no âmbito da igualdade e não-discriminação;
- Promover a visibilidade das mulheres e raparigas migrantes e ciganas, assim como da sua realidade e necessidades, na sociedade portuguesa.

Alguns exemplos das medidas externas incluem: durante o ano de 2021 foram realizadas 11 ações de sensibilização e capacitação, num total de 214 participantes (171 M e 43 H), cumprindo várias medidas (21, 22, 23, 38, 43, 44) em áreas como Mulheres Migrantes e Interseccionalidade, Orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, Combate ao Sexismo; para diversos públicos, como funcionários/as do ACM, I.P., Conselheiros/as para as Migrações, Mediadores Municipais e Interculturais, Rede CLAIM e PMIM; Dados desagregados por sexo no âmbito da ENICC e PNIPGM (Medida 33 e 34); Conferência “Mulheres empreendedoras” (Medida 61); Elaboração de e-book com poemas alusivos à temática da Igualdade de Género submetidos no âmbito da iniciativa o “Grande Quiz – 20 anos de Escolhas” (Medida 63). Webinar Igualdade na Juventude, destinado aos projetos do Programa Escolhas, com a participação do Instituto Português do Desporto e da Juventude de Lisboa (IPDJ), da CIG, bem como da PpDM (Medida 64).

Para efeitos de monitorização do Plano, foi criado um instrumento de monitorização (grelha Excel) para atualização constante pelos pontos focais do Grupo de Trabalho (GT) para a Igualdade do ACM, I.P., foram realizadas reuniões periódicas deste GT para partilha de informação e esclarecimento de dúvidas. Realizaram-se ainda reuniões bilaterais (entre a EPDI e cada Unidade Orgânica/Equipa) para um acompanhamento mais próximo e maior entajuda na implementação de medidas. No final da implementação do Plano concretizou-se uma reflexão conjunta feita com a contribuição de todas as Unidades Orgânicas/Equipas do ACM, I.P., e a CITE sobre balanço da execução das medidas para reflexão, e realização de uma avaliação *SWOT* (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), onde a CITE deixou algumas recomendações para o próximo Plano. Como principais mais-valias podemos afirmar que: o Plano veio reforçar articulação dentro do ACM, I.P.; promoveu maior conhecimento sobre a área da igualdade; promoveu o *mainstreaming* de género em projetos existentes; deu visibilidade ao trabalho já desenvolvido de forma mais sistémica; permitiu ter um

retrato mais global das atividades realizadas; e veio harmonizar procedimentos.

No que concerne Práticas Tradicionais Nefastas, incluindo a Mutilação Genital Feminina (MGF) e os casamentos precoces, infantis ou forçados, o ACM, I.P., tem dado continuidade aos trabalhos junto Grupo Organizador dos Encontros Regionais para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina, o projeto Práticas Saudáveis, bem como a integração no Grupo de Trabalho de prevenção e combate aos casamentos infantis, precoces ou forçados.

O ACM, I.P., integra o Grupo Organizador dos **Encontros Regionais para a Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina**, e durante o ano de 2021 apoio na organização do 6.º Encontro Regional programado para fevereiro de 2022 na Moita, após os concelhos da Amadora, Sintra, Seixal, Lisboa e Odivelas. Estes Encontros são promovidos por um conjunto alargado de organizações da sociedade civil e autarquias, a que se associam o ACM, I.P., e a CIG. O objetivo é de reunir no mesmo espaço pessoas pertencentes às comunidades afetadas, ativistas dos direitos humanos das mulheres e profissionais de diferentes setores, conhecer e mapear os projetos e ações em curso, bem como identificar as respostas existentes, os constrangimentos ao trabalho nesta área e algumas propostas de soluções com vista a uma intervenção integrada.

O projeto **Práticas Saudáveis: Pelo Fim da Mutilação Genital Feminina**, foi lançado em novembro de 2018, e visa trabalhar esta dimensão em territórios da Grande Lisboa com maior prevalência de casos, através das Unidades de Saúde Pública. O Alto Comissariado para as Migrações tem um papel de coordenação neste projeto, junto com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente na ligação com as comunidades e no apoio ao processo de capacitação dos profissionais de saúde. A 6 de fevereiro de 2020 – Dia Internacional Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina – foi assinada uma adenda ao protocolo do projeto pelas entidades coordenadoras alargando a intervenção no âmbito do projeto a cinco novos Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), num total de 10 territórios com maior prevalência de MGF. Por ocasião do Dia Internacional dos Direitos Humanos, houve uma adenda ao protocolo do projeto, assinada a 10 de dezembro 2021, que visa alargar o seu prazo de atuação até ao final do ano 2023.



Sessão com assinatura de adenda ao protocolo do projeto Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina, 10 de dezembro de 2021

O ACM, I.P., integra o **Grupo de Trabalho para a prevenção e combate aos casamentos infantis, precoces e forçados**, promovido pela Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade. Este Grupo de Trabalho foi criado em fevereiro de 2021, reúne um conjunto de serviços e especialistas relevantes nesta área, e tem como objectivo a sensibilização de profissionais com intervenção no terreno. Uma vez que esta é uma matéria que não tem vindo a ser muito trabalhada, considera-se necessário a desconstrução de mitos associados a estas práticas, bem como alguns dos principais sinais de alerta a ter em conta.

A tendência de aumento de casos de violência doméstica, particularmente nas mulheres em situação de maior vulnerabilidade como é o caso das mulheres migrantes, verificado durante o ano de 2020 manteve-se em 2021. Conforme previsto no Plano para a Igualdade 2021 (Medida 18 – Abertura de Gabinetes de Apoio à Vítima nos CNAIM), à luz do que aconteceu no CNAIM Lisboa em 2020, foram inaugurados em 2021 mais dois **Gabinetes de Apoio à Vítima** (GAV) de violência doméstica e/ou de práticas tradicionais nefastas, designadamente a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados, nos CNAIM do Porto (fevereiro) e Algarve (novembro). Estes três GAV resultam de um trabalho conjunto entre o ACM, I.P., a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e a Associação para o Planeamento da Família (APF), vêm reforçar a Rede Nacional de Apoio à Vítima de acordo com o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica, da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, prestando um serviço especializado ao público-alvo do ACM, I.P. na prevenção e combate à violência doméstica e/ou de práticas tradicionais nefastas.

Adicionalmente, importa reportar que no âmbito da Rede CLAIM, entre janeiro e novembro de 2021, a Rede CLAIM realizou 16 atendimentos a mulheres no âmbito da violência doméstica, e realizou 107 atendimentos no âmbito do Tráfico de Seres Humanos (82 atendimentos a Homens e 25 atendimentos a Mulheres).

No âmbito das parcerias e projetos, realçar que o ACM, I.P., passou a integrar o **Projeto Equality**, como “organização estagiária”, a convite da Organização Internacional para as Migrações (OIM) Bélgica, e em parceria com a OIM Portugal. No âmbito desta colaboração, foram divulgados os materiais formativos através das redes de parceiros e obtiveram-se manifestações de interesse de vários municípios e organizações da sociedade civil em Portugal. “Lugares seguros para LGBTQI+”, “Mulheres e raparigas migrantes”, “Crianças migrantes não acompanhadas” e “Famílias migrantes” são os temas dos materiais para serem testados e avaliados, quanto à sua pertinência e aplicabilidade nos contextos nacional e local, por profissionais que trabalham na linha da frente.

NÚCLEO DE LIGAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES (NLA)

O Núcleo de Ligação à Associações (NLA) desenvolve o seu trabalho junto das associações representativas de imigrantes e seus descendentes, estudantes internacionais, pessoas refugiadas e beneficiários/as de proteção internacional, comunidades ciganas e grupos informais.

Apoio Técnico

O NLA prestou apoio técnico às Associações no âmbito das candidaturas ao Programa Bairros Saudáveis, no esclarecimento de dúvidas e na preparação para a elaboração de respostas para apresentar em audiência prévia das candidaturas que não obtiveram a pontuação mínima para aprovação, esta última através da modalidade de acompanhamento online, totalizando três visitas de acompanhamento.

Não obstante a situação pandémica foram efetuadas 25 visitas presenciais de acompanhamento técnico à totalidade dos projetos financiados no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2021. Estas visitas permitiram à equipa avaliar a implementação dos projetos no terreno, o esclarecimento de dúvidas por parte das entidades, assim como o levantamento de propostas de melhoria do trabalho desenvolvido pelo Núcleo.

Foi dada continuidade ao apoio técnico no âmbito da preparação das candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI 2022).

Ações de Capacitação e Informação

A capacitação dos/as técnicos/as, voluntários/as e dirigentes associativos, bem como a facilitação do acesso a informação útil para as atividades desenvolvidas pelas associações junto das suas comunidades foi uma aposta do NLA no ano 2021, tendo sido efetuadas as seguintes ações de capacitação e informação:

- Realização do Seminário “ Colaborar faz toda a diferença ” em parceria com o Instituto Padre Vieira que contou com a participação de onze associações de imigrantes, com 14 participantes (oito do sexo feminino e seis do sexo masculino);
- Sessão de Esclarecimento sobre critérios de ingresso na Guarda Nacional Republicana com a participação de três associações de Imigrantes;
- Sessão de informação para os /as técnicos/as das associações, CLAIIIM e CNAIM, acerca de conceitos básicos de tuberculose, em parceria com o Programa Nacional para a Tuberculose que contou com a participação de 19 mulheres e dois homens;
- Ação de formação para os /as técnicos/as das associações, realizada em parceria com a Associação Nacional das Assembleias Municipais sobre Literacia Financeira com a participação de seis mulheres e oito homens;

- Sessão de Esclarecimentos acerca do Recenseamento Eleitoral realizada para os /as técnicos/as das associações, CLAIIIM e CNAIM, em parceria com a Comissão Nacional de Eleições. Foram realizadas três sessões em que participaram um total de 76 mulheres e 19 homens;
- Sessão de Esclarecimentos acerca dos serviços prestados pelos CNAIM dirigidos às Associações de Imigrantes que contou com a participação de sete mulheres e três homens;
- Formação “Como elaborar candidaturas de Sucesso” dirigidos aos técnicos/as, dirigentes e voluntários/as das Associações de Imigrantes, de pessoas refugiadas e pessoas ciganas. Foram realizadas de Julho a Setembro uma série de quatro *workshops* em parceria com a Geofundos. Participaram 85 mulheres e 51 homens;
- Sessões de Esclarecimentos PAAI 2022 que contaram com a participação de 14 pessoas (oito mulheres e seis homens); Foram registados 141 atendimentos telefónicos e cinco reuniões individuais de capacitação com associações de imigrantes com vista à candidatura ao PAAI 2022.

As Associações das comunidades imigrantes e seus descendentes, das comunidades ciganas e de requerentes e beneficiários/as de proteção internacional são as suas legítimas representantes. O movimento associativo assume um papel primordial na defesa dos direitos e interesses específicos de todos/as estes/as cidadãos/ãs e é por esse motivo que o NLA promoveu ações de promoção ao associativismo:

- Ação de promoção ao associativismo imigrante e dos seus descendentes em parceria com a Câmara Municipal do Montijo que contou com a participação de 14 pessoas (10 do sexo feminino e quatro do sexo masculino);
- Ação de promoção ao associativismo imigrante e dos seus descendentes no âmbito do Plano Municipal para a Integração dos Migrantes 2.ª Geração de Castelo Branco que contou com a participação de 35 pessoas, 14 homens e 17 mulheres;
- Sessão *online* de promoção do associativismo imigrante em Odemira, que contou com a participação de cinco mulheres e sete homens;
- Sessão presencial de promoção ao Associativismo imigrante em Odemira que contou com a participação de uma mulher e sete homens;
- Sessão presencial de promoção ao Associativismo representativo da comunidade cigana com um elemento desta comunidade que pretende constituir uma associação
- Sessão de promoção do associativismo imigrante com uma advogada e representante de uma empresa que pretende constituir uma associação de imigrantes.

Apoio Financeiro

A Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio estabelece o direito das associações representativas dos imigrantes e seus descendentes de beneficiarem de apoio técnico e financeiro por parte do Estado. Assim o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) 2021 destinou-se a programas, projetos e ações que tenham como objetivos contribuir

para a integração de cidadãos/ãs imigrantes, promovendo a sua dignificação e igualdade de oportunidades; a mudança de atitudes e mentalidades, no âmbito da igualdade de oportunidades dos cidadãos legalmente residentes em Portugal, nomeadamente a nível da educação, da cultura e dos meios de comunicação social, entre outros. O PAAI assenta em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio – Vertente Acolhimento e Integração, Vertente Valorização da Diversidade e Vertente Reconhecido Mérito. O montante financeiro disponível para estas intervenções em 2021 foi de 250.000€ e foram apoiadas 26 Associações de Imigrantes e seus descendentes.

Foram disponibilizados dois apoios financeiros para atividades pontuais das seguintes associações:

- Apoio pontual no valor de 1000€ que beneficiou cinco associações da comunidade santomense que se uniram para realizar um evento na comunidade que possibilitou apoiar cidadãos/ãs evacuados para Portugal para tratamento médico.
- Apoio pontual à Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra – ACAS no valor de 3872€.

Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes e seus Descendentes

O Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes e seus Descendentes prevista pela Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, é atribuído pelo ACM, I.P., às Associações que o requeiram e demonstrem reunir os requisitos de reconhecimento.

Em 2021, o NLA emitiu o parecer de cinco pedidos de reconhecimento de representatividade de associações de imigrantes que culminou com o parecer favorável por parte do Conselho para as Migrações:

- NIALP – Nepalese Intercultural Association Lisboa
- Conquista Vontades – Associação de Senegaleses em Portugal, de Braga
- Associação Planet Capacity em Braga
- RJ Anima – Associação de Dinamização Ambiental, Social e cultural
- Associação Chance +

Parcerias

O ACM, I.P., assinou dois protocolos de cooperação com as seguintes entidades:

- Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) – Este protocolo, entre outros, tem os seguintes objetivos: *"dinamizar sinergias de cooperação ao nível do poder local, estabelecendo parcerias e promovendo a formação e mecanismos de integração"* e *"promover o reforço de competências e a aquisição de novas aptidões ao nível do poder local e matérias relacionadas, sensibilizando os eleitos locais para matérias de Migração e Integração"*;
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) – Este protocolo estabelece as

condições para a cedência do ACM, I.P., à CASES, de uma cópia da listagem das entidades da Economia Social reconhecidas como Associações Representativas dos Imigrantes e seus Descendentes, e respetivas atualizações, para efeitos da elaboração da Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social.

Registamos ainda as seguintes colaborações:

- Com a Câmara Municipal de Alenquer, na identificação de Associações de Imigrantes para a participação no projeto “Empreendedorismo nas Escolas – Livro de Receitas Multicultural – As receitas do Mundo na EBI do Carregado”, cujo lançamento foi efetuado no dia 10 de junho e pode ser consultado em www.carregadodesabores.com;
- Participação no projeto da OIM, Equality – é um projeto europeu, financiado pela Comissão Europeia, que visa aumentar a capacidade das cidades e governos locais de chegar às comunidades migrantes e melhorar a identificação, encaminhamento, proteção e recuperação de sobreviventes de violência de género e violência sexual nestas comunidades. O projeto procura também fortalecer os serviços de linha da frente, através da sensibilização sobre a violência de género e violência sexual e os direitos das pessoas migrantes. O NLA divulgou e apelou à participação das associações de imigrantes e seus descendentes e partilhou as ferramentas (*toolboxes*) criadas com o intuito de capacitar os serviços da linha da frente.
- Participação no Projeto DOMDE – este foi desenvolvido pela Direzione Generale dell’Immigrazione e delle Politiche di Integrazione (Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali). Foi implementado com o objetivo de para avaliar o valor da contribuição da diáspora moldova para o desenvolvimento da República da Moldova. Mais precisamente, centrou-se no potencial do empreendedorismo da Diáspora no que diz respeito à economia social, no contexto da adoção pelo Governo da Moldávia da Lei do Empreendedorismo Social, a fim de responder aos principais desafios sociais que a Moldova enfrenta, devido à política, mudanças económicas e sociais. O NLA identificará as associações de imigrantes da comunidade Moldava para a participação em *workshops* que tencionam impulsionar a participação desta diáspora em projetos de empreendedorismo e divulgará todo o material que daqui advenha junto da referida comunidade.
- Colaboração com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) que está a levar a cabo um projeto para aumentar a diversidade genética do banco de doadores de medula óssea, designado de Registo Português de Doadores Voluntários de Medula Óssea (CEDACE), para dar resposta às necessidades de doentes que tenham indicação para transplante de medula óssea (com linfomas, leucemias, por exemplo) e não tenham um dador familiar compatível. Pretende-se realizar vários *workshops* com os grupos populacionais das diferentes comunidades imigrantes com vista a encontrar uma solução/estratégia para desmistificar o processo de doação de medula óssea e mobilizar as pessoas para se registarem como doadores no banco nacional de doadores, o CEDACE.
- Mobilização das Associações de imigrantes na participação do processo de testagem à COVID-19 no seio da comunidade imigrante;

- Colaboração com a Comissão Nacional de Eleições na criação de material informativo (disponibilizados também em inglês e castelhano) de promoção à participação cívica dos cidadãos/ãs imigrantes nas eleições autárquicas.

Visitas de representação e atendimento às entidades

O NLA organizou e acompanhou as visitas do Conselho Diretivo às seguintes Associações de Imigrantes:

- Associação Casa do Brasil de Lisboa
- Associação Lusofonia Cultura e cidadania
- AIPA – Associação dos Imigrantes nos Açores
- Associação Cabo-verdiana de Setúbal
- Associação Casa da Índia – Bharat Bhavan – House of India
- DOINA – Associação Romenos e Moldavos Algarve

Reuniões entre os/as Conselheiros/as representantes das comunidades Imigrantes no Conselho para as Migrações

Com vista a uma maior dinamização de ações conjuntas e promover a proximidade entre as Associações de Imigrantes e os seus representantes no Conselho para as Migrações, o NLA organizou em colaboração com o Departamento de Relações Internacionais Política Migratória e Captação de Migrantes, reuniões entre os/as Conselheiros/as e as Associações das comunidades que representam.

Estas reuniões promoveram o debate de vários assuntos das várias comunidades imigrantes, das suas associações, assim como a apresentação de propostas que os/as conselheiros/as se comprometerem a apresentar nas reuniões do Conselho para as Migrações.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CICDR)

O ACM, I.P., tem como missão, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei, conforme expressamente prevê a alínea l) do número 2 do artigo 3.º do mesmo diploma legal.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) funciona junto do ACM, I.P., que assegura o apoio técnico e administrativo, bem como as instalações necessárias ao seu

funcionamento, e é um órgão de composição plural vocacionado para a prevenção e combate à discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, designadamente, em matéria de acesso a bens e serviços, habitação, saúde, segurança social, benefícios sociais, educação e cultura, nos termos e limites estabelecidos na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto.

Queixas/Denúncias/Participações recebidas pela CICDR

Durante o ano de 2021, foram recebidas pela CICDR **408 participações/queixas/denúncias de alegadas práticas discriminatórias de base racial e étnica**, consoante tenham sido remetidas por outras entidades, pelas vítimas, ou por terceiros, respetivamente.

Comparando o ano de 2021 com os anteriores, importa desde logo ressaltar que o ano de 2020 foi atípico, tendo sido marcado por algumas ocorrências mediáticas que muito impulsionaram o reporte das queixas. Não se tendo verificado em 2021 fenómenos mediáticos semelhantes, o número de queixas apresentadas à CICDR não sofreu essa influência, ficando-se pelas 408 queixas, que representam assim um decréscimo de 37,7% quando comparado com 2020 (655 queixas), mas de apenas 6,4% quando comparado com 2019 (436 queixas).

Ainda assim, reconhece-se que estes números não representarão o universo real da problemática da discriminação racial e étnica no contexto nacional, por um lado, porque outras entidades trabalham também esta temática em determinados contextos, e por outro porque é consabido que nem todas as situações são efetivamente alvo de reporte, quer a esta Comissão, quer a outras entidades.

As participações, queixas e denúncias de alegadas práticas discriminatórias, rececionadas em 2021 pela CICDR tiveram os seguintes desenvolvimentos:

DESENVOLVIMENTOS DAS QUEIXAS/PARTICIPAÇÕES/DENÚNCIAS	N.º
Conversão em processos de contraordenação (PCO)	85
Aguardam esclarecimentos	39
Análise, preparação e encaminhamento para outras entidades*	179
Queixas incompletas/infundadas	72
Queixas incorretas**	33
TOTAL	408

Desenvolvimentos das queixas/participações/denúncias

Notas:

* Outras Entidades: inclui queixas remetidas sobretudo para Ministério Público, Linha Internet Segura, Autoridade para as Condições de Trabalho, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Inspeção-Geral da Administração Interna, Banco de Portugal, Inspeção-Geral de Finanças, Provedor de Justiça, Entidade Reguladora da Saúde, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Comissão Nacional de Proteção de Dados, entre outros casos pontuais.

** Abrange situações que não tinham por base características protegidas previstas na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto.

No que respeita ao sexo da alegada vítima de discriminação de base racial e étnica, das 408 participações, queixas e denúncias recebidas, **116** respeitavam a **pessoas do sexo masculino** e **111** referiam-se a **pessoas do sexo feminino**. Foi ainda possível identificar que **33** queixas respeitavam a **grupos mistos** que integravam pessoas de ambos os sexos e que **101 situações** diziam respeito a **alegadas práticas discriminatórias dirigidas a comunidades ou grupos sociais** considerados como um todo, não podendo ser caracterizáveis em razão do sexo.

Ações de Sensibilização e Formação

- Participação num *webinar* dedicado ao antidiscriminação realizado no dia 12 de janeiro, no âmbito do **Projeto Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN)**, do qual o Conselho Português para os Refugiados (CPR) é parceiro. Importa referir que o CPR é uma das entidades que compõe a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, mais concretamente, em Representante das associações de defesa dos direitos humanos;
- Para assinalar o dia **21 de março, Dia Internacional e Nacional para a Eliminação da Discriminação Racial**, a CICDR dinamizou e participou em diversas iniciativas:
 - Publicação e divulgação de cartazes digitais nas redes sociais Facebook e Twitter acompanhados dos *hashtags* #CICDR, #Pela União, #Pela Igualdade, #Pela Diversidade, #Pelo Respeito, #PortugalMaisIgual, de forma a sensibilizar os internautas para o combate à discriminação racial;
 - Publicação de anúncios em diversos jornais de tiragem nacional alusivos ao dia 21 de março, bem como a apresentação da missão da CICDR e o modo de apresentação de queixa;
 - Difusão no *site* da Direção-Geral da Educação (DGE) dos cartões informativos produzidos pela CICDR, acerca da sua missão, atuação e tipos de discriminação, e disponibilização de materiais que podem ser trabalhados pelas Escolas, destacando-se a divulgação do livro infantil "As Cores da Cidade Cinzenta";
 - Em decurso do protocolo celebrado entre o ACM, I.P., e a GNR, a CICDR preparou conteúdos específicos, em parceria com a área de Formação do DAIVD, para uma iniciativa da GNR – Núcleos Escola Segura, que tem o propósito de trabalhar a literacia sobre racismo e discriminação racial junto da comunidade escolar. Através dos militares das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário e com a colaboração da CICDR, desenvolveu, entre os dias 22 e 26 março, foram realizadas várias ações de sensibilização locais, junto de alunos do segundo ciclo até ao ensino secundário, bem como professores, com o objetivo

de sensibilizar para o fenómeno do racismo sob a perspetiva da desconstrução de mitos e aposta na prevenção. Nessas sessões de sensibilização, num total de 99, participaram 6068 pessoas da comunidade escolar de vários estabelecimentos escolares de todo o país, envolvendo 18 distritos¹;

- O Movimento SOS Racismo, com o apoio da CICDR – ACM, I.P., lançou o **Dicionário da Invisibilidade**, com a coordenação de Ana Sofia Palma, José Falcão, Mamadou Ba e Txema Abaigar, e ilustrações de André Carrilho, em que vem dar à estampa diversas personalidades “invisíveis”, dos cinco continentes, que se destacaram nas lutas sociais de defesa dos direitos humanos e combate à discriminação, nos domínios da cultura e ciência, das ciências e tecnologia, do cinema e teatro, do desporto, da filosofia, teoria política e ciências sociais, da literatura e da música.
- Foi também lançado, com o apoio CICDR–ACM, I. P., o livro intitulado **Raízes Negras**, de Lúcia Vicente, com ilustrações de Gilda Barros, que apresenta um resumo didático, acompanhado de ilustrações, sobre a vida de 53 pessoas negras que lutaram pelos seus sonhos e contribuíram para a transformação social.
- Globalmente, no ano de 2021, a CICDR ministrou **16 ações de formação**, num total de **1741 horas ministradas**, na sua maioria em formato *online*, contando com o total de **771 participantes**, sendo **336 pessoas do sexo feminino** e **258 pessoas do sexo masculino**, não tendo sido possível apurar o sexo de 177 participantes.

O público-alvo das ações de formação foram elementos das forças e serviços de segurança, comunidade escolar, sociedade civil, profissionais da comunicação social, pessoas pertencentes à comunidade cigana, associações parceiras, funcionários/as e colaboradores/as do ACM, I.P. e funcionários/as públicos/as.

DESTINATÁRIOS	PARTICIPANTES (N.º)	HORAS (N.º)
Elementos das forças e serviços de segurança	362	986
Comunidade Escolar	137	285,5
Sociedade Civil	36	87,5
Profissionais da comunicação social	4	12
Comunidades ciganas	36	108
Associações parceiras, funcionários/as, colaboradores do ACM, I.P./ Funcionários/as Públicos/as	196	262
TOTAL	771	1741

Ações de formação (Total de participantes e de horas)

¹ De acordo com a informação fornecida, o número de distritos referido corresponde aos Comandos Territoriais da organização interna da Guarda Nacional Republicana.

Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025

Na sequência da criação do Grupo de Trabalho para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (SECI), o XXII Governo Constitucional aprovou no dia 28 de julho de 2021 o **Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 — Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025)** através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021².

O Plano engloba propostas de várias áreas governativas, bem como contributos e recomendações do Grupo de Trabalho para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação, onde se inclui o resultado da auscultação realizada a cerca de 60 entidades e organismos de diversas áreas, e os contributos decorrentes da Consulta Pública.

O PNCRD 2021-2025 – cujos objetivos são a promoção da igualdade e o combate ao racismo e à discriminação racial através da concretização do direito à igualdade e à não discriminação – é pioneiro em matéria de Combate ao Racismo e à Discriminação e a sua concretização assenta numa estratégia nacional para a promoção da diversidade de uma sociedade plural com várias medidas transversais direcionadas aos seguintes setores fundamentais: *Governança, informação e conhecimento para uma sociedade não discriminatória; Educação e cultura; Ensino superior; Trabalho e emprego; Habitação; Saúde e ação social; Justiça, segurança e direitos; Participação e representação; Desporto; Meios de comunicação e o digital.*

Para além de funcionar como órgão consultivo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), a CICDR encontra-se envolvida na execução e implementação de 28 medidas no âmbito do seu mandato.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (OM)

O Observatório das Migrações (OM), criado em 2002, é desde 2016 uma Equipa de Projeto do ACM, I.P. com a missão de *“estudo e acompanhamento científico das migrações e a produção, recolha, análise e difusão de informação estatística acerca das migrações”* (artigo 1.º da [Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto](#)) que nos termos do ponto 2 do artigo 1.º da mesma deliberação *“exerce a sua missão e atribuições em articulação com o membro do governo que tutela a área das migrações”* – durante 2021, em articulação com a Secretária de Estado para a Integração e as Migrações. De acordo com previsto no artigo 3.º da mesma Deliberação do OM, a Equipa de Projeto OM *“é dirigida por um coordenador com perfil académico adequado, designadamente com experiência relevante na área das migrações”*, tendo desde 2016 como coordenadora [Catarina Reis Oliveira](#), fazendo ainda parte da equipa permanente do OM, desde 2020, Rita Monteiro.

² A Resolução foi publicada no Diário da República n.º 145/2021, Série I de 2021-07-28 e encontra-se disponível em <https://files.dre.pt/1s/2021/07/14500/0002000072.pdf>

O OM tem contribuído para as diversas áreas de atuação do ACM, I.P., com a monitorização estatística da situação de integração dos imigrantes em Portugal e com recomendações para políticas migratórias baseadas em evidência científica (*evidence-based policy*) que chegam de estudos que promove e publica nas suas diferentes linhas editoriais. O OM implementa duas das atribuições que estão vinculadas na própria orgânica do ACM, I.P., (as alíneas i) e n) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei Orgânica do ACM, I.P., Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro), na vertente da recolha e divulgação de dados oficiais sobre fluxos migratórios, e do fomento da investigação e observação dos fenómenos migratórios.

2021 foi um ano de aprofundamento na desconstrução de mitos e falsas perceções acerca dos imigrantes e de sensibilização da opinião pública para os contributos da imigração para Portugal, consolidando-se a sistematização dos indicadores de integração de imigrantes e de refugiados, e promovendo-se a reflexão e partilha do conhecimento sobre migrações. Destaca-se neste ano o lançamento, com o apoio da Delta Cafés, de uma campanha nacional infográfica de sensibilização baseada em saquetas de açúcar com informação estatística sobre os [Imigrantes em Portugal](#).

Mantendo-se a nova realidade de trabalho associada à pandemia COVID-19, o OM continuou a apostar numa presença mais virtual em 2021, com atualizações permanentes no seu [website](http://www.om.acm.gov.pt) (www.om.acm.gov.pt) e Facebook (<https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes/>), lançamento de publicações digitais e participação e organização de *webinars*.

Imigração em Números: sistematização e análise de informação estatística

O OM tem entre as suas atribuições “*recolher, sistematizar e analisar informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais respeitantes ao fenómeno da imigração, nomeadamente os indicadores de integração de imigrantes*” (alínea a) do artigo 2.º da [Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto](#)), atribuição essa que concretiza nomeadamente medidas de planos de ação para a integração de imigrantes (antes a medida 4 do *II Plano para a Integração de Imigrantes 2010*, depois medida 6 do *Plano Estratégico para as Migrações* em implementação até ao final de 2020) e desde 2019 também a primeira medida do objetivo 1 do [Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações](#).

Procurando aprofundar a sistematização, análise e difusão de informação estatística de fontes nacionais e internacionais relativas à integração de imigrantes em Portugal, o OM tem aprofundado a sua [Coleção Imigração em Números](#), lançada em 2014 com coordenação científica de [Catarina Reis Oliveira](#). Em 2021, esta coleção foi reforçada com novas publicações:

- Um [Relatório do Asilo 2021 – Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal](#), de [Catarina Reis Oliveira](#), junho de 2021
- Um [Relatório Estatístico Anual 2021 – Indicadores de Integração de Imigrantes](#), de [Catarina Reis Oliveira](#), dezembro de 2021

- Um [Boletim Estatístico OM #7 – A aprendizagem da língua de acolhimento por imigrantes](#), de [Rita Monteiro](#), edição que assinalou o Dia Mundial da Língua Portuguesa, 5 de maio de 2021
- Três [Infografias OM: Perceções e Factos da Imigração em Portugal](#), de [Catarina Reis Oliveira](#) (conceção gráfica de Carlos Cravo), março de 2021; [Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal](#), de Rita Monteiro e Catarina Reis Oliveira, junho de 2021; [Números da Imigração em Portugal](#), de Rita Monteiro e Catarina Reis Oliveira, dezembro de 2021



Publicações da Coleção Imigração em Números do OM em 2021

Publicações OM de 2021

Nos últimos vinte anos, o OM foi consolidando várias linhas editoriais para melhor dar visibilidade ao seu trabalho, cumprindo a sua atribuição de “*promover publicações através das diversas linhas editoriais do OM, em suporte físico e digital, relativos aos estudos e demais atividades de produção científica do OM*” (alínea o) do artigo 2.º da [Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto](#)).

Em 2021, a **Coleção Estudos OM** ganhou quatro novos volumes (disponíveis [aqui](#)):

- Estudo 67, *Integr(Arte): Imigração, Artes, Educação e Experiências Locais de Integração*, com coordenação de Teresa Matos Pereira;
- Estudo 68, – *Integração de Refugiados em Portugal: O Papel e Práticas das Instituições de Acolhimento*, de Lúcio Sousa, Paulo M. Costa, Rosana Albuquerque, Olga Magano e Bárbara Bäckström;
- Estudo 69, – *De Menor a Maior: Acolhimento e Autonomia de Vida em Menores não Acompanhados*, de Sandra Roberto e Carla Moleiro;
- Estudo 70, – *Trabalhadores Imigrantes na Grande Lisboa: da Integração Laboral à Participação Cívica*, com coordenação de Pedro Perista.

Também a **Coleção Teses OM** foi reforçada em 2021 com dois novos volumes (disponíveis [aqui](#)):

- Tese 53, *Os atores da integração: Uma análise da organização coletiva dos imigrantes entre 1995 e 2002*, de Anabela Franqueira;
- Tese 54, *Políticas, Instituições e Percursos Migratórios de Mulheres e Meninas Refugiadas em Portugal e Dinamarca*, de Sofia de Almeida.



Publicações das Coleções Estudos OM e Teses OM em 2021

Informação e Sensibilização, combatendo mitos sobre imigração

O OM tem entre as suas atribuições informar e sensibilizar a opinião pública acerca das migrações, nomeadamente através do combate a mitos e estereótipos, com factos científicos e dados estatísticos oficiais que sistematiza e dissemina acerca de estrangeiros residentes em Portugal, como estipula a alínea i) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto. O OM recorre aos seus canais de comunicação ([website](#) e [facebook](#)) para promover estas atribuições, destacando-se em 2021 a partilha nestes canais dos seguintes conteúdos:

- **Rubrica Sabia Que...**, em que são divulgados os principais dados sistematizados pelo OM sobre os imigrantes em Portugal, com um foco mensal temático: em fevereiro esta rubrica focou-se nas [perceções sobre a imigração](#); em março foi acerca da [dimensão da imigração](#); em abril sobre [imigração e demografia](#); em maio sobre a [aprendizagem do português como língua de acolhimento](#); em junho acerca de [requerentes e beneficiários de proteção internacional](#); em julho sobre [estrangeiros e o sistema de segurança social](#); em agosto sobre [estrangeiros no mercado de trabalho](#); em outubro sobre o [recenseamento eleitoral dos estrangeiros](#); e em novembro sobre os [estudantes estrangeiros em Portugal](#).
- Campanha Imigrantes em Portugal – O OM promoveu com a Delta Cafés uma campanha infográfica impressa em saquetas de açúcar com informação estatística sobre *Imigrantes em Portugal*. As imagens da campanha foram divulgadas no [website](#) (tendo sido criada uma página nova para o efeito) e no [facebook](#) do OM ao longo do mês de setembro, acompanhadas de informação enquadradora da Coleção *Imigração em Números do OM*, que suporta os factos apresentados.



Campanha Imigrantes em Portugal

Em 2021 a [página de facebook do OM](#) chegou a mais pessoas, contando no final do ano com 4.362 “gostos” (+725 que no início do ano) e 4.361 seguidores (+784 que no início do ano) e registando um alcance anual total de 48.745 pessoas, destacando-se o resultado obtido com a primeira divulgação da campanha *Imigrantes em Portugal*, que atingiu um alcance de 18.384 pessoas.

O site do OM, www.om.acm.gov.pt, lançado em 2002, manteve-se em 2021 como um canal de referência na divulgação de informação científica acerca do que de mais relevante é produzido a nível nacional e internacional sobre os fenómenos da imigração, do diálogo intercultural e da integração de migrantes, contando com uma atualização permanente dos seus conteúdos. Integrando um vasto repositório de informação útil e diversa acerca da temática das migrações, o site do OM tem tido uma procura crescente, atingindo em 2021 260.327 visualizações de página, 136.692 utilizadores e 160.232 sessões.

Eventos OM em 2021

O Observatório das Migrações tem também entre as suas atribuições promover o debate e a reflexão académica acerca de políticas migratórias e integração de migrantes, nomeadamente diligenciando um diálogo construtivo e produtivo entre decisores políticos e académicos, e disseminar resultados de produção científica acerca das migrações através da organização de conferências, jornadas anuais, seminários e *workshops*, conforme as alíneas f), g) e h) do artigo 2.º da [Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto](#). Esta atribuição foi cumprida em 2021 através da organização de dois eventos em formato webinar:

- Webinar “[Acolhimento e Integração de Refugiados em Portugal](#)” (a 18 de junho), para assinalar o *Dia Mundial dos Refugiados*: este encontro, que contou com a abertura da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, e encerramento da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, integrou o lançamento do “[Relatório Estatístico do Asilo 2021](#)”, da Infografia OM “[Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal](#)”, e a apresentação dos Estudos OM [#68](#) e [#69](#) acerca do acolhimento de refugiados no país.

- Webinar “[Comunicar Imigração: Desafios e Estratégias](#)” (a 17 de dezembro), para assinalar o *Dia Internacional dos Migrantes*: nesta sessão, com transmissão em direto a partir do salão nobre do Instituto Nacional de Estatística (INE), na presença da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, do Presidente do INE, Francisco Gonçalves de Lima, e da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, foi lançado o [Relatório Estatístico Anual – Indicadores de Integração de Imigrantes 2021](#), de Catarina Reis Oliveira. O encontro integrou ainda dois painéis: um dedicado ao tema “Comunicar a Imigração: exemplos de projetos e estratégias”, e outro centrado no tema “Informar os imigrantes: medidas e estratégias”.

Investigação sobre imigração e integração

O OM tem desde a sua génese a missão de fomentar a investigação e a observação dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudos universitários, com vista a contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas e monitorizar a integração dos imigrantes e os seus contributos para Portugal (alínea b) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto). Neste âmbito, e recorrendo a cofinanciamento comunitário, o OM tem sido chamado a gerir avisos de fundos comunitários, avaliando as candidaturas para a realização de estudos sobre migrações e integração de imigrantes em Portugal. No âmbito do Objetivo Nacional 3 e do Objetivo Específico 2 do FAMI (Fundo Asilo, Migração e Integração) – Integração e Migração Legal, em 2021, o OM acompanhou a avaliação de candidaturas ao Aviso FAMI/95/2021, destinado ao cofinanciamento de Estudos sobre Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal. A avaliação das oito candidaturas recebidas a este Aviso foi efetuada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), enquanto Autoridade Delegada, e um painel de avaliadores independentes nacionais da rede do Observatório das Migrações (Catarina Reis Oliveira, Maria da Conceição Cerdeira, Alina Esteves, José Carlos Marques, Sofia Gaspar, Ana Paula Beja Horta e Pedro Góis), resultando na aprovação de seis candidaturas. Ao longo do ano o OM continuou ainda a acompanhar a execução dos estudos aprovados em 4 avisos FAMI de anos anteriores, dos quais resultaram os livros que integraram a Coleção de Estudos OM em 2021, bem como novos volumes que irão reforçar a coleção em 2022.

OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS (ObCig)



Logótipo do ObCig

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) foi criado em 2014 em resposta à necessidade de promover a integração recíproca das comunidades ciganas evocada na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). O ObCig tem como missão o estudo e o acompanhamento estratégico e científico da população cigana em Portugal e o apoio ao ACM, I.P, nomeadamente no que diz respeito à produção de recomendações para a conceção de políticas públicas. A equipa, atualmente, é constituída por três elementos: a coordenadora, Maria José Casa-Nova que iniciou funções em dois de janeiro de 2018, Inês Aydin e Liliana Moreira.

Em 2021, o ObCig **elaborou e publicou quatro Newsletters**: 1.ª) a Newsletter do dia 8 de abril, dedicada ao tema “Mulheres em contexto de Pandemia” e publicada na ocasião do 50.º aniversário do Dia Internacional das Pessoas Ciganas; 2.ª) a Newsletter do dia 24 de junho, publicada na ocasião do Dia Nacional da Pessoa Cigana, dedicada ao tema “Racismo e Discriminação”. Este número inclui também uma entrevista ao Coordenador do Secretariado da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR); 3.ª) a Newsletter de outubro dedicada ao tema da “Participação política-cívica das pessoas ciganas”. Este número inclui um artigo do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel; 4.ª) a Newsletter de dezembro dedicada ao tema “Direitos Humanos pela voz das crianças”, com um dossiê de entrevistas realizadas a crianças ciganas. No âmbito destas Newsletters, destaque para as entrevistas a pessoas ciganas na secção “Vozes Ciganas”. Todas as Newsletters encontram-se em acesso livre na secção “[Newsletters](#)” do site do ObCig.



Capas das newsletters ObCig de 8 de abril, de 24 de junho, de outubro e de dezembro 2021

A alimentação do sítio do Observatório [www.obcig.acm.gov.pt] e a gestão da página Facebook do ObCig mantiveram-se atividades importantes durante 2021, uma vez que é a partir destes espaços digitais que a divulgação imediata para um público mais vasto se concretiza. Foram divulgadas, entre outros, atividades do Observatório, artigos e eventos que se mostram científica e socialmente relevantes sobre as comunidades ciganas e informação útil para estas mesmas comunidades. Ainda de salientar a gestão das solicitações, via e-mail, de âmbito científico e de aconselhamento científico.

Durante o ano de 2021 publicou-se um edital de abertura de uma *call* para publicações na Coleção Olhares. A abertura do período de candidaturas à apresentação de Dissertações de Mestrado, Teses de Doutoramento e Projetos de Investigação realizou-se de 1 de maio a 16 de julho. Para mais informações, consultar o Edital em <https://www.obcig.acm.gov.pt/-/edicao-de-dissertacoes-de-mestrado-teses-de-doutoramento-e-projetos-de-investigacao-candidaturas-de-1-de-maio-a-16-de-julho>.

Também durante o ano 2021, elaborou-se os regulamentos da 2.^a edição do “Prémio ObCig Pessoa de Mérito” e a 3.^a edição “Prémio ObCig Empresas Integradoras”. Consultar os Regulamentos em www.obcig.acm.gov.pt. Destaque no âmbito da entrega do Prémio ObCig Empresas Integradoras à empresa DST, a mediação na concretização de dois protocolos entre o ACM, I.P., e a DST com vista à integração laboral de jovens migrantes refugiados e à atribuição de 21 bolsas a jovens ciganos/as no âmbito do Programa Roma Educa.

O ObCig criou **duas novas coleções no ano 2021**, cujos textos publicados são analisados e revistos pela equipa do ObCig através de um método rigoroso e transparente: 1.^a) Coleção ObCig “Projetos e Práticas de Inovação Social”. Esta Coleção tem como objetivo dar a conhecer projetos que, pelas suas temáticas, características e resultados, possibilitem uma determinada mudança social em contexto e que, simultaneamente sejam inspiradores de realidades que apresentem constrangimentos similares, potenciando uma maior humanização dos atores e dos contextos. O primeiro número tem por título “Um cerco educativo-alternativo (1-CEA) Projeto de Trabalho Educativo de Rua” com autoria de Tiago Lobo, Licínio Fernandes e Benedita Ayres Pereira; 2.^a) Coleção ObCig Fact Sheets. Esta coleção é uma publicação de textos em que são analisadas sumariamente temáticas sobre as comunidades ciganas ou com estas relacionadas. A este nível, procedeu-se à leitura de várias dissertações de mestrado com o objetivo de convidar investigadores/as que trabalhem na área das comunidades ciganas para a realização destas Fact Sheets, tendo como fim divulgar publicamente, em tempo útil, alguns dos principais resultados de trabalhos recentes realizados sobre e com estas comunidades. A primeira publicação tem por título “Viver a Escola na Comunidade Cigana” e tem por autoria Ana Certã.



Capa do livro da Coleção OBCIG “Projetos e Práticas de Inovação Social” n.º 1 e Capa da FactSheet n.º 1

O ObCig deu continuidade ao Ciclo ObCig “Conversas com...”. Estas Conversas, realizadas em formato online, pretendem constituir-se num espaço de interação e reflexão entre diferentes atores sociais, sustentando e enriquecendo discursos e práticas quotidianas. Durante o ano 2022 organizou-se e realizou-se **quatro Conversas**: a primeira, no dia 25 de março, dedicada ao tema “[Habitação condigna e bons lugares: políticas e contextos](#)”; a segunda, no dia 27 de maio, dedicada ao tema “[Saúde como prevenção da doença: a importância do cuidar de proximidade](#)”; a terceira, no dia 29 de julho, dedicada ao tema “[Experiências de sucesso educativo de crianças ciganas: o Projeto RISE](#)”; a quarta, no dia 28 de outubro, dedicada ao tema “[A Participação Político-Cívica de Pessoas Ciganas](#)”. Cada uma contou com uma média de participação de 50 pessoas.



Cartazes “Conversas com” do dia 29 de julho de 2021 e do “Conversas com” do dia 28 de outubro de 2021

O ObCig dinamizou também ainda no ano 2021, em parceria com o NACI, a **tertúlia** “Ao redor da liberdade: Mulheres em contexto de pandemia” em formato *online*. A iniciativa assinalou o 50.º aniversário do Dia Internacional das Pessoas Ciganas e contou com a presença de cerca de 120 pessoas.

No campo da investigação, salienta-se a **elaboração de uma candidatura à Comissão Europeia**, ao programa “Citizens, Equality, Rights and Values Programme (CERV)”. O projeto de candidatura, envolvendo três países (Portugal, Itália e Polónia) tem como título “*Transformative Roma Art and Culture for European Remembrance (TRACER)*” e foi realizado em parceria com a Universidade de Bolonha. A **candidatura** foi **aprovada** ainda no final do ano 2021 e a sua execução está prevista começar em maio de 2022 com uma duração de dois anos.

Também destacamos no âmbito da investigação a **elaboração de três modelos de questionário** com vista a uma recolha nacional de dados sobre as comunidades ciganas.

Com vista a promover o debate e a reflexão académica o ObCig **organizou e realizou**, no dia 29 de novembro de 2021, o seu **Seminário Internacional** anual sobre a “Educação de Adultos e Comunidades Ciganas: políticas e processos”, em formato *online*. A iniciativa, para além de um painel sobre contextos e práticas alusivas à temática do Seminário, incluiu uma conferência de abertura

proferida pelo Prof. Ramon Flecha (Univ. de Barcelona), um painel de conferências proferidas pelo Prof. Licínio Lima (Univ. do Minho) e pelo Prof. Luís Capucha (ISCTE), e a entrega do “Prémio ObCig Pessoa de Mérito”. Contou ainda com a presença da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira, da Alta Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, e de Dirigentes de Associações Ciganas, Susana Silveira e Bruno Gonçalves, e de uma Representante da ANQEP, Alexandra Teixeira. Contou com uma média de participação de 250 pessoas.



Cartaz e programa do Seminário Internacional

Ao longo do ano 2021 o ObCig continuou a acompanhar, a fazer consultoria científica e a participar em eventos científicos e/ou ações de formação. Destas, destacam-se as seguintes atividades: A consultoria científica do projeto Internacional PATTERN – *Prevent and Combat Domestic Violence Against Women*, a participação em reuniões da CICDR e do CONCIG; a participação na elaboração de quatro Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), no âmbito da construção do Referencial de Educação e Formação de Mediador/a Intercultural, de nível 4, a integrar no Catálogo Nacional de Qualificações, da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP); a colaboração com o NACI na preparação da 2.ª edição do projeto Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC), através da participação em reuniões de trabalho, na sessão de lançamento, que decorreu em 19 de maio, bem como em reuniões presenciais com os novos municípios; a participação da coordenadora do ObCig, Maria José Casa-Nova, em diversos eventos científicos ou ações de formação sobre cultura cigana, racismo, educação escolar, educação intercultural, mediação intercultural, direitos humanos, perceção hierarquizada da diferença, nomeadamente na Conferência online sobre a igualdade, inclusão e participação das populações ciganas na UE: “Working Together for Roma Rights”, realizada em 15 de abril de 2021 e organizada pela Presidência do Conselho de Ministros; na Academia de Política, em 5 de novembro, na Figueira da Foz e na formação de formadores/as do ACM, I.P. Estas participações totalizam cerca de 1500 horas de formação; a **participação** da coordenadora do ObCig, Maria José Casa-Nova, em **Júris de relevância nacional** em termos científicos e de intervenção social, designadamente no Júri do **Programa Bairros Saudáveis**, do **Programa Escolhas** e da **Fundação para a Ciência e a Tecnologia** (FCT).

Por fim, mas não menos importante, destaca-se a realização de reuniões com atores educativos diversos, das quais se releva: a) reuniões com diretores de Escola sobre o Projeto RISE; b) reunião com Subdiretor-Geral da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Doutor Pedro Abrantes sobre os dados estatísticos relativos à escolarização de crianças e jovens ciganos; c) reunião com o Diretor Geral da Direção Geral de Educação, Dr. José Vítor Pedroso, para ver conjuntamente formas de divulgação generalizada dos resultados do projeto RISE, com convite do Sr. Diretor para a realização de um MOOC (*Massive Open Online Course*) de 25 horas sobre estes resultados aberto a todos os professores e professoras do país.

NÚCLEO DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS (NAIR)

No âmbito das suas atribuições, o NAIR intervém no acolhimento e integração de pessoas recebidas por Portugal ao abrigo de programas de solidariedade no âmbito da proteção internacional. Destacam-se designadamente os mecanismos de recolocação voluntária entre Estados-Membros da União Europeia e o Programa Voluntário de Reinstalação promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para transferência de pessoas com estatuto de refugiado reconhecido para Portugal, onde lhes é atribuído um estatuto idêntico, com uma perspectiva de integração de longo prazo.

Em 2020 manteve-se em funcionamento o processo de recolocação a partir de Malta e Itália, resultante dos resgates de barcos humanitários no Mar Mediterrâneo, com um total de 45 pessoas transferidas. Ainda no Programa de Recolocação, o Acordo Bilateral Portugal Grécia, garantiu o acolhimento de um total de 97 pessoas, em território nacional.

Participamos também, desde 2020, no esquema de recolocação voluntária de Menores Estrangeiros Não Acompanhados (MENA) que se encontram na Grécia, em situação de extrema vulnerabilidade. Neste âmbito, assumiu-se o compromisso de receber aproximadamente 500 Crianças e Jovens Estrangeiras Não Acompanhadas entre 2020 e 2021. Em 2021 Portugal recebeu 127 destas crianças e jovens.

Portugal assumiu também desde agosto de 2021 o compromisso de acolher cidadãos afegãos em risco na sequência da tomada do poder no país pelo regime Taliban, tendo sido transferidos 772 cidadãos entre agosto e dezembro.

Ao abrigo do Programa Reinstalação para 2018/2019, foram acolhidas 1010 pessoas refugiadas provenientes do Egito e Turquia, cujas transferências se mantiveram ao longo de 2021, até à conclusão da *pledge* com um total de 930 pessoas (após confirmação de desistências).

Programa	Acolhimentos em 2021	Total de refugiados acolhidos	Dados desagregados por sexo	
			Homens	Mulheres
Recolocação				
Recolocação <i>ad hoc</i> – BH	45	262	228	34
MENA	127	199	191	8
Acordo Bilateral Grécia	97	100	54	46
Reinstalação				
Turquia e Egito	296	930	488	442
Admissão Humanitária				
Afeganistão	772	772	391	381
TOTAL	1337	2263	1354	911

Refugiados acolhidos em território nacional

ACOLHIMENTO

O modelo de acolhimento para receber os cidadãos provenientes dos programas de acolhimento de Requerentes ou Beneficiários de Proteção Internacional que se encontram em Portugal ao abrigo dos programas de proteção internacional promovidos e apoiados pela UE continuam com os mesmos moldes (habitação, valor monetário mensal e acompanhamento social). O modelo de acolhimento é descentralizado, envolvendo municípios e entidades da sociedade civil que asseguram os diferentes aspetos do acolhimento e integração num período de 18 meses, tais como: alojamento, aprendizagem da língua portuguesa, acesso à educação, saúde, formação profissional e emprego, regularização da sua situação legal, entre outras dimensões.

Este processo de integração é assegurado no terreno por entidades da sociedade civil e/ou Municípios, através de um protocolo de cooperação assinado com o ACM, I.P., e que executa os programas promovidos pela UE e acima descritos.

O NAIR por sua vez acompanha, monitoriza e supervisiona este processo de acolhimento, através de um acompanhamento próximo com contacto diários, visitas de acompanhamento, visitas de mediação e sinalização de situações críticas nomeadamente através do Grupo Operativo Único (mais informações abaixo). Cabe também ao NAIR a atualização permanente do mapeamento das disponibilidades para acolhimento de pessoas refugiadas em Portugal.

Desde Agosto de 2021, e considerando a situação no Afeganistão, Portugal participou nos esforços internacionais para apoiar a saída de cidadãos afegãos, entre setembro e dezembro de 2021.

O processo de acolhimento de cidadãos afegãos em Portugal foi um processo atípico que se inscreveu no quadro da emergência humanitária, tendo sido necessário um esforço concertado, por parte de várias áreas governativas, para adaptar os modelos de acolhimento já existentes, a este novo processo de entrada e permanência em território nacional. As instituições que se comprometeram com este mecanismo de solidariedade conjunta foram sobretudo municípios e entidades de sociedade civil, descentralizados pelo país.

O NAIR acompanhou a chegada destes 772 cidadãos afegãos, garantindo a sua entrevista sociocultural e a passagem de 296 destes, dos centros de acolhimento iniciais, para repostas subsequentes.

No âmbito do compromisso assumido pelo Estado português junto da Comissão Europeia para receber Crianças e Jovens Estrangeiros Não Acompanhados (C/JENA) em território nacional (TN) através de um programa voluntário de recolocação, encontra-se em desenvolvimento, desde abril de 2020, o projeto de intervenção para acolhimento, proteção, promoção de direitos e integração de 500 C/JENA provenientes dos sobrelotados campos de refugiados da Grécia.

O projeto de intervenção reveste-se de grande complexidade, exigência e rigor para todos os intervenientes corresponsáveis, quer os das áreas governativas envolvidas, respetivos organismos e serviços, quer os da sociedade civil, designadamente entidades da rede social e solidária, organizações internacionais, entre outros.

No percurso migratório, todos enfrentaram situações de séria adversidade e grave perigo, procurando esperançosamente um lugar seguro e à justa medida das necessidades e expectativas individuais onde seja possível sonhar e construir um futuro.

De realçar o perigo e especial vulnerabilidade dos menores de idade, porque, para além de serem crianças, estão sozinhos, são requerentes de proteção internacional, correm risco agravado de exposição à discriminação, negligência, exploração, abuso sexual, físico e psicológico, violência e tráfico de seres humanos e, ainda, de desaparecimento e mesmo perigo de vida, encontrando-se os pais impedidos, de facto, de exercer o exercício das responsabilidades parentais.

Tem sido, pois, com sentido de responsabilidade e de solidariedade que o Estado português tem providenciado pela criação das condições protetivas e integradoras necessárias para corresponder ao interesse destas crianças e jovens, numa abordagem colaborativa e reflexiva sobre o desenvolvimento do projeto de intervenção em curso com os intervenientes direta ou indiretamente envolvidos.

O modelo de intervenção desenvolvido para esta operação, apesar de se inscrever nas linhas gerais de enquadramento da promoção e proteção de crianças e jovens e da proteção internacional de cidadãos, foi construído colaborativamente, por todos os parceiros envolvidos, designadamente: ACM, I.P., Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL).

Tipologias de Entidade	N.º de Entidades	N.º de Concelhos	Programa De Acolhimento	N.º Pessoas em Programa
Municípios	6	6	Admissão Humanitária de Afegãos	730
			Programa de Reinstalação	423
Organizações da Sociedade Civil	45	34	Ac. PT – GR	93
			Programa de Recolocação Barcos Humanitários	60
				1306

Entidades de acolhimento protocoladas com o ACM

INTEGRAÇÃO

A monitorização e avaliação do acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de Proteção Internacional em Portugal são garantidas pelo ACM, I.P., ao longo do programa de acolhimento que tem a duração de 18 meses, devendo, sempre que possível, avaliar os indicadores do processo de integração, após o término do mesmo, considerando todas as áreas prioritárias para o acolhimento: documentação; habitação; saúde; educação; ensino da língua portuguesa; emprego e formação profissional; sentido de pertença e comunidade.

O acompanhamento realizado pelo ACM, I.P., e pelas entidades de acolhimento está orientado para o fortalecimento da autonomia, cidadania, empoderamento e participação dos/as cidadãos/ãs no seu próprio processo de integração em território nacional. Neste âmbito, o NAIR realiza visitas de acompanhamento às entidades de acolhimento.

Região	N.º Total de Visitas de Acompanhamento realizadas em 2021
Norte	38
Centro	17
Lisboa e Vale do Tejo	19
Alentejo	4
Algarve	0
TOTAL	78

Quadro Resumo do Acompanhamento NAIR

• Grupo Operativo Único (constituído nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2020, de 23 de novembro)

Em 2021, o Grupo Operativo Único (GOU) garantiu a elaboração do seu regulamento interno e respetivo Plano de Ação, bem como a criação de subgrupos de trabalho e respetivos modelos de funcionamento.

O GOU tem desenvolvido grandes esforços para a resolução de constrangimentos na integração dos RBPI, sinalizados em sede de reunião, em estreita colaboração pelas diferentes áreas governativas responsáveis, com uma particular atenção ao acesso à documentação – regularização em território nacional; acesso a apoios sociais; acesso à saúde, saúde mental e discussão de questões COVID-19, quarentena e isolamento; acesso ao ensino; acesso ao emprego, formação profissional e aprendizagem da Língua Portuguesa.

As reuniões do GOU têm como finalidade a criação do sistema único de acolhimento e integração de requerentes e beneficiárias de proteção internacional, trabalho que têm vindo a ser desenvolvido através da escuta ativa e participação de todas as entidades intervenientes neste processo, tendo sido já elaborado, durante o ano de 2021, o *draft* de um documento sobre procedimentos operacionais para acolhimento em Portugal de movimentos não programados e movimentos programados e C/JENA.

GABINETE DE EVENTOS, COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (GECI)

Em 2021, o ACM, I.P., continuou a orientar a ação que desenvolve em matéria de comunicação pela máxima “Comunicar, Informar, Sensibilizar”, no sentido de valorizar e potenciar o acolhimento, a integração e a diversidade entre culturas, etnias e religiões, enquanto riqueza e verdadeiro ativo da sociedade portuguesa, em prol de uma sociedade mais diversa e integradora.

Para tal, o ACM, I.P., tanto produziu e disseminou quanto diligenciou a produção e a disseminação de conteúdos, materiais e ferramentas informativas, de comunicação e sensibilização, nos formatos digital e impresso, fundados na sua missão e atribuições, e destinados aos seus diferentes públicos-alvo, entidades parceiras, nacionais e internacionais, e demais públicos com interesse nas áreas de ação e outras conexas do Instituto.

Atento o contexto particular de pandemia, o ACM, I.P., continuou a fazê-lo com um foco particular e prioritário na pandemia da doença COVID-19, na sua prevenção e mitigação, nomeadamente através do trabalho conjunto com os vários ministérios, autoridades e entidades da administração pública, assim como com os organismos da sociedade civil, especialmente associações (de pessoas imigrantes, refugiadas e das comunidades ciganas) e organizações não governamentais.

Assegurar a (co)produção, disseminação e o acesso a informação oficial e fidedigna aos seus públicos-alvo, em particular, àqueles em situações de maior vulnerabilidade, manteve-se como uma das prioridades de ação do ACM, I.P., durante este período.

A este propósito destacou-se a atualização do conteúdo dedicado no *website* do ACM, I.P., nas línguas portuguesa e inglesa, a saber: “[COVID-19: Medida, Orientações e Recomendações](#)”, com a informação das autoridades e entidades competentes nacionais que se aplicam ao Instituto, aos seus serviços e aos/às cidadãos/ãs que os procuram.

Igual destaque mereceu a produção e/ou disseminação, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, de materiais informativos e de sensibilização em vários idiomas – tais como árabe, espanhol, francês, hindi, inglês, mandarim, nepalês, romeno, russo, tailandês e ucraniano – com recurso à bolsa de tradutores/as do ACM, I.P. Destes são exemplo: novas versões do folheto “COVID-19: A Prevenção é Fundamental!” e dos vídeos “Medidas Gerais” contra a COVID-19 da Direção-Geral de Saúde; os folhetos sobre os direitos dos trabalhadores em contexto COVID-19 produzidos pelo ACM, I.P., e o ISS, I.P., com o apoio da NIALP – Intercultural Association Lisboa, assim como os vídeos com o mesmo tema, no âmbito de ações de sensibilização realizadas em Odemira; os materiais (cartazes e vídeos) da campanha “Este ano escolha a celebração individual/ *This year choose individual celebration*”, promovida pela Taipa, Crl., em parceria com a Unidade de Saúde Pública da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA) e o ACM, I.P., com

o apoio do Município de Odemira; e diversos cartões informativos e de sensibilização sobre o processo de vacinação contra a COVID-19 para todos e todas.



Imagens de seis dos materiais executadas/disseminadas em 2021

Além destes, o ACM, I.P., continuou a produzir e divulgar, tal como participou na produção e divulgação, de outros conteúdos e materiais informativos, de comunicação e sensibilização, relacionados com as áreas de atuação do Instituto.

Neste âmbito, referem-se a título de exemplo, os artigos e/ou notas à comunicação social sobre: a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) 2021 – neste caso, com a criação de uma [área dedicada no website do Instituto](#); a visita do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados; a inauguração do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) no CNAIM Norte; a Semana da Interculturalidade 2021; o apoio do Instituto à tradução dos questionários e de folhetos informativos do Censos 2021; a inauguração de vários CLAIM e GIP Imigrante; as assinaturas de protocolos entre o ACM, I.P., e diferentes entidades, tais como a Adolescere – Associação de Apoio à Criança e Adolescente (IPSS), a Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), a Comissão de Proteção de Jovens e Menores (CPCJ) do Montijo e o Agrupamento de Escolas de Montijo (AEM), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.); as visitas do Conselho Direito do ACM, I.P., por exemplo à semana Intercultural de Portimão, por ocasião do Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, 21 de maio, e a Associação de Imigrantes.

Registe-se também a produção e/ou divulgação de vídeos como aqueles para assinalar o Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, e o 17.º aniversário do CNAIM Lisboa e Norte, com mensagens da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira; bem como sobre os direitos eleitorais e os requisitos para o recenseamento eleitoral das comunidades imigrantes residentes em Portugal, no domínio das eleições autárquicas de 2021, em parceria com a Comissão Nacional de Eleições (CNE); e os “20 anos de Testemunhos” no âmbito da comemoração do 20.º aniversário do Programa Escolhas.

Mencione-se, ainda, a execução de imagens como: as dos novos Cursos de Apoio à Criação de Negócios no âmbito do Projeto PEI – Promoção do Empreendedorismo Imigrante; sobre os atendimentos realizados na Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM) em 2020, para assinalar o 17.º aniversário do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) de Lisboa, a 16 de março; sobre a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), por ocasião do Dia Nacional para a Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março; de informação sobre os cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA), no Dia Mundial da Língua Portuguesa, 5 de maio; com citações de personalidades portuguesas ciganas, no Dia Nacional das Pessoas Ciganas, 19 de junho; e sobre os direitos eleitorais e os requisitos para o recenseamento eleitoral das comunidades imigrantes residentes em Portugal, no âmbito das eleições autárquicas de 2021, em parceria com a Comissão Nacional de Eleições (CNE).



Seis das imagens executadas/disseminadas em 2021

Em 2021, o ACM, I.P., assegurou igualmente a criação gráfica de elementos informativos, decorativos ou de sinalização para os novos CLAIM de Águeda, Alcochete, Bombarral, Cabeceiras

de Basto, Carraceda de Ansiães, Covilhã, Espinho, Esposende, Idanha-a-Nova, Lisboa (Estrela), Madalena (Açores), Matosinhos, Ourém, Peniche, Ponto de Sor, Porto (JRS), São João da Madeira, Setúbal, Tavira, Vila Nova de Cerveira e Vila Real de Santo António.

Por outro lado, o Instituto produziu também a publicação “Liberdade Religiosa e Diálogo Inter-religioso em Portugal: 2001-2021 – Testemunhos do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso (GT DIR)”, em julho, e mais dois números da *Newsletter* interna, em maio e dezembro.

A pandemia da doença COVID-19 condicionou ainda a realização de eventos e levou à sua configuração em sessões, sobretudo, *on-line* e/ou mistas, com transmissão em direto ou diferido nas redes sociais. Nesta matéria, destaquem-se as ações promovidas pelo e com o ACM, I.P., já mencionadas e as que seguem: o *webinar* “Empreendedorismo Migrante Feminino em Portugal – Desafios para o futuro”, em março; o seminário “Dia Nacional das Pessoas Ciganas: Intervenções Participadas e as Novas Políticas de Habitação”, as várias iniciativas dinamizadas por ocasião da “Refugee Week”, de 14 a 20 de junho, Dia Mundial do Refugiado, e a conferência “20 anos da Lei da Liberdade Religiosa”, em junho; o 1.º Encontro de Associações Representativas de Pessoas Ciganas e o *webinar* “Mediação Intercultural: oportunidade para o serviço público”, com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em setembro; a Cerimónia de Lançamento do Calendário Inter-religioso “Celebração do Tempo 2022”, em novembro; e a sessão Diálogos OM “Comunicar Imigração: Desafios e Estratégias”, que incluiu o lançamento do *Guia de Acolhimento para Migrantes*, e o evento conjunto entre Portugal e Cabo Verde para assinalar o arranque das atividades do projeto *Coop4Int – Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*, financiado pela União Europeia, contratualizado pelo ICMPD através do MPF, em dezembro.



Imagens de sete das iniciativas promovidas pelo e com o ACM, I.P., em 2021

O ACM, I.P., colaborou igualmente na promoção e divulgação de campanhas de entidades parceiras, tais como: *#Rights4AllSeasons*, lançada pela European Labour Authority, em parceria com Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), tendo decorrido entre junho e setembro; Não corte o Futuro!, promovida pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e pelo ACM, I.P., em parceria com dez organizações da sociedade civil, em julho; *Sexismo: Repare nele. Fale dele. Acabe com ele.*, do Conselho da Europa, entre 11 de outubro (Dia Internacional das Raparigas) e 24 de novembro; e *#PortugalContraAViolência*, promovida pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, 25 de novembro.



Imagens de duas das iniciativas de entidades parceiras com a colaboração do ACM, I.P., em 2021

Os condicionalismos externos referidos, a par com outros inerentes à reestruturação interna, motivaram novo adiamento de algumas iniciativas, nomeadamente do concurso anual Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural” e das ações de literacia para os *media*.

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 foram produzidos e publicados 185 artigos nos *websites* do ACM, I.P., (169), e do Programa Escolhas (16) correspondentes às áreas “Notícias” e “Escolhas em ação”, respetivamente.

No mesmo período, o *website* do Instituto registou 1 396 273 utilizadores/as, dos quais 1 388 749 novos/as, destacando-se que o conteúdo que despertou maior interesse foi o “COVID-19: Medidas, Recomendações e Orientações” (61 901 visitantes). Por sua vez, o site do PE assinalou 34 375 utilizadores/as, de entre os quais 33 660 pela primeira vez.

No *website* do Instituto, 77,48% das entradas foram realizadas por pesquisa orgânica, correspondendo a um total de 2 452 214 visualizações de página. Na sua maioria, estas visualizações tiveram origem em Portugal (536 967), seguindo-se no Vietname (359 393) e nos Estados Unidos da América (49 455).

O website do Programa Escolhas registou 58,2% entradas por pesquisa orgânica, equivalendo a um total de 34 375 visualizações de página, sobretudo, provenientes de Portugal (29 688).

Já nas páginas de Facebook do ACM, I.P., e do PE, foram realizadas 1 479 publicações (posts), 932 na primeira e 547 na segunda, que alcançaram, respetivamente, 820 845 utilizadores/as, gerando 72 949 468 impressões e 120 834 interações, e 65 192 impressões utilizadores/as motivando 20 434 interações.

Nestas páginas, distinguiu-se o alcance das publicações em imagem e vídeo, especialmente: [a mensagem da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira](#), para assinalar o 17.º aniversário do CNAIM Norte, a 23 de março, [o testemunho do atleta Ricardo Quaresma](#) que assinalou o Dia Nacional das Pessoas Ciganas, 24 de junho; da [imagem que assinala o Dia Mundial do Refugiado](#), 20 de junho; e do [anúncio da atribuição do primeiro prémio ao cartoonista Vasco Gargalo](#), pela International Labour Organization e a Ressources Humaines Sans Frontières (RHSF), que assinalou o Dia Mundial contra o Tráfico de Seres Humanos, 30 de julho.

Nos canais de YouTube do ACM, I.P., e do Programa Escolhas, foram publicados 30 vídeos novos, respetivamente, 29 no primeiro e um no segundo, realizados pelo Instituto ou por entidades parceiras.

A plataforma de vídeo do ACM, I.P., registou 73 novos subscritores e obteve um total de 8 421 visualizações, com uma duração média de 3 minutos e 20 segundos, alcançando 54 397 impressões. Os vídeos de 2021 que totalizaram maior alcance foram o [“Conferência ‘20 anos da Lei da Liberdade Religiosa, 22 de junho’”](#), com 1 115 visualizações e 2 667 impressões, e [“Campanha de Participação Cívica: Cidadãos/ãs estrangeiros/as residentes em Portugal: Como votar nas eleições autárquicas \(pt\) V1”](#), com 581 visualizações e 1 303 impressões.

O canal do Programa Escolhas registou 20 novos subscritores e 4 281 visualizações, com uma duração média de 1 minuto e 34 segundos, alcançando 57 914 impressões. O vídeo de 2021 [“DesPreConceito: ‘Os ciganos não são portugueses’”](#), obteve um alcance de 212 visualizações e 3 200 impressões.

GABINETE DE AUDITORIA INTERNA E PROTEÇÃO DE DADOS (GAIPD)

Por requisito decorrente da atividade delegada do ACM, I.P., no âmbito do Programa Portugal 2020, foi criada a Unidade de Auditoria Interna (UAI). Unidade que se encontrou a funcionar de 2016 a 2019 tendo como principais funções a verificação de procedimentos técnicos e financeiros de projetos cofinanciados, acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão

de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, I.P., e a coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco.

Na sequência da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em 25 de maio de 2018, e a obrigatoriedade da respetiva aplicação direta também aos órgãos e serviços da Administração Pública, o atual Conselho Diretivo do ACM, I.P., entendeu ser adequado o reinício de atividade da Unidade de Auditoria Interna, acrescentando-lhe as funções relativas ao cumprimento do quadro regulatório previsto no RGPD, promovendo a substituição e designação de nova Encarregada da Proteção de Dados, o que ocorreu em 11 de maio de 2021, com as atribuições previstas no referido diploma legal, nomeadamente, as relativas à implementação e ao controlo do cumprimento do RGPD nesta instituição. O gabinete adotou assim a designação de Gabinete de Auditoria e Proteção de Dados (GAIPD).

Durante o ano de 2021, em termos globais, o GAIPD concentrou esforços numa **dupla vertente organizativa**: a interna, relativa à identificação das necessidades inerentes ao funcionamento do próprio Gabinete em termos de recursos financeiros, humanos, formativos e logísticos, e a externa, referente à determinação e execução das atividades prioritárias no quadro dos múltiplos regimes jurídicos aplicáveis à atuação do ACM, I.P., com enfoque nas matérias da proteção de dados pessoais e da ética e gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas.

Ao nível do funcionamento do GAIPD, neste reinício de atividade, este passou a estar sediado nas instalações do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes do Norte do ACM, I.P., na Avenida de França, na cidade do Porto, sendo atualmente constituído por dois elementos, a saber, a Responsável de Gabinete e Encarregada de Proteção de Dados e um Técnico Superior. No que se refere à **Proteção de Dados** foi dado especial enfoque à elaboração do **Plano de Implementação do RGPD**, o qual foi aprovado pelo Conselho Diretivo em 9 de agosto. Este plano prevê a conclusão de sete fases (planeamento, inventário e diagnóstico, avaliação de compatibilidade e implementação de correções, criação de procedimentos e processos, implementação de medidas de compatibilidade tecnológica, criação de um dossier de auditoria e, por último, formação e avaliação). Durante o ano de 2021 foi possível terminar as duas primeiras fases, estando a execução do plano atualmente na sua terceira fase, em concreto, com a análise em detalhe da conformidade de todos os tratamentos diagnosticados pelas várias Unidade Orgânicas na fase anterior e identificação das atividades de tratamento que carecem de alteração com vista à conformidade com o RGPD.

De salientar ainda que, durante esta etapa, o GAIPD promoveu **atividade de apoio à própria implementação** consubstanciada na realização de cerca de 40 reuniões do gabinete para análise detalhada dos mapas de cada Unidade Orgânica.

A propósito da **atividade de articulação com as várias UO** refira-se que, além de todas as reuniões agendadas, que ascenderam a mais de 50, perfazendo cerca de 100 horas de reuniões

em videochamada, foram realizados vários telefonemas de acompanhamento de situações e trocados mais de 300 *e-mails*.

No intuito de promover a sensibilização sobre a temática da Proteção de Dados foi dado apoio à conceção de **ações de formação** dirigidas aos/às colaboradores/as do ACM, I.P., bem como participou-se, a convite do Programa Escolhas, no Seminário Inicial E8G, dirigida aos Coordenadores daqueles projetos, com uma **sessão de sensibilização** sobre o RGPD.

Paralelamente, em matéria de proteção de dados pessoais, a atividade do GAIPD procurou ainda dar resposta às variadas solicitações das UO, quer por telefone, videochamada ou correio eletrónico. Neste sentido foram produzidos 48 **pareceres/informações** e dado apoio na realização de uma **avaliação de impacto sobre a proteção de dados** (AIPD).

No que concerne à área da **Ética, Gestão de Risco e Prevenção da Corrupção**, durante o ano de 2021, no sentido de assegurar o controlo e o desenvolvimento dos mecanismos de ética e prevenção da corrupção da Administração Pública, o GAIPD procurou organizar e sistematizar o processo de preenchimento e entrega das Declarações de Conflito de Interesses e a assinatura da adesão ao Código de Ética e Conduta por todos/as os/as colaboradores/as do ACM, I.P.

Neste sentido, o **Código de Ética e Conduta do ACM, I.P., foi revisto e atualizado** e durante os meses de abril e maio foi promovido o contacto com todos/as os/as colaboradores/as do ACM, I.P., os quais preencheram e entregaram as declarações de conflito de interesses assinaram a adesão ao Código de Conduta e Ética do ACM, I.P. Passou-se a instituir o **procedimento de assinatura destes documentos de forma regular**, aquando da entrada de um novo colaborador. Tal implica um controlo mensal e regular de envio e receção de documentação, análise de eventuais conflitos de interesses e envio de decisões com as respetivas medidas de prevenção da violação dos princípios que possam estar afetados.

Igualmente foi constatada a necessidade de revisão do **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ACM, I.P.**, que se encontrava suspenso desde 2018. Neste âmbito, foram desencadeadas as ações necessárias para dar cumprimento à revisão do Plano e à elaboração do respetivo Relatório de Execução. Para o efeito procedeu-se à contratação de serviços de consultoria (21 horas) para a realização destes trabalhos os quais culminaram com a elaboração das matrizes de Relatório de Execução e Plano de Gestão de Riscos adaptadas a cada UO, de forma uniforme, de acordo com organograma de 2018 e 2021, e com cálculo de nível de risco (uma vez que em algumas esta possibilidade não estava disponibilizada), com a elaboração do Relatório de Execução de 2021 e a do Plano de Gestão de Riscos para 2022. Esta ação terminou ainda com a entrega de um Relatório Complementar de Consultoria o qual apresentou ações de melhoria para o acompanhamento posterior do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ACM, I.P.

No que se relaciona com a área da **Auditoria Interna**, o GAIPD encontra-se, ainda, em fase de formação e aquisição de competências. Não obstante, durante o ano de 2021 este gabinete acompanhou o inquérito relativo à auditoria de conformidade ao sistema de controlo interno da administração financeira do Estado, levado a cabo pela Inspeção-Geral de Finanças; acompanhou a realização de uma Visita de Controlo no Local efetuada pelo POISE ao CNAIM Norte no âmbito da candidatura efetuada para financiamento deste CNAIM.

Ainda dentro desta temática e relacionada com a proteção de dados, o GAIPD levou a cabo uma auditoria interna relativa ao cumprimento da RCM n.º 41/2018, de 28 de março que estabelece as “Orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes/sistemas de informação relativos a dados pessoais”.

Para fazer face à capacitação técnica dos/as colaboradores/as do GAIPD, em 2021 foram realizadas cerca de **218 horas de formação** nas suas áreas de atuação.

Em síntese, durante o ano de 2021, o enfoque da atividade do GAIPD foi, por um lado, a redefinição da organização interna inerente ao próprio funcionamento e, por outro, colocar em prática os instrumentos necessários para alcançar e manter a conformidade do ACM, I.P., no quadro regulamentar europeu e nacional aplicável, tornando a organização mais robusta e preparada para enfrentar os exigentes desafios vindouros.

VIII.

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Conforme previsto no n.º 2 do Art.º 7 da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, que estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à sua distribuição em território nacional, através dos órgãos de comunicação social locais e regionais, cumpre informar que o ACM, I.P., não realizou qualquer iniciativa de publicidade institucional nos termos definidos na regulamentação aplicável.

Já por forma a cumprir com as obrigações de publicitação do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), a que o Instituto está sujeito enquanto Autoridade Delegada, o ACM, I.P., realizou a publicitação/inserção de cinco anúncios, dos Avisos do FAMI números 94, 95, 96, 97 e 98, no jornal “Público”.

Em 2021, o ACM, I.P., de forma autónoma ou em conjunto com outras entidades, promoveu e/ou colaborou na disseminação de campanhas de âmbito nacional, como aquelas identificadas no capítulo correspondente ao Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação.

IX.

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

No que respeita às medidas de modernização administrativa, em 2021 o ACM, I.P., destaca, entre outras medidas, o projeto “Migrações 2022”.

Projeto Migrações 2022 (SAMA 2020)

Com o objetivo de incrementar e melhorar os serviços prestados ao seu público-alvo, o ACM, I.P., apresentou a candidatura ao Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (SAMA 2020), apresentando o projeto “Migrações 2022”.

Com a decisão favorável, a execução do projeto iniciou-se em 2021 com prazo de término previsto para o 2.º trimestre de 2022.

Este projeto conta com um investimento global de 607.794,06€, sendo o financiamento comunitário de 56.95% (346.138,72€) e a participação nacional de 43.05% (261.655,34€). Do investimento global, 516.000,00€ corresponde ao valor afeto às atividades e 91.794,00€ corresponde ao valor afeto aos recursos humanos.

O projeto “Migrações 2022” engloba sete atividades conforme descritas a seguir:

- **Atividade 1 – Serviço de consultoria de desenho de processo (custo: 64.600,00€)**

Objetivo: Análise detalhada do estado da arte, levantamento das necessidades, e desenho de novas soluções para garantir a implementação de todas as atividades do projeto.

Estado: Em fase final de execução.

- **Atividade 2 – Novo Website e APP (custo previsto: 75.000,00€)**

Objetivo: Reestruturar a presença online do ACM, I.P., com a unificação dos quatro websites (Institucional, Observatório das Migrações, Observatório das Comunidades Ciganas e Programa Escolhas) e atualização da APP em linha com a nova arquitetura de informação.

Estado: Em execução na fase de análise preliminar à contratação.

- **Atividade 3 – Gestão remota de projetos (custo previsto: 60.000,00€)**

Objetivo: Aumentar a capacidade de gestão de projetos com a gestão remota do mesmo, disponibilizando ferramenta(s) apropriada(s).

Estado: Em execução na fase de análise preliminar à contratação.

- **Atividade 4 – Serviços de desenvolvimento de formação e atendimento remotos – CNAIM Virtual (custo: 74.000,00€)**

Objetivo: Implementação de um sistema único de gestão de atendimentos nos CNAIM e CLAIM e integração da componente de gestão da formação.

Estado: Em execução, estando o sistema de gestão de atendimentos na fase final de testes.

- **Atividade 5 – Implementação do sistema de gestão documental (custo previsto: 175.000,00€)**

Objetivo: Informatização da gestão dos processos administrativos.

Estado: Por iniciar. Esta atividade não requer implementação de raiz, pelo que fica disponível

logo a seguir à contratação.

• **Atividade 6 – Aquisição de equipamentos (custo previsto 21.000,00€)**

Objetivo: Capacitar os postos de trabalho com equipamentos necessários para assegurar atendimentos por videoconferência.

Estado: Por iniciar.

• **Atividade 7 – Plano de comunicação (custo previsto 45.000,00€)**

Objetivo: Comunicar aos utentes, parceiros e em geral os utilizadores finais, a disponibilização de novas soluções/ferramentas.

Estado: Em execução na fase de análise preliminar à contratação.

A execução deste projeto irá trazer inúmeros benefícios para a Instituição, desde logo a substituição de sistemas obsoletos, reforçando assim, a segurança da informação e conformidade com RGPD, melhoria na gestão de projetos e formações, melhoria na relação com os parceiros e agilização dos processos.

Aquisição de Equipamentos Informáticos

Com o objetivo de atualizar o parque informático substituindo os equipamentos, principalmente, os computadores mais antigos, foram adquiridos os seguintes equipamentos: Computador de secretária avançado (220); Portátil avançado (30) e portáteis leves (2); Monitores (35); Teclado (140); Rato (110) e Disco (SSD) Externo 1TB usb3.0 (3).

Centro de Contacto Inclusivo

O processo de atualização do *Contact Center*, integrando o sistema de atendimento por videochamada no Serviço de Tradução Telefónica (STT), trata-se de uma medida SIMPLEX que se encontra na fase final de configuração. Na atividade 4 do SAMA este formato de atendimento será ainda fortalecido com a integração da componente de videochamada no CNAIM Virtual.

X.

MENÇÃO DE AUTOAVALIAÇÃO
PROPOSTA

Ao desempenho do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., em matéria de QUAR, nos últimos anos, poderá atribuir-se a definição de ambicioso, robusto e meritório.

Efetuada uma análise qualitativa e quantitativa da execução do Plano de Atividades e QUAR no ano em referência, entende-se que 2021 foi um ano de operacionalização de excelência, com as estruturas a assumir as exigências impostas, face às novas competências decorrentes da missão do organismo e em consequência da situação de pandemia, com o máximo compromisso, profissionalismo e voluntarismo.

Esta postura organizacional culminou numa execução ao nível do Quadro de Avaliação e Responsabilização fixada nos 108,6%, com dois parâmetros, dois objetivos operacionais e quatro indicadores superados.

Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art. 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e a análise aos resultados inscritos no presente Relatório de Atividades e QUAR, é proposta a Menção de – Bom – pelo desempenho demonstrado durante o ano de 2021.

XI.

CONCLUSÃO E PLANO DE MELHORIA

Ao longo de 2022, o ACM, I.P., dará continuidade às iniciativas previstas, nomeadamente de promoção da integração e inclusão de pessoas migrantes e descendentes, incluindo também requerentes e beneficiárias de proteção internacional e de proteção temporária na sequência da guerra na Ucrânia, bem como das pessoas portuguesas ciganas. Nesse sentido, a consolidação dos serviços em funcionamento no CNAIM Beja será um aspeto importante a considerar no processo de alargamento e melhoria das respostas prestadas pelo ACM, I.P., a nível nacional, nas várias áreas que abrange.

Terá especial destaque, durante este ano, a implementação de atividades no âmbito do PNCRD bem como o acompanhamento da sua execução através da CICDR.

Ainda no decurso deste ano, prestar-se-á também especial atenção aos processos de modernização administrativa iniciados e que entrarão plenamente em vigor, designadamente no âmbito da digitalização dos serviços de atendimento e formação. Espera-se que este processo de modernização tenha um impacto positivo nos Departamentos e Núcleos especializados, bem como nos serviços transversais e de apoio a este Instituto.

Ainda a sublinhar, o contínuo e transversal investimento feito para o incremento da eficácia, eficiência e qualidade das respostas e serviços prestados e que respondem aos objetivos estratégicos e operacionais que conduzem, diariamente, a atuação do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

XII.

ANEXOS

1. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2021
2. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO 2021
3. BALANÇO SOCIAL 2021

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2021

Presidência do Conselho de Ministros
Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2021	TAXA REALIZAÇÃO
ASSEGURAR SERVIÇOS ACESSÍVEIS, HUMANOS, INTEGRADOS, ALIADOS DOS/AS MIGRANTES E CAPAZES DE GERIR A DIVERSIDADE		
PROMOVER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NA ÁREA DAS MIGRAÇÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS CIGANAS		
CONSOLIDAR BOAS PRÁTICAS NO CONTROLO DE GESTÃO NAS ÁREAS DOS RECURSOS HUMANOS, DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS		

Objectivos Operacionais

Eficácia Peso: 25.0

Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/oss/os suas/seus destinatárias/os Peso: 30.0

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,IP;		1485.00	5700.00	1425.00	8550.00	100	6728.0	100.0	Atingiu

Promover a Diversidade Cultural Peso: 70.0

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e		12730.00	35500.00	8875.00	53250.00	40	33583.0	100.0	Atingiu
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das	100.00	100.00	100.00	12.50	125.00	60	91.0	100.0	Atingiu

Eficiência Peso: 10.0

Garantir a boa gestão e execução dos recursos Peso: 100.0

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos)			35.00	3.00	26.00	25	35.0	100.0	Atingiu
Prazo médio de pagamento a projetos (em dias corridos)			10.00	1.00	7.00	25	8.0	116.7	Superou
Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail (em dias corridos)		15.00	5.00	1.00	2.00	50	1.0	133.3	Superou

Qualidade Peso: 65.0

Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público alvo. Peso: 20.0

INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	8.00	7.00	7.00	1.00	5.00	50	1.0	175.0	Superou

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT (em minutos)M/STT		5.00	5.00	1.00	3.00	50	3.1	123.5	Superou
Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/ass/as trabalhadores/as									Peso: 40.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com a conciliação da vida		10.00	12.00	1.00	16.00	50	12.0	100.0	Atingiu
Atualização do Regulamento Interno de Horário de Trabalho do Alto Comissariado para as Migrações – Promover políticas de segurança e saúde no trabalho			3.00	1.00	5.00	50	3.0	100.0	Atingiu
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho									Peso: 40.0
INDICADORES	2019	2020	META 2021	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de ações de sensibilização de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho			4.00	1.00	6.00	100	4.0	100.0	Atingiu

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Técnico Superior *	12.0	1512.0	1572.0	60.0
Assistente Técnico *	8.0	184.0	128.0	56.0
Assistente Operacional *	5.0	25.0	15.0	10.0
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0	60.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0	288.0	.0
Especialista de Informática	12.0	24.0	12.0	12.0
Técnico de Informática	8.0	8.0	8.0	.0
		2101.0	2083.0	

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2020	31/12/2021
144	173

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	18242089	21060927	2818838
Despesas c/Pessoal	4689238	4363792	325446
Aquisições de Bens e Serviços	2101559	1995108	106451
Outras Despesas Correntes	10259764	14663391	4403627
Despesas Restantes	1191528	38636	1152892
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	18242089	21060927	

NOTA EXPLICATIVA

Em matéria de recursos humanos, em termos numéricos, mantém-se um mapa de pessoal para o ano de 2021 inalterado em relação ao ano anterior, composto por 178 funcionários, nomeadamente: dois dirigentes superiores, um fiscal único, três dirigentes intermédios de 1º grau, quatro equiparados a dirigentes intermédios de 1º grau, dez dirigentes intermédios de 2º grau, um equiparado a dirigente intermédio de 2º grau, cento e vinte e seis técnicos superiores, dois especialistas de informática, um técnico de informática, vinte e três assistentes técnicos, e três assistentes operacionais

Quanto aos desvios apresentados, importa sublinhar a carreira de Técnico Superior onde se verifica um excedente de recursos face ao previsto, resultante da criação de novos serviços e respostas que obrigaram ao recrutamento de um adicional de técnicos especializados.

// _____

Na esfera financeira, para o ano de 2021 a dotação inicial do orçamento do ACM,IP, constante da proposta de Orçamento de Estado, é de 18.242.089€. A ação do ACM,IP, é financiada por esforço financeiro nacional (31%), Financiamento da UE (53%), e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (16%). No que respeita a classificação económica de despesa destaca-se o agrupamento 04 - Transferências Correntes, que representa 56% do total, e inclui, 8.779.807€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (18%) despesas com o pessoal (26%).

Os desvios verificados decorrem dos descativos solicitados e aprovados no orçamento do ACM, I.P., no montante de 81.460€ e do reforço do orçamento via dotação centralizada, que permitiu efetuar os pagamentos referentes à contrapartida pública nacional dos projetos co-financiados pelo Objetivo Específico 2 do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, no montante de 1.694.771,83€, nos termos do nº 6 do artigo 8º da LOE de 2021. Foi igualmente autorizado um reforço no montante de 180.205€ para a execução do projeto Migrações 2022 aprovado pelo SAMA 2020, nos termos do n.º 4 e n.º 5 do artigo 8.º da LOE de 2021.

Para além destes reforços, foi ainda autorizado um crédito especial pelo montante de 2.230.830€, que permitiu o pagamento dos encargos com a operacionalização da operação humanitária respeitante a cidadãos afegãos em situação de risco pertencentes a comunidades e grupos vulneráveis, no âmbito da aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2021, de 10 de dezembro.

No que diz respeito às "despesas restantes" verifica-se um desvio significativo, uma vez que estava prevista a contratualização de equipamento informático e mobiliário, no âmbito dos procedimentos centralizados através da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, que só foram concluídos no final do ano, pelo que o encargo transitou para o ano de 2022.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Avaliação Final		
Eficácia	25.0	Atingiu
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/oss/os suas/seus destinatárias/os	30.0	Atingiu
Promover a Diversidade Cultural	70.0	Atingiu
Eficiência	12.0	Superou
Garantir a boa gestão e execução dos recursos	120.9	Superou
Qualidade	70.9	Superou
Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público alvo.	29.9	Superou
Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/ass/as trabalhadores/as	40.0	Atingiu
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho	40.0	Atingiu

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
108.6	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,IP;	Definido por convenção em 125% da meta
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	Definido por convenção em 125% da meta
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na area das migrações e das comunidades portuguesas ciganas	Melhor Resultado a Alcançar
Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos)	Definido por convenção em 75% da meta
Prazo médio de pagamento a projetos (em dias corridos)	Definido por convenção em 75% da meta
Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail (em dias corridos)	Definido por convenção em 75% da meta
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	Definido por convenção em 75% da meta
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT (em minutos)M/STT	Definido por convenção em 75% da meta
Porcentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar	Definido por convenção em 125% da meta
Atualização do Regulamento Interno de Horário de Trabalho do Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P., publicado no Diário da República nº 211, 2ª Série de 3 de	Definido por convenção em 125% da meta
Número de acções de sensibilização de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	Definido por convenção em 125% da meta

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Indicadores	Fonte de Verificação
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,IP;	Documentos de Registo
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual/sensibilização ministradas (a terceiros) nas	Documentos de Registo e Monitorização
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades portuguesas ciganas	Ficheiros de Monitorização do PEM e da ENICC
Prazo médio de pagamento a fornecedores (em dias corridos)	GERFIP
Prazo médio de pagamento a projetos (em dias corridos)	GERFIP
Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail (em dias corridos)	Documentos de Registo
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	Livro de Reclamações e e-mail
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT (em minutos)M/STT	SIGA
Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar	Documentos de Registo/Plataforma Assiduidade
Atualização do Regulamento Interno de Horário de Trabalho do Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P., publicado no Diário da República nº 211, 2ª Série de 3 de novembro de 2016 em consonância com as directrizes governativas em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar	Regulamento do Horário de Trabalho
Número de acções de sensibilização de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	Relatório Gestão da Formação

PLANO DE FORMAÇÃO 2021

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório de Execução – Plano de Formação 2021

EDIÇÃO

NGARH - Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos
Humanos

Março 2022

ÍNDICE

ÍNDICE.....	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS E IMAGENS	4
NOTA INTRODUTÓRIA	5
FORMAÇÃO ACM,I.P. – PROCESSO FORMATIVO	6
FORMAÇÃO ACM,I.P. – PLANEAMENTO 2021	7
FORMAÇÃO ACM,I.P. – BALANÇO 2021	9
AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO	19
FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS.....	21
ENCARGOS COM A FORMAÇÃO.....	22
CONCLUSÕES	24

ÍNDICE DE GRÁFICOS E IMAGENS

TABELA 1 - PLANO DE FORMAÇÃO 2021	8
TABELA 2 - EXECUÇÃO POR ÁREA FORMATIVA	10
TABELA 3 - EXECUÇÃO POR AÇÃO DE FORMAÇÃO	11
TABELA 4 - EXECUÇÃO DA FORMAÇÃO (PLANEADA E NÃO PLANEADA)	11
TABELA 5 - FORMAÇÃO EXECUTADA E NÃO PLANEADA (EXEMPLIFICATIVO).....	13
TABELA 6 - AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO.....	20
GRÁFICO 1 - PERCENTAGEM DE EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO 2021	9
GRÁFICO 2 - PERCENTAGEM DE FREQUÊNCIAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO, POR ÁREA FORMATIVA	14
GRÁFICO 3 - PERCENTAGEM DE FREQUÊNCIAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO, POR SEXO	14
GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO FREQUENTADA, POR TIPOLOGIA	15
GRÁFICO 5 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO FREQUENTADA, POR METODOLOGIA	15
GRÁFICO 6 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO FREQUENTADA, POR REGIME	16
GRÁFICO 7 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÕES FREQUENTADAS, POR CERTIFICAÇÃO.....	16
GRÁFICO 8 - FREQUÊNCIA POR CARREIRA/CATEGORIA.....	17
GRÁFICO 9 - FREQUÊNCIA POR ÁREA GEOGRÁFICA	17
GRÁFICO 10 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO MINISTRADA EXTERNAMENTE, POR UO'S/NÚCLEOS/EQUIPAS*	22
QUADRO 1 – ENCARGOS FINANCEIROS	23

NOTA INTRODUTÓRIA

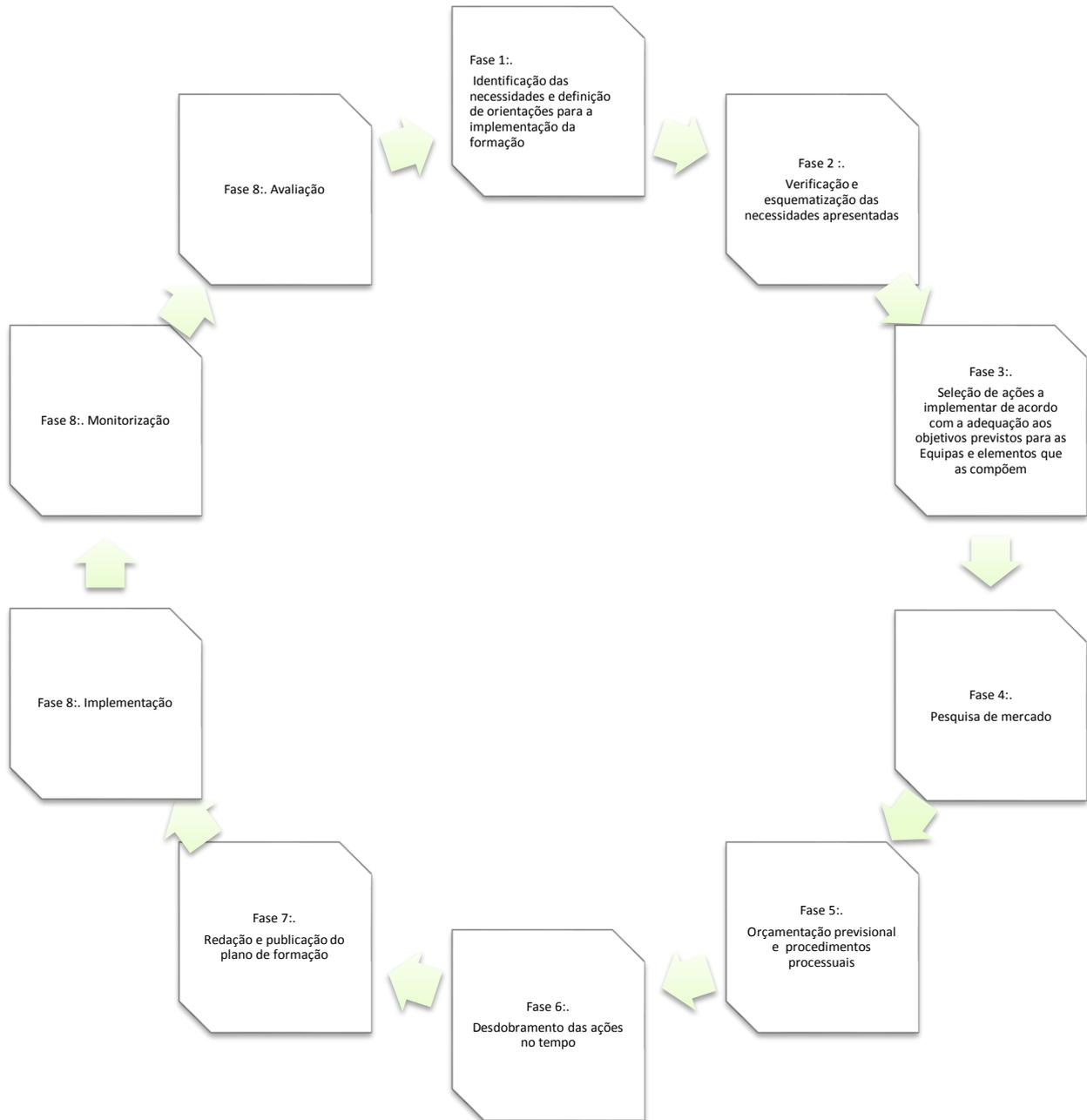
A aquisição de competências e o aprofundamento de conhecimentos ajustados a um ambiente em permanente transformação são decisivos para a prossecução, com rigor e qualidade, dos compromissos a que as instituições e organismos se veiculam, sendo também uma peça essencial nos processos de modernização, inovação e melhoria da qualidade na prestação do serviço público e, conseqüentemente, no prestígio e imagem institucional.

Conhecedores deste facto, no ACM,IP temos privilegiado o investimento na formação dos/as trabalhadores/as, procurando dar resposta às novas e recorrentes temáticas, necessidades e desafios que se colocam, capacitando e estimulando a adequação dos/as trabalhadores/as e das equipas de trabalho.

Deste modo, dotar os recursos humanos dos conhecimentos e competências necessárias, habilitando-os para novos métodos de trabalho, mais complexos e de elevada tecnicidade bem como para novas abordagens, garantindo a inovação e a promoção da aplicação de boas práticas, afigura-se, pois, de crucial importância para a subsistência do organismo e manutenção de resultados de excelência.

Por fim, importa realçar que o presente relatório é um instrumento de gestão que visa sintetizar o processo de formação realizado no ano de 2021 no ACM,I.P., tendo sido elaborado de acordo com as regras e princípios que regem a formação profissional na Administração Pública.

FORMAÇÃO ACM,I.P. – PROCESSO FORMATIVO



FORMAÇÃO ACM,I.P. – PLANEAMENTO 2021

Considerando as significativas alterações que o ACM,IP tem sofrido em matéria de recursos humanos e a experiência vivenciada no ano de 2020, o planeamento da formação implicou uma adaptação da estratégia formativa através de um forte investimento na formação inicial de novos/as trabalhadores/as, na utilização de ferramentas digitais e informatizadas de formação e auto-formação, bem como numa estratégia continua de valorização profissional dos/as trabalhadores/as.

Comparativamente com o ano de 2020, em que se encontravam previstas 12 ações de formação e que abrangiam um universo de 409 formandos, verifica-se para o ano de 2021 um grande reforço na concretização de um adicional de ações de formação, com a previsão de 32 ações para um universo de 503 formandos.

Área Formativa	Designação do curso	Custos	N.º de Formandos Planeado	Nº Horas
Assuntos Jurídicos	Regime Jurídico do Trabalho em Funções Públicas	9.000,00 €	80	28:00:00
Assuntos Jurídicos	CPA	3.600,00 €	20	14:00:00
Assuntos Jurídicos	Procedimentos Concurais	360,00 €	2	14:00:00
Assuntos Jurídicos	Lei de Estrangeiros	250,00 €	20	7:00:00
Assuntos Jurídicos	Lei da Nacionalidade	250,00 €	20	5:00:00
Assuntos Jurídicos	Regime Geral das Contraordenações e Tramitação de Processos de Contraordenação	450,00 €	3	14:00:00
Assuntos Jurídicos	Novo Regime do Arrendamento Urbano para a Habitação	600,00 €	6	14:00:00
Assuntos Jurídicos	Contratação Pública	1.960,00 €	7	28:00:00
Línguas Estrangeiras	Inglês	4.000,00 €	10	30:00:00
Línguas Estrangeiras	Francês	2.500,00 €	5	21:00:00
Comunicação Organizacional	Discriminação Racial – Do contexto sociológico à proteção jurídica	700,00 €	80	7:00:00
Gestão de Pessoas	SIADAP 2	3.000,00 €	21	21:00:00
Gestão de Pessoas	SIADAP 3	7.000,00 €	60	21:00:00
Comunicação Organizacional	Técnicas de Atendimento Telefónico	250,00 €	10	7:00:00

Comunicação Organizacional	Gestão de Tempo	500,00 €	5	14:00:00
Comunicação Organizacional	Gestão de Stress	500,00 €	5	7:00:00
Liderança e Desenvolvimento Pessoal	Gestão e Trabalho em Equipa	2.500,00 €	10	21:00:00
Administração e Políticas Públicas	FORGEP	7.500,00 €	5	500:00:00
Administração e Políticas Públicas	CADAP - Curso de Alta Direção em Administração Pública	6.000,00 €	2	20:00:00
Administração e Políticas Públicas	Fundos Comunitários – Análise de candidaturas, gestão e avaliação de projetos	3.759,00 €	15	21:00:00
Comunicação Organizacional	Fundamentos de UX/UI DESIGN	500,00 €	1	36:00:00
Comunicação Organizacional	Marketing de Conteúdos	250,00 €	2	40:00:00
Comunicação Organizacional	Programa de Capacitação em Comunicação e Marketing	600,00 €	6	28:00:00
Administração e Políticas Públicas	Políticas na Ótica de Género	1.400,00 €	10	14:00:00
Administração e Políticas Públicas	Orçamentos Sensíveis ao Género	700,00 €	5	14:00:00
Administração e Políticas Públicas	Linguagem e Escrita Inclusiva	1.000,00 €	10	14:00:00
Administração e Políticas Públicas	Enviesamento Inconsciente	1.000,00 €	10	14:00:00
Administração e Políticas Públicas	Igualdade de Género e Não Discriminação	1.400,00 €	10	14:00:00
Tecnologias da Informação	Administração de Sistemas e Redes Informáticas	3.500,00 €	2	50:00:00
Tecnologias da Informação	Redes Informáticas	400,00 €	1	14:00:00
Tecnologias da Informação	Excel	500,00 €	40	7:00:00
Tecnologias da Informação	Ferramentas Office	2.000,00 €	20	30:00:00
Total	32		503	

Tabela 1 - Plano de Formação 2021

O planeamento refletiu algumas áreas chaves de investimento em matéria de formação inicial e continua, designadamente:

- Assuntos Jurídicos
- Línguas
- Comunicação Organizacional e Pessoal
- TIC
- Administração e Políticas Públicas

Atendendo ao compromisso assumido pelo ACM,IP em matéria de Igualdade de Género, com a elaboração de um Plano para a Igualdade 2021, foram igualmente refletidas no Plano de Formação ações em matéria de igualdade de género, a implementar ao longo do ano.

FORMAÇÃO ACM,I.P. – BALANÇO 2021

Percentagem de execução do Plano de Formação

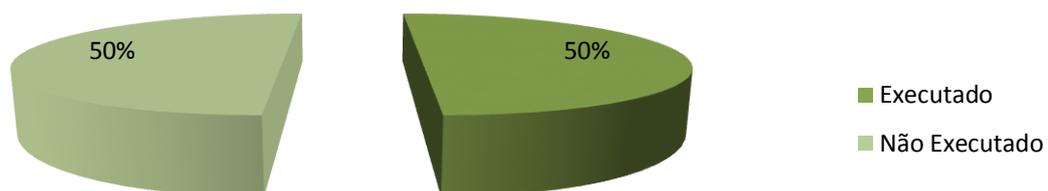


Gráfico 1 - Percentagem de Execução do Plano de Formação 2021

Terminado o período de implementação do plano de formação profissional do ACM,I.P., e apurada a sua execução, constata-se que a concretização do planeamento ficou em cerca de 50% do previsto, na medida em que se afere um nível de concretização em que, num universo de 32 ações planeadas, realizaram-se 16 ações.

Área Formativa	Executado	Não Executado	Total Geral
Administração e Políticas Públicas	5	3	8
Assuntos Jurídicos	5	3	8
Comunicação Organizacional	2	5	7
Gestão de Pessoas	1	1	2
Liderança e Desenvolvimento Pessoal	1	0	1
Línguas Estrangeiras	1	1	2
Tecnologias da Informação	1	3	4
Total Geral	16	16	32

Tabela 2 - Execução por área formativa

Ao nível das áreas formativas com abordagem prevista, identificam-se duas com uma maior execução (3 em 5 ações), nomeadamente, a “Administração e Políticas Públicas” e os “Assuntos Jurídicos”. Por sua vez, a área da “Liderança e Desenvolvimento Pessoal foi completamente executada, conforme se poderá observar na tabela 2.

Em suma, o ACM, I.P., conseguiu garantir a realização de ações de formação em todas as áreas temáticas previstas.

Designação/Abordagem da Ação	Executado	Não Executado
Administração de Sistemas e Redes Informáticas		X
CADAP - Curso de Alta Direção em Administração Pública	X	
Contratação Pública	X	
CPA	X	
Discriminação Racial – Do contexto sociológico à proteção jurídica		X
Enviesamento Inconsciente		X
Excel	X	
Ferramentas Office		X
FORGEP	X	
Francês		X
Fundamentos de UX/UI DESIGN		X
Fundos Comunitários – Análise de candidaturas, gestão e avaliação de projetos	X	
Gestão de Stress	X	
Gestão de Tempo		X
Gestão e Trabalho em Equipa	X	
Igualdade de Género e Não Discriminação	X	
Inglês	X	
Lei da Nacionalidade	X	
Lei de Estrangeiros	X	
Linguagem e Escrita Inclusiva		X
Marketing de Conteúdos		X
Novo Regime do Arrendamento Urbano para a Habitação	X	

Orçamentos Sensíveis ao Género		X
Políticas na Ótica de Género	X	
Procedimentos Concurrais		X
Programa de Capacitação em Comunicação e Marketing		X
Redes Informáticas		X
Regime Geral das Contraordenações e Tramitação de Processos de Contraordenação		X
Regime Jurídico do Trabalho em Funções Públicas		X
SIADAP 2		X
SIADAP 3	X	
Técnicas de Atendimento Telefónico	X	
Total Geral		16

Tabela 3 - Execução por ação de formação

Relativamente às ações de formação realizadas, afere-se a concretização, por via da frequência em uma ou mais ações, de 16, das 32 temáticas formativas previstas.

De forma relativa, dir-se-á que foram então concretizadas 16 ações, porém, de forma absoluta, cada área formativa foi concretizada por via da frequência, em grande parte dos casos, em mais de uma ação de formação sobre a matéria, por recursos humanos distintos.

No que trata às áreas não executadas, retira-se tal conclusão uma vez que, nenhum recurso humano frequentou ações de formação sobre a matéria, no decorrer do ano em referência.

Formação executada	N.º ações	N.º formandos/as	Volume de Horas	% de ações	% de horas
Formação planeada	52	286	3718:00 h	13%	40%
Formação não planeada	360	1.207	5610:30 h	87%	60%
Total	412	1.493	9328:30 h		

Tabela 4 - Execução da Formação (planeada e não planeada)

Em análise à tabela 4, na esfera das ações de formação não planeadas, englobando neste grupo formações internas e externas., o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., volta a exceder as expectativas, quer em número como em pluralidade e atualidade de temáticas abordadas.

Neste âmbito concretizaram-se 360 ações, no total de 1207 formandos e um volume de 5.610:30 horas.

Por sua vez, no total de ações planeadas e não planeadas, concretizam-se 412 ações, que abrangem 1493 formandos/as, atingindo um volume de 9328:30 horas de formação.

Das ações não planeadas, elencam-se, a título exemplificativo, as seguintes:

Área Formativa	Designação da Ação
Contabilidade e Finanças	Autoridade Tributária: Implicações da Residência fiscal em PT
Assuntos Jurídicos	Apatridia no Mundo e em Portugal
Administração e Políticas Públicas	A proteção das crianças: prevenção e deteção à distância de situações de risco ou perigo
Formação e Pedagogia	Ação de Sensibilização sobre Segurança e Saúde no Trabalho
Administração e Políticas Públicas	Acesso de cidadãos estrangeiros ao Serviço Nacional de Saúde
Ciências Sociais	As comunidades ciganas: Abordagens à intervenção
Contabilidade e Finanças	Cálculo e Processamento Salarial
Ciências Sociais	Ciclo de Conferências - Comunidades Ciganas / Sucesso Educativo: recuperar para avançar
Ciências Sociais	Diálogos OM: Acolhimento e Integração de Refugiados em Portugal
Ciências Sociais	Diálogos OM: Comunicar Imigração: Desafios e Estratégias
Assuntos Jurídicos	Direito de Residência das pessoas nacionais do Reino Unido ao abrigo do Acordo de Saída
Ciências Sociais	Direitos Humanos & Mutilação Genital Feminina: Compreender para prevenir e atuar
Liderança/ Comportamento Comunicação Pessoal	Webinar - Dirigentes da Administração Pública como agentes de mudança
Formação e Pedagogia	Formação Inicial de Acolhimento para Novos Trabalhadores do ACM.I.P.
Administração e Políticas Públicas	Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração – Árvore VIII
Administração e Políticas Públicas	Processos de Qualificação e Emprego
Formação e Pedagogia	Recenseamento Eleitoral
Assuntos Jurídicos	Regime Jurídico da União de Facto
Administração e Políticas Públicas	Webinar - Lançamento de Projeto Promoção de uma boa gestão da migração laboral em Portugal
Formação e Pedagogia	Saúde Mental
Assuntos Europeus e Cooperação	Seminário Internacional - Imigrantes, Refugiados e Gestão Migratória na EU: Atores e Desafios
Assuntos Europeus e Cooperação	Seminário Internacional - Educação de Adultos e Comunidades Ciganas: políticas e processos
Ciências Sociais	Tráfico de Seres Humanos
Administração e Políticas Públicas	Webinar - Combate à Pobreza- A resposta da Administração Pública Local à Covid 19
Administração e Políticas Públicas	Webinar - Como inovar na Oferta de Serviços Públicos? 3.º Ciclo de Webinars para a Administração Pública
Comunicação Organizacional	Webinar - Como promover o atendimento de qualidade?
Administração e Políticas Públicas	Webinar - Como desenhar serviços públicos digitais? 3.º ciclo de Webinars para a Administração Pública
Administração e Políticas Públicas	Webinar - Como promover a Simplificação Administrativa? 3.º Ciclo de Webinars para a Administração Pública
Ciências Sociais	Webinar - Diálogo com os cidadãos: Contra o discurso do ódio

Ciências Sociais	Webinar - Gestão e Avaliação de Impacto Social: Desafios, Instrumentos e Boas Práticas
Administração e Políticas Públicas	Webinar - Melhorar a Relação com o Utente - A resposta da Administração Central à COVID-19
Assuntos Jurídicos	Webinar - Proteção de Dados em contexto COVID
Formação e Pedagogia	Webinar - Teletrabalho, a Nova Normalidade
Ciências Sociais	Webinar - Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica
Administração e Políticas Públicas	Webinar - Ética e Integridade Pública
Assuntos Jurídicos	Workshop - Direitos dos Migrantes e Refugiados
Formação e Pedagogia	Workshop - Elaboração do Plano de Acompanhamento às Associações
Auditoria, Fiscalização e Controle	Gestão da Qualidade e Auditorias Internas
Auditoria, Fiscalização e Controle	Auditoria Interna ao Sistema de Gestão da Qualidade em Serviços Públicos – Aplicação Prática
Auditoria, Fiscalização e Controle	Auditorias ao Modelo de Implementação de RGPD nas Entidades Públicas
Ciências Sociais	Tráfico de Seres Humanos - CIG
Ciências Sociais	História e Cultura Cigana
Ciências Sociais	Fórum Nacional para a Diversidade e Inclusão
Ciências Sociais	Prevenção e Combate à Violência no Namoro
Formação e Pedagogia	Pandemia Consequências na Saúde Mental
Ciências Sociais	Mulheres Migrantes e a Interseccionalidade
Administração e Políticas Públicas	Public Compliance: Ética e Integridade na Gestão Pública
Assuntos Jurídicos	O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos
Ciências Sociais	Mulheres Refugiadas em Portugal
Ciências Sociais	Migrantes, Refugiados e Requerentes de Asilo: desafios no acesso ao emprego

Tabela 5 - Formação Executada e Não Planeada (exemplificativo)

No âmbito das áreas formativas a destacar, mereceram maior atenção do ponto de vista das frequências, áreas como a Formação e Pedagogia (nomeadamente a formação inicial a novos trabalhadores), Ciências Sociais (nomeadamente a formação sobre Tráfico de Seres Humanos, Violência Doméstica e Comunidades Ciganas) e Assuntos Jurídicos (refletidas, nomeadamente, nas ações sobre Direitos dos Migrantes e Refugiados).

Frequências em ações de formação por área formativa

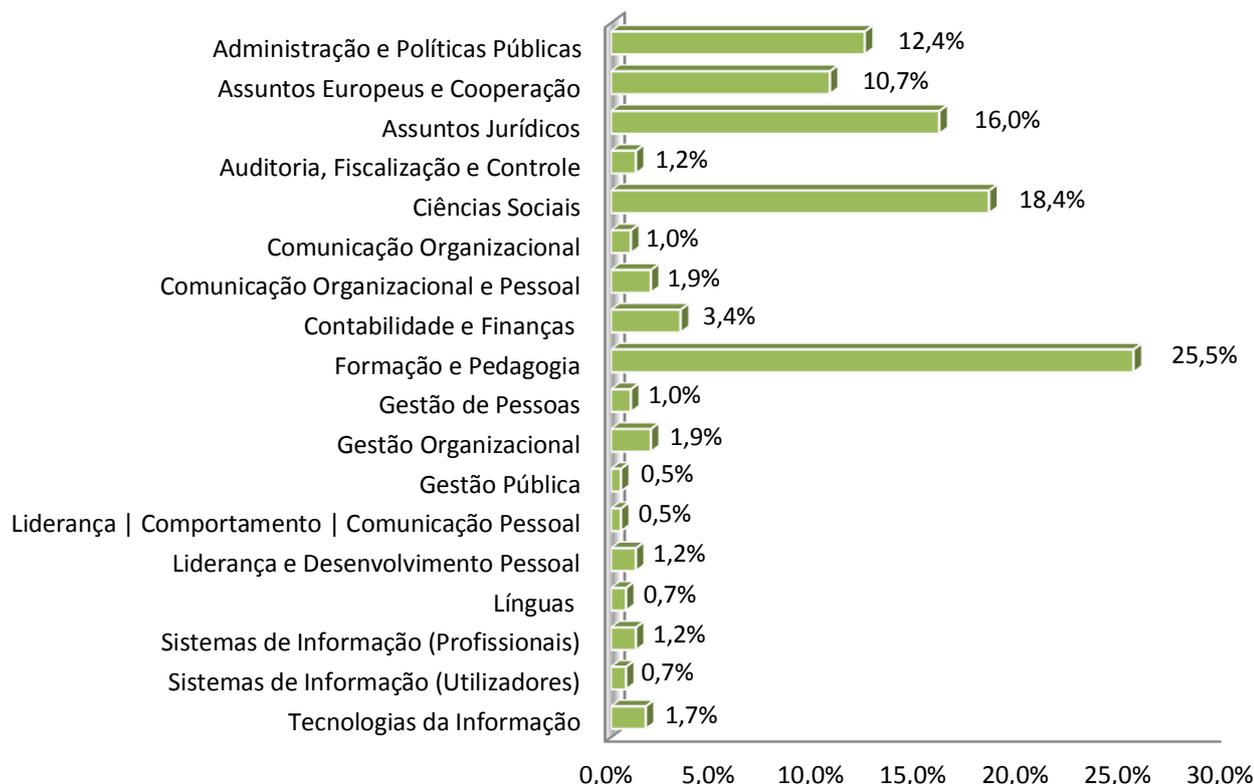


Gráfico 2 - Percentagem de frequências em ações de formação, por área formativa

Em termos relativos obteve-se, num universo de 207 trabalhadores/as a exercer funções no ACM, I.P., a frequência em ações de formação de um significativo total de 187 funcionários/as. O que significa que, durante o ano 2021, a esmagadora maioria de funcionários/as recebeu formação.

Destes, 20,5% representam formandos do sexo masculino e 79,5% do sexo feminino, o que é facilmente explicado pela enorme representatividade de mulheres na constituição do ACM,I.P.

Assim, comparativamente ao ano anterior, em que 18% representavam formandos do sexo masculino, e 82% do sexo feminino, verifica-se um ligeiro aumento de formandos do sexo masculino.

Percentagem de frequências por sexo

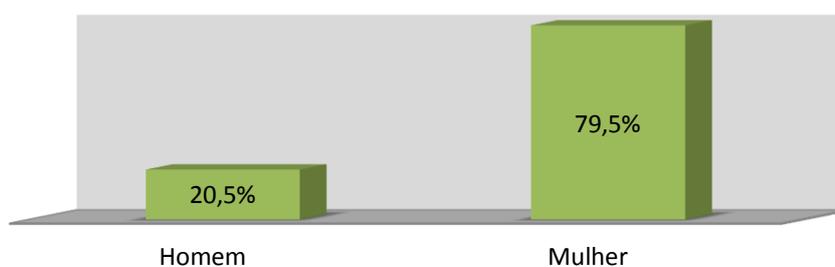


Gráfico 3 - Percentagem de frequências em ações de formação, por sexo

Da formação realizada, verifica-se, como tem aliás tem sido prática nos anos transatos, do total de ações frequentadas, 330 representam formação externa e 82 representam formação interna.

Formação por tipologia

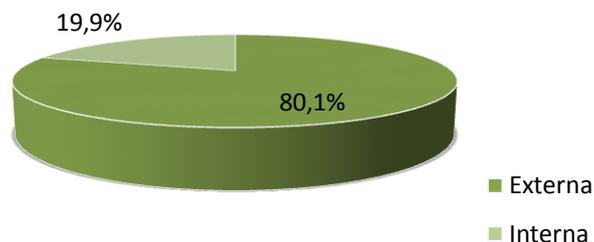


Gráfico 4 - Percentagem de formação frequentada, por tipologia

Formação por modalidade

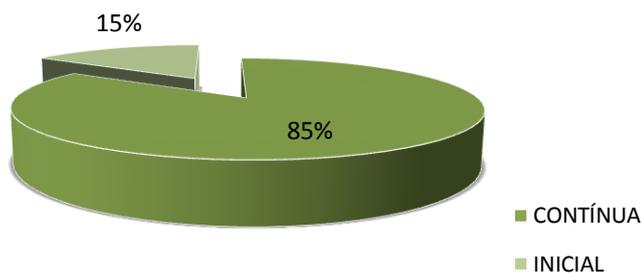


Gráfico 5 - Percentagem de formação frequentada, por metodologia

O ano em referência foi marcado pelo início de funções de 56 novos/as funcionários/as. Face ao contexto de teletrabalho, que diminuiu a interação entre equipas, com a estrutura e com a própria dinâmica de funcionamento do instituto, tornou-se necessário um maior investimento na formação inicial para novos funcionário/as, de forma a aumentar o seu *know-how*, competências e expectativas, quanto às matérias de intervenção do ACM I.P. no seu todo, equipas bem como relativamente aos recursos ao dispor.

Em face do exposto, considerando o gráfico 5 verifica-se que, em 2021, 15% da formação frequentada insere-se no âmbito da formação inicial.

Ações de formação por regime

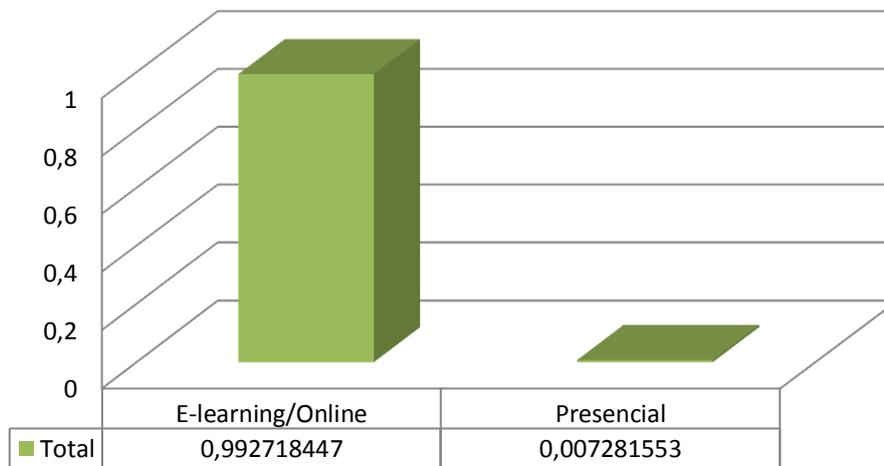


Gráfico 6 - Percentagem de formação frequentada, por regime

Durante o ano de 2021, tal como no ano anterior, devido à pandemia COVID-19, privilegiou-se a formação em regime de *e-learning* ou à distância, pelo que o total de ações frequentadas, aproximadamente 99,3% foram realizadas em regime de *e-learning* ou à distância, sendo realizadas presencialmente apenas 0,7% das ações.

Certificação das ações de formação

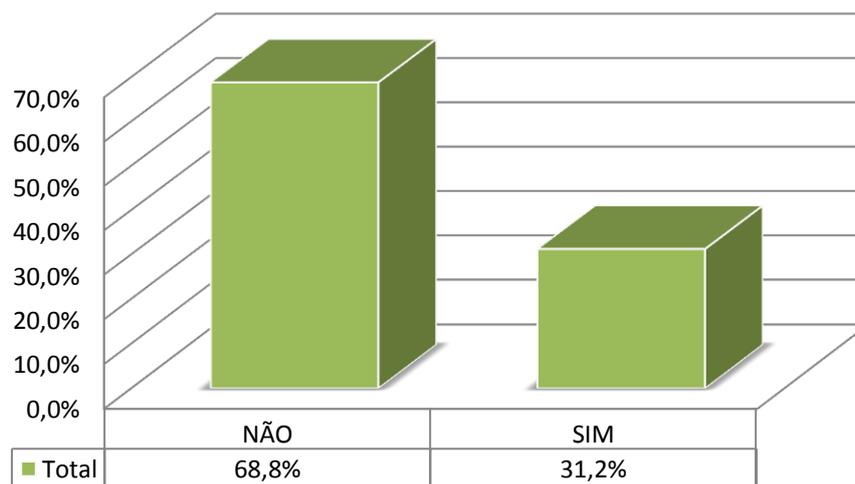


Gráfico 7 - Percentagem de formações frequentadas, por certificação

Em termos de certificações, afere-se uma maior frequência em ações de formação não certificada (68,8%), comparativamente a uma frequência total em ações certificadas fixada nos 31,2%. Estes valores representam um considerável aumento de frequência em formações não certificadas face ao período homólogo, o que poderá ser

consequência do visível aumento de frequência em *webinars* e ações de formação de curta duração, à distância, por conta da pandemia e que são, tendencialmente, não certificadas.

Frequências em ações de formação por carreira/categoria

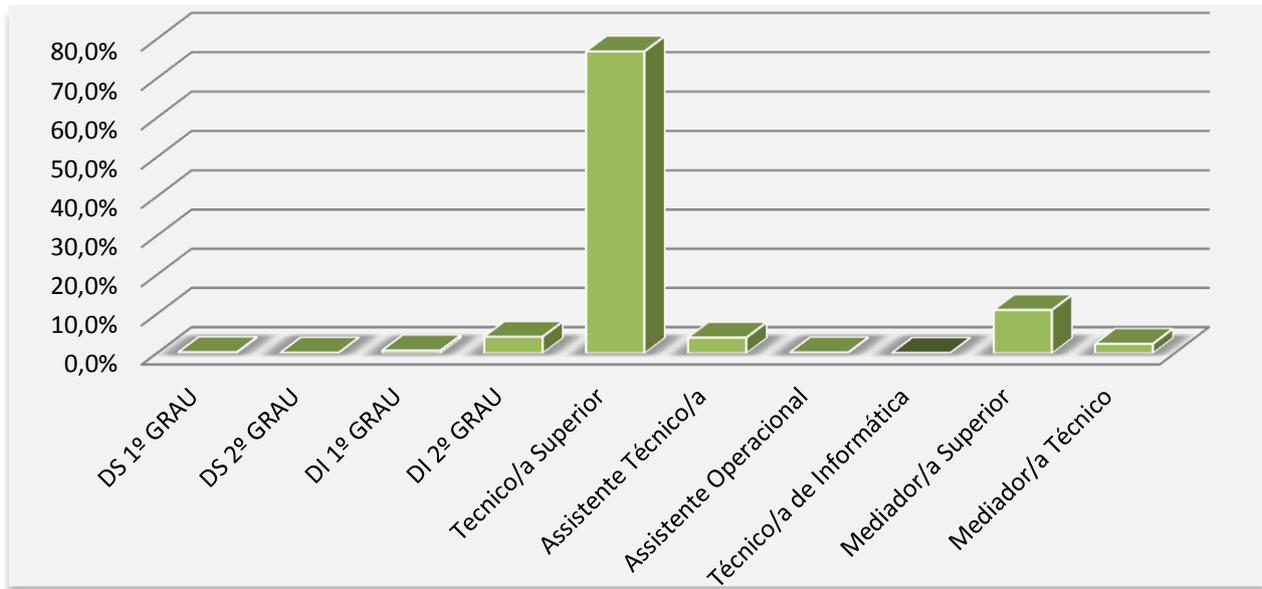


Gráfico 8 - Frequência por Carreira/Categoria

Considerando a frequência em ações de formação por carreira/categoria, verificamos que cerca de 77% foram frequentadas por Técnicos/as Superiores, seguido dos/as Mediadores/as Superiores que totalizam 11% das participações.

Frequência em ações de formação por área geográfica dos/as trabalhadores/as

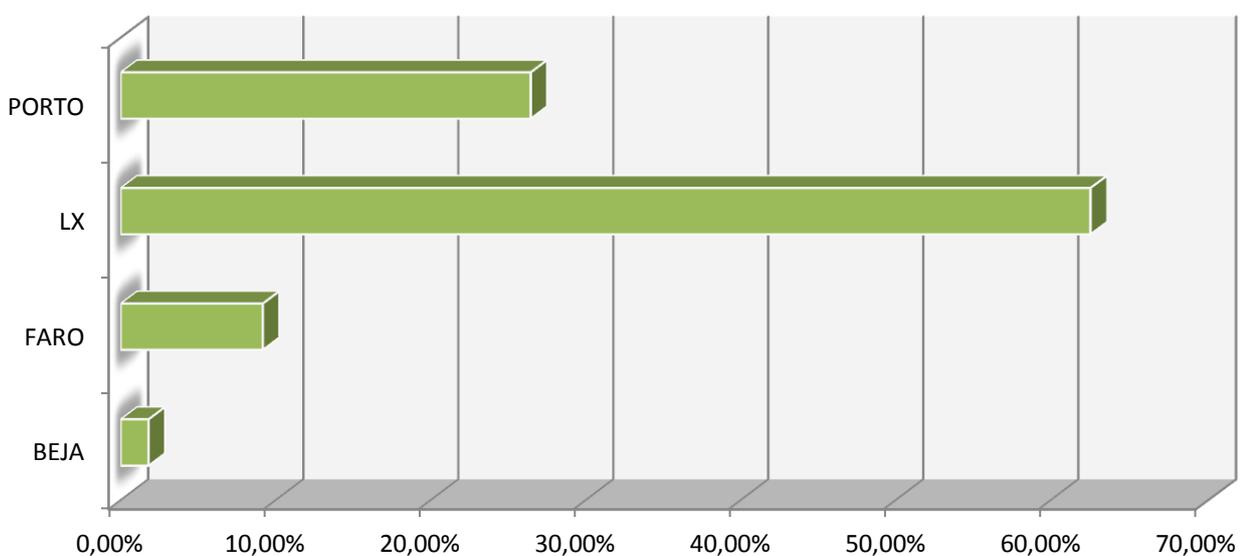


Gráfico 9 - Frequência por área geográfica

Considerando as áreas geográficas dos/as trabalhadores/as, não é de estranhar que 62,56% da formação tenha sido frequentada pelos/as trabalhadores/as de Lisboa, enquanto 26,46% foi frequentada pelos/as trabalhadores/as do Porto, 9,18% pelos trabalhadores/as de Faro e apenas 1,81% pelos trabalhadores/as de Beja.

O histórico da formação no ACM, I.P., diz-nos que muitas têm sido as entidades a que se recorre para obtenção de formação profissional especializada e de qualidade.

Assim, em 2021, numa continuidade do que tem sido a prática no organismo, foram estabelecidos contatos e parcerias com uma multiplicidade de entidades que permitiram a concretização de algumas das ações de formação, quer internas como externas.

A título de amostra, elencam-se algumas destas entidades:

- ACNUR
- AD&C IP
- AERLIS-Associação Empresarial da Região de Lisboa
- AMA, I.P.
- Amnistia Internacional
- APAV-Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- APDES-Agência Piaget para o Desenvolvimento
- APF-Associação para o Planeamento da Família
- APPDI-Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão
- ANFUP-Associação Nacional Funcionários das Universidades Portuguesas
- Associação Pão a Pão
- Autoridade Tributária e Aduaneira
- Câmara Municipal de Leiria
- Casa do Brasil
- CECOA
- CIG-Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- CITE-Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
- CNPDPCJ
- CNE- Comissão Nacional Eleições
- CPR-Conselho Português para os Refugiados
- Council of Europe
- DGS-Direção-Geral da Saúde
- Fundação Aga Khan
- IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional
- ICJP -Faculdade de Direito de Lisboa
- INA, IP
- IGAP
- Instituto Politécnico de Leiria
- ISCSP
- ISCTE
- Ordem dos Advogados
- Ordem dos Psicólogos Portugueses
- OIM-Organização Internacional para as Migrações
- OIT-Organização Internacional do Trabalho
- PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

- Rede Europeia Anti-Pobreza
- Universidade de Coimbra
- Universidade Autónoma de Lisboa
- Universidade do Minho

Em termos de entidades formativas atribui-se destaque, ao próprio ACM,I.P. com aproximadamente 22% das formações realizadas, individualmente ou em parceria com outras entidades, proporção que corrobora uma das estratégias formativas que tem vindo a ser refletida no planeamento da formação, o maior investimento na formação interna ministrada por e para funcionários do ACM,I.P. numa lógica de otimização de formação entre pares, possibilitando uma gestão mais eficiente de recursos

Em seguida e como seria de esperar, encontra-se a Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores da Administração Pública (INA), entidade da administração direta do Estado que tem como missão desenvolver, qualificar e gerir a mobilidade dos trabalhadores em funções públicas, sendo, na generalidade, a primeira opção dos/as formandos/as para frequência de ações de formação e que foi responsável por aproximadamente 8% das formações frequentadas em 2021.

É ainda de realçar a elevada percentagem de formações realizadas com a OIM (aproximadamente 6%) e o ISCTE (aproximadamente 5%), entidades que, já em 2020, se haviam destacado como referências do ponto de vista formativo.

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO

	Percentagem Insuficiente	Percentagem Fraco	Percentagem Suficiente	Percentagem em Bom	Percentage m Muito Bom
Relevância/novidade da matéria			6,41%	51,28%	42,31%
Conteúdos programáticos		1,27%	7,59%	49,37%	41,77%
Adequação da metodologia aos conteúdos		1,27%	13,92%	49,37%	35,44%
Cumprimento dos objetivos		2,53%	8,86%	46,84%	41,77%
Articulação entre temas			11,39%	46,84%	41,77%
Organização e logística		1,27%	11,39%	46,84%	40,51%
Formador/a - Conhecimento da matéria			1,30%	36,36%	62,34%
Formador/a - Capacidade para motivar		2,60%	7,79%	46,75%	42,86%
Formador/a - Clareza na comunicação			6,58%	48,68%	44,74%

Formador/a - Relação que estabeleceu com os formandos			7,89%	43,42%	48,68%
Formador/a - Exemplos mencionados, exercícios e práticas realizadas		1,32%	10,53%	43,42%	44,74%
Formador/a - Documentação em termos de qualidade e atualidade		2,63%	10,53%	44,74%	42,11%
Formador/a - Disponibilidade para o esclarecimento de questões			2,63%	36,84%	60,53%
Satisfação global com a ação		2,60%	7,79%	44,16%	45,45%
MÉDIA		1,94%	8,19%	45,35%	45,36%

	Longa	Curta	Adequada
[Duração da ação face aos objetivos a atingir]	5	9	64

Tabela 6 - Avaliação das Ações de Formação

A avaliação da formação no ACM, I.P., foi, ao longo dos últimos anos, uma ambição a concretizar que, por fragilidades ao nível dos recursos humanos dedicados à gestão desta área, não havia sido, ainda, concretizada.

2021 foi o ano em que, reunidas as condições necessárias, passou a ser possível implementar um sistema de avaliação das ações de formação frequentadas, ao nível das contratadas pelo próprio ACM, I.P. para fazer face ao planeamento formativo.

Assim, finda cada ação de formação promovida, é remetido aos/às formandos/as um inquérito online através do qual se torna possível avaliar os conteúdos programáticos, formador, estratégia formativa, entre outros elementos inerentes à respetiva ação.

Todas as ações foram avaliadas de forma bastante positiva o que traduz não apenas a qualidade dos serviços contratados, como ainda o cuidado no processo de levantamento de necessidades e no procedimento de contratação dos serviços.

Passando a uma análise aos itens avaliados, e considerando que o formulário previa a avaliação não apenas da ação como dos/as próprios/as formadores/as, importa destacar o seguinte:

Quanto à relevância das matérias abordadas no seio das ações, mais e metade (51,28%) avaliou-as como Bom - 4 pontos, sendo que 42,31% avaliou-as como Muito Bom – 5 pontos. De igual forma, em termos de conteúdos programáticos verifica-se uma avaliação colocada maioritariamente entre o Bom e o Muito Bom, com um total de aproximadamente 92%, o que demonstra o elevado nível de qualidade das ações frequentadas.

Por outro lado, em termos de avaliação dos/as formadores/as, verifica-se que 62,34% classificaram de Muito Bom o item “Formador/a - Conhecimento da matéria”, e 60,53% classificaram de Muito Bom o item “Formador/a - Disponibilidade para o esclarecimento de questões”.

Por fim, sublinha-se o item “Satisfação global com a ação”, onde 44,16% classificaram as respetivas ações como Bom e 45,45% classificaram as ações como Muito Bom.

No cômputo geral, a leitura à avaliação das ações de formação efetuada pelos/as trabalhadores/as deste instituto, conduz-nos à conclusão que os serviços que têm sido contratados para responder às necessidades formativas apontadas pelos/as profissionais que, diariamente, concretizam a missão do ACM, I.P., apresentam a qualidade esperada e o rigor pretendido.

FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS

No que concerne à formação ministrada externamente, enquanto indicador de medida inserido e contabilizado, com critérios específicos, em sede de QUAR, tem sido prática do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. investir recursos e *know-how* dos/as funcionários/as em prol da sensibilização e capacitação de outras entidades e organismos, nas matérias que nos estão adstritas.

As entidades beneficiárias mais representadas nesta formação são os Agrupamentos de Escolas, Câmaras Municipais e Associações.

Deste modo e de forma absoluta, em 2021 foram ministradas um total de 850 ações de formação que envolveram 20613 formandos/as e resultaram num volume de 12.702 horas de formação.

De realçar o importantíssimo papel do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade (que inclui os núcleos NACI e Equipas do Programa Escolhas) que contribuiu em 61,50% para o resultado obtido no âmbito das formações ministradas a entidades externas, assim como o do NAIM com um forte investimento na realização de ações formativas para capacitação especializada de técnicos nas redes CLAIM e GIP Imigrante, bem como para a promoção dos serviços disponibilizados nos CNAIM.

Fomração ministrada externamente

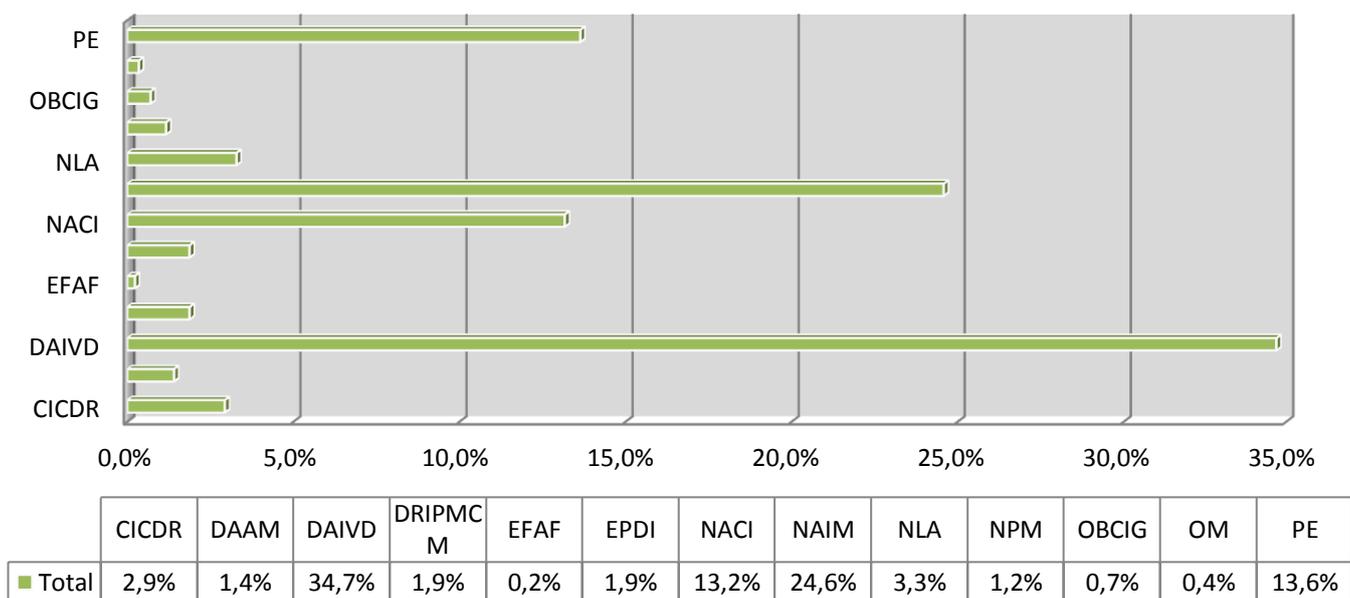


Gráfico 10 - Percentagem de formação ministrada externamente, por UO'S/Núcleos/Equipas*

* CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial; DAAM -Departamento de Apoio e Assistência Migratória; DAIVD - Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade; DRIPMCM – Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes; EFAF – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro; EPDI – Equipa de Projeto Desigualdades Interseccionais; NACI- Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas; NAIM – Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes; NLA – Núcleo de Ligação às Associações; NPM – Núcleo de Políticas Migratórias; OBCIG – Observatório das Comunidades Ciganas; OM – Observatório das Migrações; PE – Programa Escolhas

ENCARGOS COM A FORMAÇÃO

Os encargos com a Formação Profissional no ACM, I.P., são previstos atendendo ao somatório das estimativas de custos para a formação planeada, garantindo ainda uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada.

Em matéria de encargos deste Organismo com a Formação Profissional em 2021, foi prevista uma despesa estimada de 67.929,00 €.

No que concerne aos gastos reais inerentes à aplicação do plano de formação, foram despendidos aproximadamente metade do total previsto, com uma despesa fixada nos 37.592,40€, tendo ainda em conta o volume de formações não planeadas concretizadas, algumas delas com encargos financeiros associados.

Comparativamente com o ano anterior, constatou-se este ano um investimento significativo na formação, uma vez que em 2020 o orçamento cifrou-se em 7.169,15.

4. Encargos com formação, Pessoal e Orçamento da entidade		
4.1 Despesas anuais com formação (01.02.06 e 02.02.15)		
	Custos Diretos	37.592,40€
	Custos indiretos	
	Total	37.592,40€
4.2 Fonte Financiamento da Formação		
	Orçamento de Estado	18.947,92€
	Receitas Próprias	8.523,00€
	Financiamento Comunitário	10.121,48€
	Outros	
	Total	37.592,40€
4.3 Encargos totais da entidade com pessoal		4.363.891,93€
4.4. Orçamento executado da entidade		21.060.876,27€

Quadro 1 – Encargos Financeiros

Em suma, certifica-se que a taxa de investimento em formação no ACM,I.P., calculada pelo rácio entre a despesa com as ações de

Taxa de Investimento em Formação	$\frac{37.592,40}{4.363.891,93} \times 100 = 0,9\%$
---	---

formação planeadas e não planeadas e o total de encargos com o pessoal, foi de aproximadamente 0,9% um aumento de 0,7% face ao ano anterior.

CONCLUSÕES

Procedendo a uma análise em termos comparativos com o ano anterior, conclui-se que ao nível da frequência em ações de formação, 2021 foi um ano em que foram superadas expectativas quer em termos de trabalhadores envolvidos, como áreas formativas abrangidas e ainda, ao nível do processo de gestão da formação profissional no organismo.

Em suma, considerando que foram previstas 32 ações que envolveriam 286 formandos/as mas executadas, 412 ações que envolveram 1.493 formandos/as, atingindo o volume de 9328:30 horas de formação, acrescido da Formação Ministrada a Terceiros, com a execução de 850 ações, no total de 20.613 formandos/as, com o volume de 12.702 horas de formação, poderá entender-se 2021 como um ano de significativa alavancagem da formação profissional no ACM, I.P.

De destacar o aumento do número de formações planeadas e realizadas, incluindo o forte investimento em formação inicial, princípio que se pretende manter como prática de melhoria na integração dos/as novos/as trabalhadores/as.

De realçar também que, aproximadamente, 90% do universo de trabalhadores/as a exercer funções no ACM, I.P., frequentou ações de formação, durante o ano de 2021.

Uma estratégia que potencia a otimização de tempo e recursos financeiros e harmoniza a prática do ACM, I.P., com os valores da modernização administrativa que têm feito parte da estratégia governativa para os organismos da Administração Pública, ainda que inicialmente impulsionada pela pandemia, é o recurso à formação à distância, sendo que no presente ano foi de aproximadamente 99%.

Importa referir o contínuo investimento na formação ministrada pelo próprio ACM, I.P., quer internamente, numa lógica de troca de sinergias internas, como externamente, cumprindo o serviço público de formar para a diversidade num contexto mundial cada vez mais globalizado.

Quanto à monitorização da formação, uma ferramenta que torna possível aferir a implementação e o cumprimento das obrigações e objetivos que fazem parte do Plano de Atividades, assim como do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR, assume-se, no futuro, o compromisso de concretização de procedimentos de monitorização e avaliação com uma periodicidade trimestral o que permitirá sistematizar e analisar de forma mais próxima a evolução do planeamento e conseqüentemente, garantir respostas a eventuais desvios de forma mais atempada.

Relativamente à componente de avaliação das ações de formação profissional, incluindo o impacto da formação para o exercício de funções, crescimento e valorização profissional, consideramos que se trata de uma importante ferramenta, não só no âmbito da formação, como também para o planeamento da intervenção do ACM I.P., atendendo a que através deste mecanismo se torna possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajeto formativo, para as atividades desenvolvidas diariamente. Este instrumento foi reavivado no presente ano, tendo aferido um grau de satisfação elevado.

A formação dos funcionários/as do ACM, I.P., continuará a ser uma área de relevância no âmbito da gestão de pessoal, pelo que, ambicionamos que o futuro nos traga mais recursos e melhores parceiros e serviços, permitindo-nos assim dar continuidade a esta nobre missão que nos define.

BALANÇO SOCIAL 2021



Título | Balanço Social 2021

Edição | Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Rua Álvaro Coutinho n.º 14, 1150-025 Lisboa

Tel. 218 106 100

<https://www.acm.gov.pt/acm>

Conceção e Edição | NGARH – Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

Tratamento de Dados e Grafismo | Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

Março de 2021

INDICE	2
INDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES	4
I. NOTA INTRODUTÓRIA	5
II. ESTRUTURA ORGÂNICA E ORGANIZACIONAL	6
III. MISSÃO E VALORES	7
IV. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	8
i. Mapas de pessoal e modalidades de vínculo	8
ii. Trabalhadores segundo o sexo.....	11
iii. Estrutura etária.....	12
iv. Trabalhadores/as segundo o nível de antiguidade e género.	14
v. Trabalhadores/as segundo o nível de escolaridade e género.	15
vi. Trabalhadores/as segundo a nacionalidade.....	16
vii. Trabalhadores/as segundo o nível de deficiência	16
V. HORÁRIO E ABSENTISMO	17
i. Modalidades de horário.....	17
ii. Absentismo	18
VI. ADMISSÕES, REGRESSOS E SAÍDAS.	19
VII. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL.....	20
i. Estrutura remuneratória.....	20
ii. Encargos com pessoal.....	21
VIII. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	22
i. Formação Realizada – Balanço	22
ii. Encargos com Formação Profissional	28
IX. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA	29
X. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30

INDICE DE GRAFICOS, QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Organograma ACM,I.P. 2021	6
Quadro 1 - Efetivos com CTFP por núcleo/equipa/UO	8
Quadro 2 – Mediadores Socioculturais por núcleo/equipa/UO.....	9
Quadro 3 – Trabalhadores/as por naturalidade	16
Quadro 4 - Absentismo segundo a ocupação do posto de trabalho, por categoria e sexo	18
Quadro 5 - Admissões e regressos, por carreira/categoria, modalidade e sexo.....	19
Quadro 6 - Saídas por carreira/categoria, motivo e sexo	19
Quadro 7 - Execução por área formativa	23
Quadro 8 - Execução da Formação (planeada e não planeada)	24
Quadro 9 – Encargos Financeiros	28
Gráfico 1 - Percentagem de trabalhadores/as por carreira/categoria e sexo.....	9
Gráfico 2 - Mudanças de situação de trabalhadores, por motivo	10
Gráfico 3 - Mudanças de situação de trabalhadores, por carreira	10
Gráfico 4 - Percentagem de efetivos por sexo	11
Gráfico 5 - Trabalhadores/as por grupo etário e sexo	12
Gráfico 6 - Trabalhadores/as por idade e sexo.....	13
Gráfico 7 - Percentagem de efetivos por antiguidade e sexo	14
Gráfico 8 - Efetivos segundo nível habilitacional.....	15
Gráfico 9 - Percentagem de efetivos por modalidade de horário	17
Gráfico 10 - Estrutura remuneratória por sexo	20
Gráfico 11 - Encargos com pessoal por tipologia.....	21
Gráfico 12 - Percentagem de Execução do Plano de Formação 2021	23
Gráfico 13 - Percentagem de frequências em ações de formação, por sexo.....	24
Gráfico 14 - Percentagem de formação frequentada, por tipologia	25
Gráfico 15 - Percentagem de formação frequentada, por metodologia	25
Gráfico 16 - Percentagem de formação frequentada, por regime	26
Gráfico 17 - Percentagem de formações frequentadas, por certificação	26
Gráfico 18 - Frequência por Carreira/Categoria	27
Gráfico 19 - Frequência por área geográfica	27

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social representa, a par do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do QUAR, um instrumento de informação, planeamento, organização e apoio à gestão de recursos humanos, inserindo-se no ciclo anual de gestão, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

O Balanço Social de 2021 do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM,I.P.) congrega contributos da área de processamento de vencimentos e gestão de pessoal, da área jurídica e da área de planeamento, gestão e formação do Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos (NGARH), acrescendo os contributos disponibilizados pela Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF).

Este relatório foi elaborado com base nos dados referentes aos trabalhadores em efetividade de funções no ACM,I.P., a 31 de dezembro de 2021, cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, e de acordo com as orientações emanadas da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP).

O presente documento expressa a caracterização e evolução dos recursos humanos, através da apresentação de gráficos e tabelas estatísticas e respetivos enquadramentos descritivos, considerando uma variedade de indicadores de medida.

Estes indicadores assumem-se como instrumentos fundamentais para um planeamento e uma gestão mais eficaz e operacional, permitindo, ao longo do ano, um planeamento estratégico e integrado, de forma a garantir o cumprimento da missão e objetivos definidos pelo ACM,I.P. e uma adequada afetação de recursos humanos e financeiros

II. ESTRUTURA ORGÂNICA E ORGANIZACIONAL

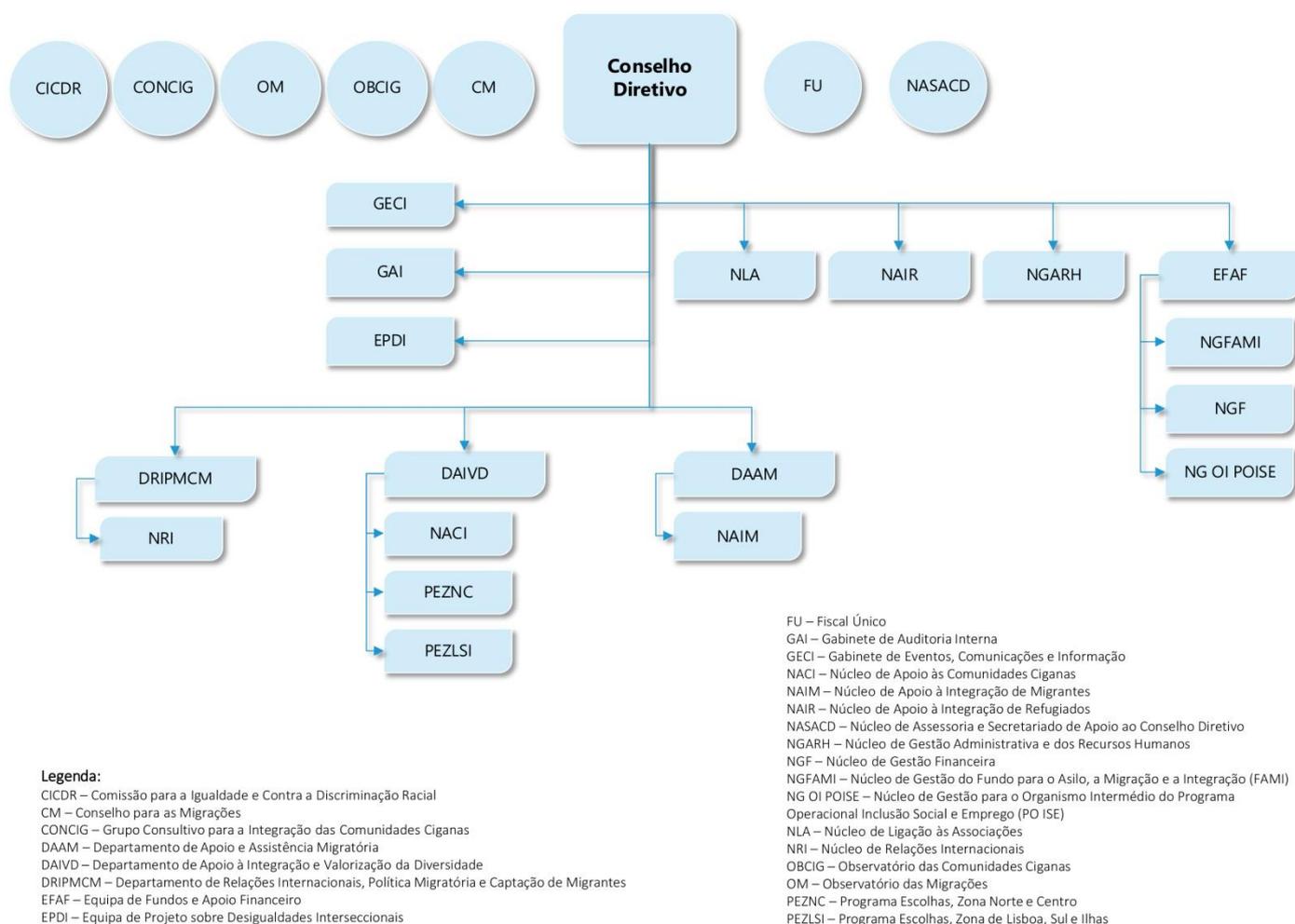


Ilustração 1- Organograma ACM,I.P. 2021

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM,I.P.) é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e autonomia financeira restrita à gestão de programas financiados por recursos comunitários e internacionais de idêntica natureza, com sede em Lisboa e dispondo de dois serviços desconcentrados, no Norte, Algarve e Beja que servem a zona norte, centro e sul do país.

É um organismo que se encontra sob tutela de Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, sendo tutelada, nos termos do despacho nº. 1335/2020, de subdelegações de competências, publicado no DR nº.21/2020, série II de 30.01 na Secretária de Estado para a Integração e as Migrações.

III. MISSÃO E VALORES

Visão

O que queremos?

- Ser o Organismo de referência a nível nacional e internacional em matéria de integração e acolhimento de migrantes e minorias étnicas.

Valores

Em que acreditamos?

- Diversidade – Somos todos/as diferentes pelo que devemos pautar a nossa atuação pelo respeito mútuo;
- Interculturalidade – o diálogo e a interação em torno do que nos une contribuem para a coesão social;
- Respeito e não-discriminação – Regemo-nos por comportamentos e atitudes de não-discriminação e respeito relativamente aos outros/as;
- Prossecução do Interesse Público – Como Serviço Público cumpre-nos “...prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.”

Missão

Porque existimos?

- “Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais em matéria de migrações relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos em particular as comunidades ciganas e para a gestão e valorização da diversidade **inter**-cultural, etnias e religiões.”

IV. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

i. Mapas de pessoal e modalidades de vínculo

O mapa de pessoal do ACM,I.P., a vigorar em 2021 previa, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), a existência de 178 lugares para trabalhadores com vínculo de emprego público.

A par do mapa de pessoal, o ACM, I.P. tem desempenhado a sua missão com a importante colaboração de mediadores/as sócio culturais, trabalhadores/as vinculados a associações cuja atuação está direcionada para as populações migrantes e cujo estatuto se encontra previsto na Lei n.º 105/2001, de 31 de agosto, que por via de protocolos de cooperação entre o ACM, I.P., e estas entidades, exercem funções neste Organismo.

A 31 de dezembro de 2021, o serviço apresentava um total de 173 efetivos com contrato de trabalho em funções públicas e 34 funcionários sob o vínculo da mediação sociocultural, com contratos de trabalho a termo incerto alicerçados a protocolos de cooperação, o que representa um total de 207 trabalhadores/as em funções permanentes no Alto Comissariado para as Migrações, I.P., em 2021, ou seja, um aumento absoluto de 29 recursos comparativamente ao período transato e de 24 recursos face a janeiro do mesmo ano.

Serviços	Género		Carreira/Categoria						Total
	H	M	AO	AT	TI	TS	EI	DRG	
Conselho Diretivo	2	1						3	3
Núcleo de Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo	3	3	2	1		2		1	6
Núcleo de Ligação às Associações	2	3				4		1	5
Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados	4	8				11		1	12
Gabinete de Comunicação, Eventos e Informação	5	1		2		4			6
Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos	4	9		1	1	9	1	1	13
Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial	3	4				7			7
Gabinete de Auditoria	1	1				2			2
Equipa de Fundos e Apoio Financeiro									
EFAF	2	6				7		1	8
NG OI POISE		3				2		1	3
NGFAMI	1	3				3		1	4
NGF	2	6		2		5		1	8
Departamento de Relações Internacionais, Políticas Migratórias e Captação de Migrantes									
DRIPMCM		3				2		1	3
NRI	1	3				3		1	4
Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade									
DAIVD	2	6				7		1	8
NACI	2	3				4		1	5
PE	2	7		1		6		2	9
Departamento de Apoio e Assistência Migratória	11	50	1	9		49		2	61
Observatório das Comunidades Ciganas		2				2			2
Observatório para as Migrações		2				1		1	2
Equipa de Projecto Desigualdades Interseccionais		2				1		1	2
ACM TOTAL	47	126	3	16	1	131	1	21	173

Quadro 1 - Efetivos com CTFP por núcleo/equipa/UO

Serviços	Género		Carreira/Categoria		Total
	H	M	MT	MS	
Conselho Diretivo					
Núcleo de Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo					
Núcleo de Ligação às Associações	1			1	1
Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados					
Gabinete de Comunicação, Eventos e Informação					
Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos					
Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial		1		1	1
Gabinete de Auditoria					
Equipa de Fundos e Apoio Financeiro	1	4		5	5
Departamento de Relações Internacionais, Políticas Migratórias e Captação de Migrantes					
Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade		2		2	2
Departamento de Apoio e Assistência Migratória	3	21	9	15	24
Observatório das Comunidades Ciganas	0	1	0	1	1
Observatório para as Migrações					
Equipa de Projecto Desigualdades Interseccionais					
ACM TOTAL	5	29	9	25	34

Quadro 2 – Mediadores Socioculturais por núcleo/equipa/UO

Distribuído o total de efetivos por grupos profissionais, obtêm-se os resultados representados no gráfico 1, expressos em valores percentuais e onde se verifica uma maior incidência de trabalhadores/as nas carreiras de Técnico Superior, com um total de 131 funcionários/as, onde 49,8% representam mulheres e 13,5% homens. No âmbito da mediação, a carreira de Mediador Superior é a mais representada, com as mulheres a ocupar, igualmente, grande parte dos postos (21 em 25).

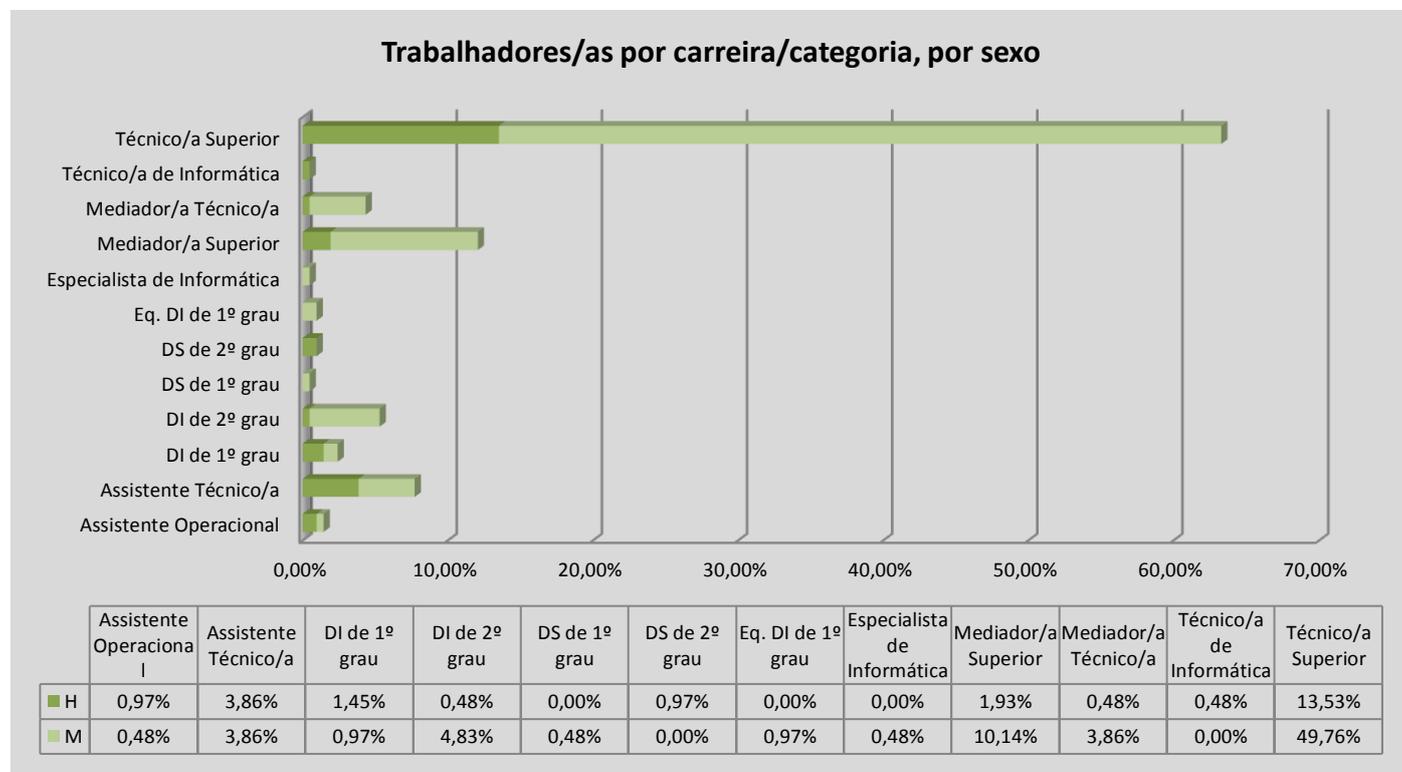


Gráfico 1 - Percentagem de trabalhadores/as por carreira/categoria e sexo

Dos valores aferidos em matéria de vínculo e carreira, entende-se que o ACM, I.P. mantém-se uma instituição com elevado nível de tecnicidade nas suas várias áreas de atuação.

De salientar ainda que, ao longo de 2021, ocorreram 34 processos de mudança da situação/ou posição de trabalhadores/as, conforme se pode verificar no gráfico 2.

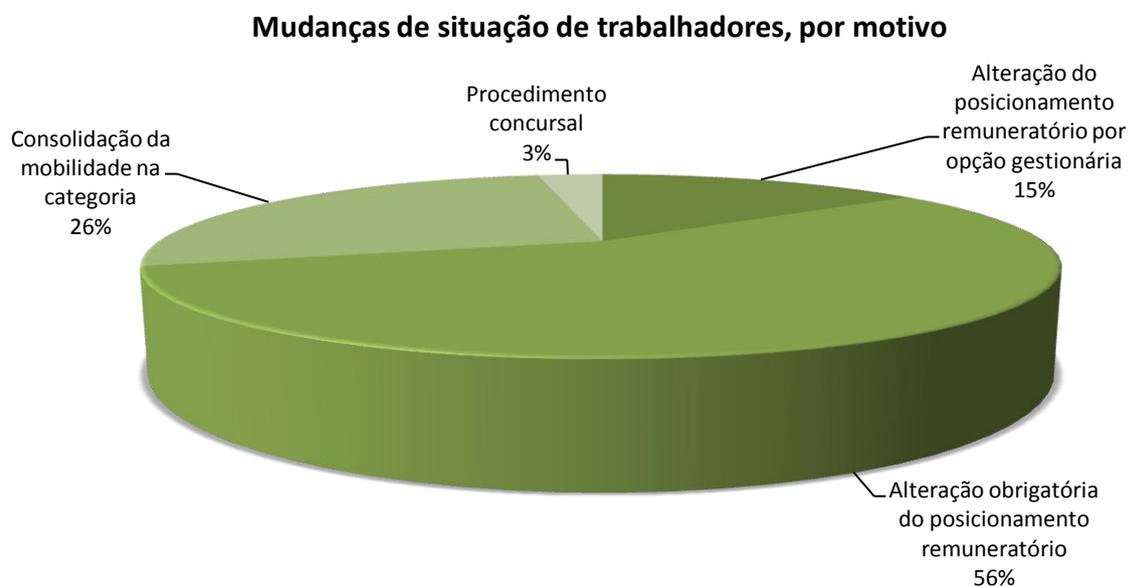


Gráfico 2 - Mudanças de situação de trabalhadores, por motivo

Neste âmbito, destacam-se as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, resultantes das avaliações obtidas em sede de SIADAP, que impulsionaram a subida do nível remuneratório a 19 recursos e o facto de, 91% destas alterações terem ocorrido na carreira de Técnico/a Superior.

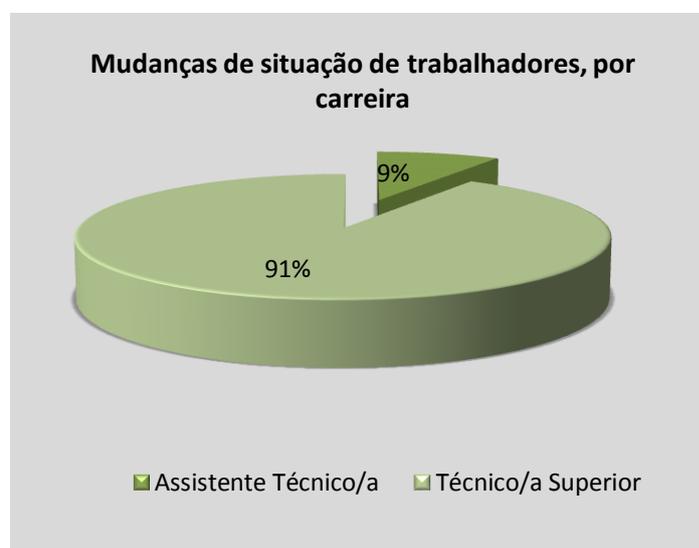
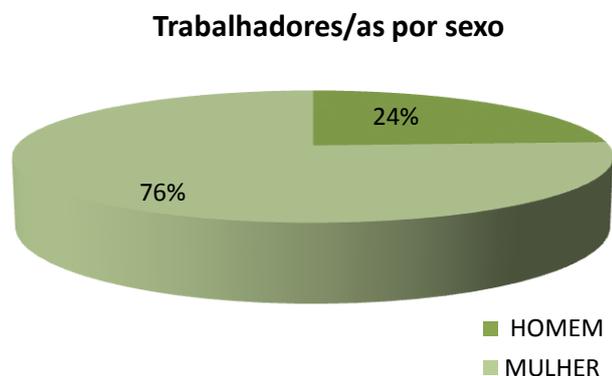


Gráfico 3 - Mudanças de situação de trabalhadores, por carreira

ii. **Trabalhadores segundo o sexo**



O gráfico 4, que analisa a estrutura humana do organismo considerando a variante sexo, permite-nos aferir que o ACM,I.P., é um organismo predominantemente feminino com este grupo a assumir aproximadamente 76% dos postos de trabalho.

Gráfico 4 - Percentagem de efetivos por sexo

Desconstruído o critério sexo por carreiras através da análise do gráfico 1, verifica-se em primeiro lugar, uma ligeira alteração comparativamente ao ano transato, onde apenas 2 carreiras detinham uma maior representação masculina.

Em 2021, a prevalência de maioria feminina em grande parte das carreiras mantêm-se, à exceção da carreira de Assistente Operacional e do cargo de Direção Intermédia de 1º grau.

No caso da carreira de Técnico de Informática e do cargo de Direção Superior de 2º Grau, à data em referência, apenas exerciam funções elementos do sexo masculino.

Na carreira de Assistente Técnico verifica-se uma situação de empate com 8 funcionários homens e 8 mulheres.

Em suma, num universo de 207 trabalhadores/as, as mulheres são o sexo mais representado totalizando 157 efetivos para um total de 50 efetivos homens, o que resulta numa taxa de feminização situada nos 75,8%.

Taxa de Feminização

(Efetivo feminino/Efetivo total x 100)

75,8%

Taxa de Masculinização

(Efetivo masculino/Efetivo total x 100)

24,2%

Importa referir que têm sido encetados esforços, no âmbito dos procedimentos de recrutamento, no sentido de alcançar um maior equilíbrio de recursos humanos na sua representação por sexo.

iii. Estrutura etária

Trabalhadores/as por grupo etário, por sexo

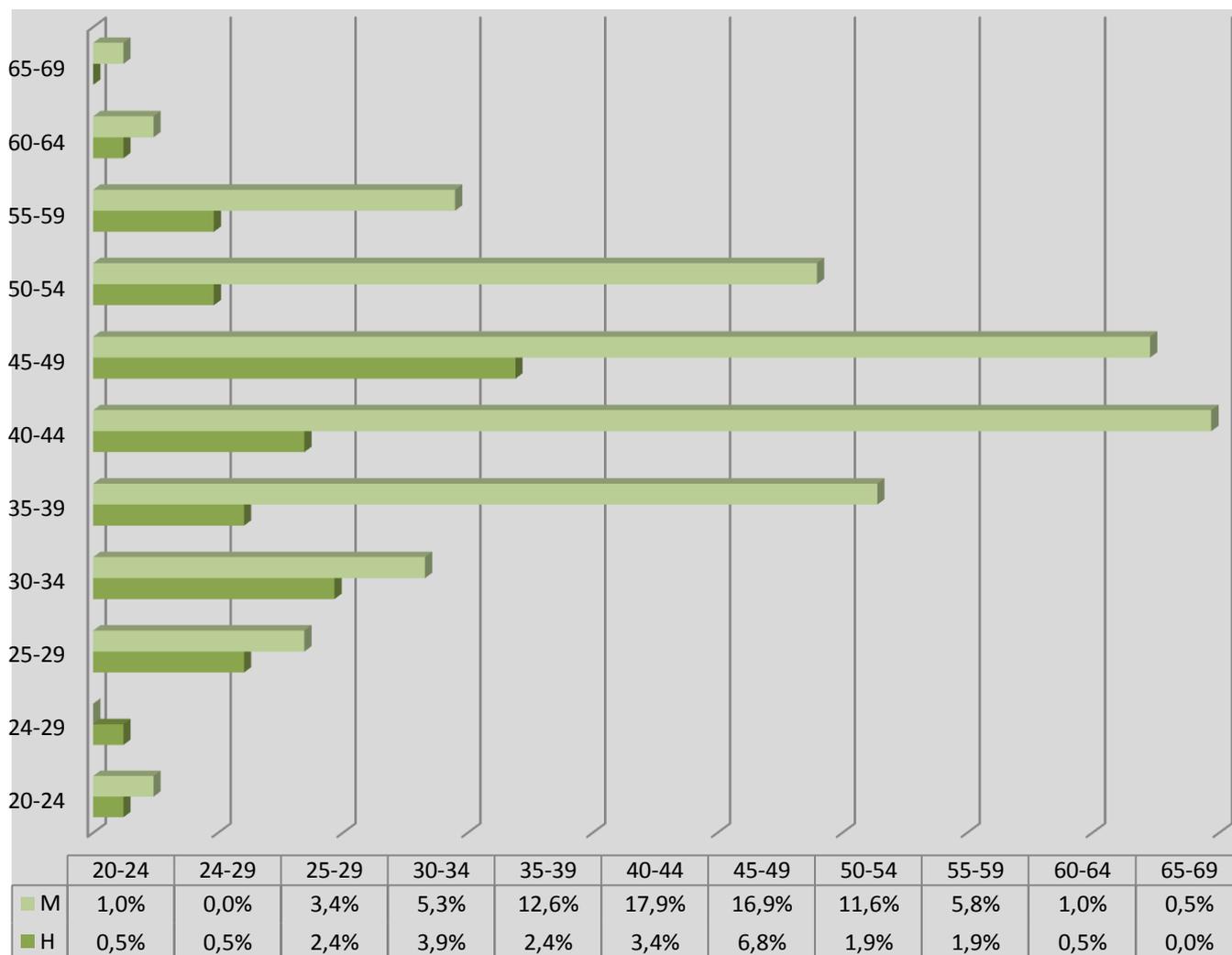


Gráfico 5 - Trabalhadores/as por grupo etário e sexo

A 31 de dezembro de 2021, o escalão etário com maior representação situava-se entre os 45-49 com um total de 49 recursos humanos (23,7%) contrariando a realidade a 31 de dezembro de 2020 onde se verificava uma maior representação no escalão dos 40-44 anos, com um total de 40 recursos.

Destacam-se ainda os escalões etários entre os 35-39 anos com um total de 31 efetivos (15%), entre os 40-44 com 44 recursos (21,3%) e os 50-54 com 28 efetivos (13,5%).

O que se depreende com a análise dos gráficos 5 e 6 é que a estrutura etária do ACM, I.P., envelheceu ligeiramente tendo-se verificado, simultaneamente, um aumento de recursos com idade superior a 40 anos, com destaque para o aumento nos escalões etários dos 50-54 e 55-59 e uma diminuição de recursos com idade inferior a esta.

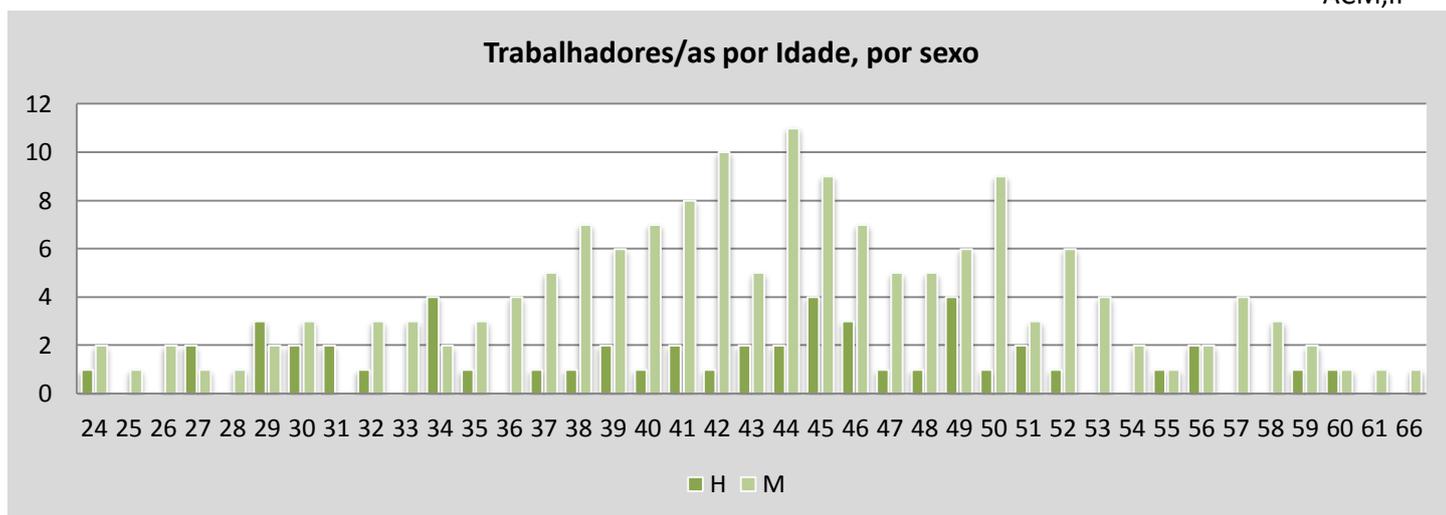


Gráfico 6 - Trabalhadores/as por idade e sexo

Efetuada a apreciação por idades, concretamente, verifica-se que as idades mais representadas no ACM, I.P., são os 44 com 13 trabalhadores/as, dos quais 11 mulheres e 2 homens e os 45 anos que concentram 13 trabalhadores/as dos quais 9 mulheres e 4 homens.

Em suma, conclui-se, que o maior número dos trabalhadores e trabalhadoras do ACM,IP tem entre 35 e 49 anos, com uma percentagem de representação total fixada nos 60%.

Os escalões etários com o menor representação estão exatamente posicionados em extremos opostos da pirâmide, correspondendo ao intervalo de idades entre os 20 e os 29, com um total de 4 trabalhadores/as e, ao intervalo entre os 60 e os 69 com, igualmente, 4 trabalhadores/as.

O nível médio etário é de 42,7 anos com a média de idades para as mulheres situada nos 43,7 anos e para os homens nos 41,6 anos.

A taxa de envelhecimento, que corresponde ao número de trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos (20) sobre o total de trabalhadores do organismo (207) multiplicado por 100, é de 9,7%, um valor que sublinha o envelhecimento dos trabalhadores do organismo face ao ano transato, onde a taxa de envelhecimento se situava nos 4,9%.

Por sua via, a taxa de emprego jovem no ACM, I.P., também sofreu um aumento significativo (12,8% em 2020 para os 16,4% em 2021) resultante, em parte, do facto de em 2021 o ACM, I.P., ter decidido contabilizar no âmbito da construção do Balanço Social, os trabalhadores com vínculo de mediação.

Esta tipologia de vínculo contribui em muito para a contratação de recursos mais jovens o que permitiu um aumento significativo da taxa de emprego jovem no ano em referência.

Taxa de envelhecimento (Efetivo ≥ 55 anos/Efetivo total x 100)	9,7%
Taxa de emprego jovem (Efetivo ≤ 34 anos /Efetivo total x 100)	16,4%

iv. Trabalhadores/as segundo o nível de antiguidade e sexo.

A antiguidade é calculada através do somatório do número de anos completos de prestação efetiva de serviço na Administração Pública, em 31 de dezembro de cada ano.

A caracterização dos efetivos em função da antiguidade reflete um nível médio de antiguidade fixado nos 7,9 anos, com uma significativa concentração de trabalhadores/as no intervalo dos 0-4 anos (113).

Efetivos por intervalo de antiguidade e sexo

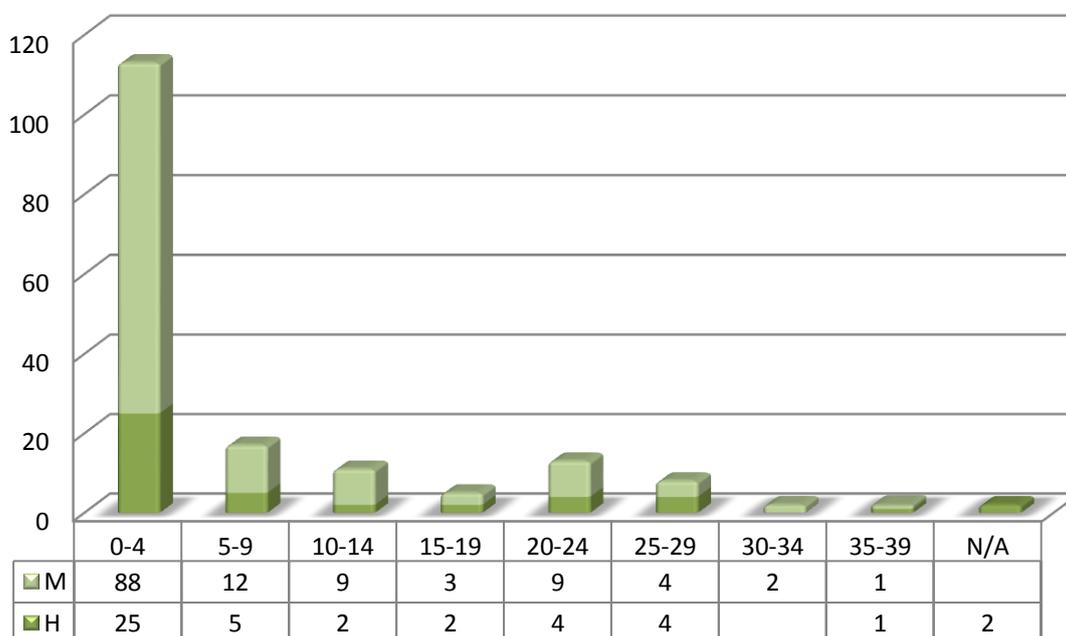


Gráfico 7 - Percentagem de efetivos por antiguidade e sexo

Tal facto deve-se, em parte, ao processo de regularização ocorrida ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), em 2018, através do qual foram integrados mais de uma centena de trabalhadores no mapa de pessoal do ACM, I.P., à data, com menos de 3

dezenas de funcionários públicos, fazendo do mapa de pessoal deste organismo um mapa jovem em termos de antiguidade.

v. Trabalhadores/as segundo o nível de escolaridade e sexo.

Trabalhadores/as por habilitações académicas, por sexo

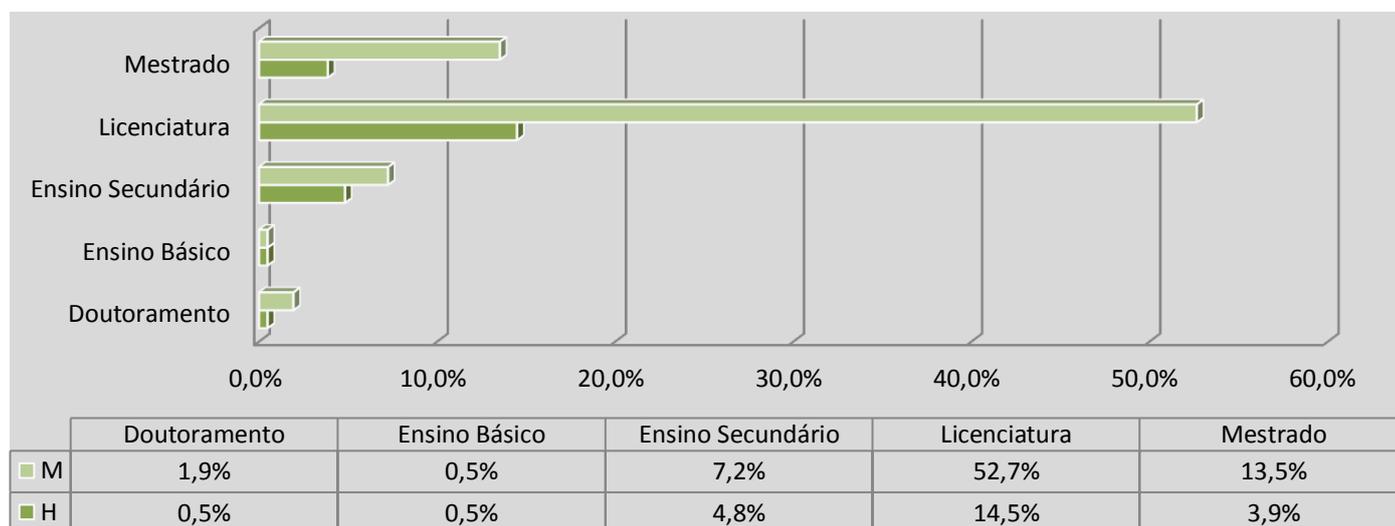


Gráfico 8 - Efetivos segundo nível habilitacional

Atenta a informação expressa no gráfico 8, o grau académico predominante no ACM,I.P. é a licenciatura, detida por 67,2% dos seus colaboradores e colaboradoras, seguido do mestrado com uma representação total fixada nos 17,4%

Índice de Tecnicidade (Hab. Académicas Sup./Efetivo total x 100)	85,5%	Índice de Tecnicidade Masculino (Hab. Académicas Sup. Homens/Efetivo total x 100)	17,87%
		Índice de Tecnicidade Feminino (Hab. Académicas Sup. Mulheres/Efetivo total x 100)	67,63%

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento no índice de tecnicidade de aproximadamente 5% refletida em ambos os sexos, fator que se deve ao elevado número de recrutamentos de recursos qualificados, com contrato de trabalho em funções públicas, na carreira de técnico superior, realizados no decorrer do ano 2021.

vi. Trabalhadores/as segundo a nacionalidade

Atendendo à missão e valores que envolvem o ACM,I.P., os princípios da integração e da valorização da diversidade refletem-se naturalmente no mosaico humano que compõe a estrutura do organismo. Como tal, a promoção da diversidade no leque de efetivos em atividade é e continuará a ser um objetivo a manter.

No ano em referência o ACM,I.P., contava com um total de 24,6% de trabalhadores com nacionalidades que não a portuguesa, sendo que deste universo importa destacar que muitos destes já adquiriram a nacionalidade portuguesa. Por um lado, contabiliza-se 4 trabalhadores/as apenas com nacionalidade do país de origem, nomeadamente russa, ucraniana, húngara e bengalês e 204 com nacionalidade portuguesa.

Por outro lado contabilizam-se 36 recursos que acumulam a nacionalidade portuguesa com outras, tais como, angolana, brasileira, cabo-verdiana, guineense, indiana, italiana, marroquina, moçambicana, moldava, russa e ucraniana.

Naturalidade	N	%
Portugal	156	75,4%
Angola	2	1,0%
Bangladesh	1	0,5%
Brasil	5	2,4%
Cabo Verde	12	5,8%
China	2	1,0%
Guiné-Bissau	4	1,9%
Hungria	1	0,5%
Marrocos	1	0,5%
EUA	1	0,5%
Moçambique	2	1,0%
Moldávia	6	2,9%
Rússia	5	2,4%
Itália	1	0,5%
Ucrânia	5	2,4%
Índia	1	0,5%
França	1	0,5%
São Tomé	1	0,5%

Quadro 3 – Trabalhadores/as por nacionalidade

vii. Trabalhadores/as segundo o nível de deficiência

No ano em estudo, prestavam serviço no ACM,I.P., 7 efetivos portadores de deficiência atestada por declaração de incapacidade emitida por Junta Médica.

Conforme previsto no Código do IRS e de acordo com o grau de deficiência, estes/as trabalhadores/as beneficiam de uma redução da taxa de retenção na fonte sobre o seu rendimento.

V. HORÁRIO E ABSENTISMO

i. Modalidades de horário

Percentagem de trabalhadores por modalidade de horário

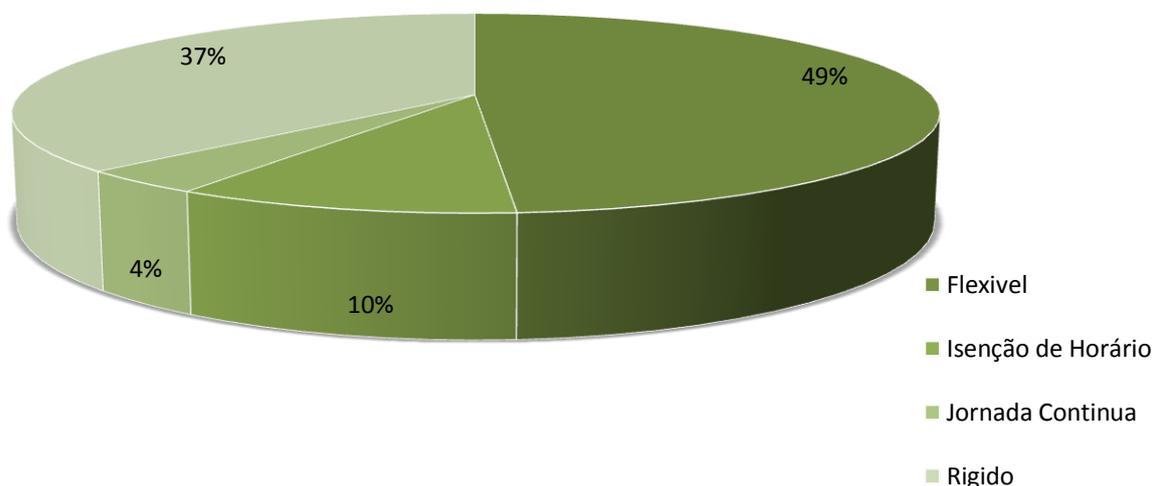


Gráfico 9 - Percentagem de efetivos por modalidade de horário

As modalidades de horário de trabalho praticadas no período em análise foram o horário flexível, rígido, a isenção de horário e a jornada contínua.

A maioria dos efetivos (49%) pratica a modalidade de horário flexível, de 35 horas semanais, com plataformas fixas das 10h00 ao 12h00 e das 14h30 às 16h30, seguindo-se os/as trabalhadores/as com horário rígido, associado às funções de atendimento ao público. Por outro lado, cumprem jornada contínua de 30 horas semanais 4% dos efetivos e tem isenção de horário, 21 dirigentes que representam um total de 10% dos efetivos.

Importa salientar que, 2021, tal como 2020, representou um ano em que a realidade do teletrabalho se verificou bastante presente na organização dos serviços, pela sua utilidade estratégica no combate à pandemia do COVID-19, mas também pela perceção, por parte dos órgãos de gestão deste organismo, da eficácia deste regime de trabalho para a promoção de uma maior conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, objetivo que aliás se refletiu no Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR do serviço, no ano em referência.

ii. Absentismo

Em 2021, o absentismo ascendeu a 5076 dias, ou seja, mais 1680 do que no período homólogo (3 396 dias).

Do total de dias de ausência verificados no ano, a grande maioria, 3505 dias, representam faltas por férias e 1262 dias por doença. As faltas por doença englobam as ausências resultantes de infeção por COVID-19 ou contacto com infetados, o que explica o aumento em 243% nas ausências por este motivo.

Sublinha-se ainda as faltas por proteção na parentalidade que totalizam 142 dias e as faltas para assistência a familiares que totalizam 105 dias.

De forma absoluta o ACM,I.P., apresentou, no ano em referência, uma taxa de absentismo de 3,6%, um valor que se posiciona consideravelmente acima do verificado em 2020 (2,1%).

No quadro 4, observa-se o total dos dias de ausência ao trabalho, discriminados por tipo de falta, carreira/cargo.

Carreiras/Categorias	Casamento	Protecção parentalidade	Falecimento familiar	Doença	Férias	Assistência familiares	Trabalhador estudante	Greve	Totais
Assistente Operacional				43	59				102
Assistente Técnico				124	342	14			480
Assistente Técnico			4	20	45				69
DI de 1º grau					113				113
DI de 2º grau				60	238				298
DS de 1º grau					44				44
DS de 2º grau					17				17
Especialista de Informática			5		47				52
Técnico Superior	15	142	22	1015	2600	91	15	1	3901
Total Geral	15	142	31	1262	3505	105	15	1	5076

Quadro 4 - Absentismo segundo a ocupação do posto de trabalho, por categoria e sexo

Excluídas as ausências por férias, a falta por motivo de doença continua a ser o principal fator de absentismo dos/as trabalhadores/as.

Em 2021, a média de dias de ausência por trabalhador/a, incluindo as ausências “por conta do período de férias”, foi de 27 dias, porém, quando retirados os dias de ausência “por conta do período de férias” afere-se uma média de 8,3 dias de ausência por trabalhador/a, o que se poderá entender como um valor médio/alto do ponto de vista do absentismo.

VI. ADMISSÕES, REGRESSOS E SAÍDAS.

A Administração Pública prima por um princípio de relativa liberdade de circulação de recursos com vista à promoção de uma rotatividade saudável de *know-how*, capacitação e suprimento de necessidades técnicas e operacionais entre organismos.

Em 2021 o ACM,I.P., contou com um total de 38 saídas de pessoal, perfazendo uma taxa de saídas de 18,4% e 61 admissões ou regressos, com uma taxa de admissões de 29,5%, o que se traduz numa taxa de reposição de 160,5%, um valor consideravelmente distante do verificado em 2020 (92,1%) e bastante positivo do ponto de vista da rotação de pessoal, evidenciando não apenas os esforços reunidos para um total substituição de recursos saídos como a intenção de reforço extraordinário das equipas.

É de sublinhar que no âmbito desta contabilização, o conceito de admissão e de saída nem sempre tem um sentido literal, podendo envolver a mobilização interna de recursos humanos, ou seja, tanto a alteração no modo como o/a trabalhador/a ocupa o seu posto de trabalho, como a mudança de carreira por motivo de mobilidade intercarreiras, consolidação da mobilidade, entre outros.

Designação	Categoria	H	M	Total Geral
Comissão de serviço	DI 1º GRAU	1		1
	DI 2º GRAU		2	2
	DS 2º GRAU			0
	DS 1º GRAU			0
Mobilidade interna	AT	1		1
	AT-TS	2	2	4
	TS		4	4
Mobilidade Intercarreiras	TS		1	1
Mobilidade Estatutária	TS		1	1
Procedimento concursal	AT			0
	TS	12	23	35
Protocolo de Cooperação (Mediação)	MT	1	2	3
	MS	1	5	6
Outras situações	TS	2	1	3
Total Geral		20	41	61

Quadro 5 - Admissões e regressos, por carreira/categoria, modalidade e sexo

Designação	Categoria	H	M	Total Geral
Comissão de serviço	TS		1	1
Cessação de comissão de serviço	DI 1º grau		1	1
	DI 2º grau	1	1	2
Cessação mobilidade	AT		1	1
	TS		3	3
Mobilidade interna	Informático	1		1
	TS	3	4	7
Mobilidade intercarreiras	AT	2	2	4
	TS			
Licença sem vencimento	AT	1	1	2
Procedimento concursal	TS		1	1
	AT		1	1
Cessação de mediação	MS	6	8	12
Outras situações				0
Total Geral		14	24	38

Quadro 6 - Saídas por carreira/categoria, motivo e sexo

VII. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

i. Estrutura remuneratória

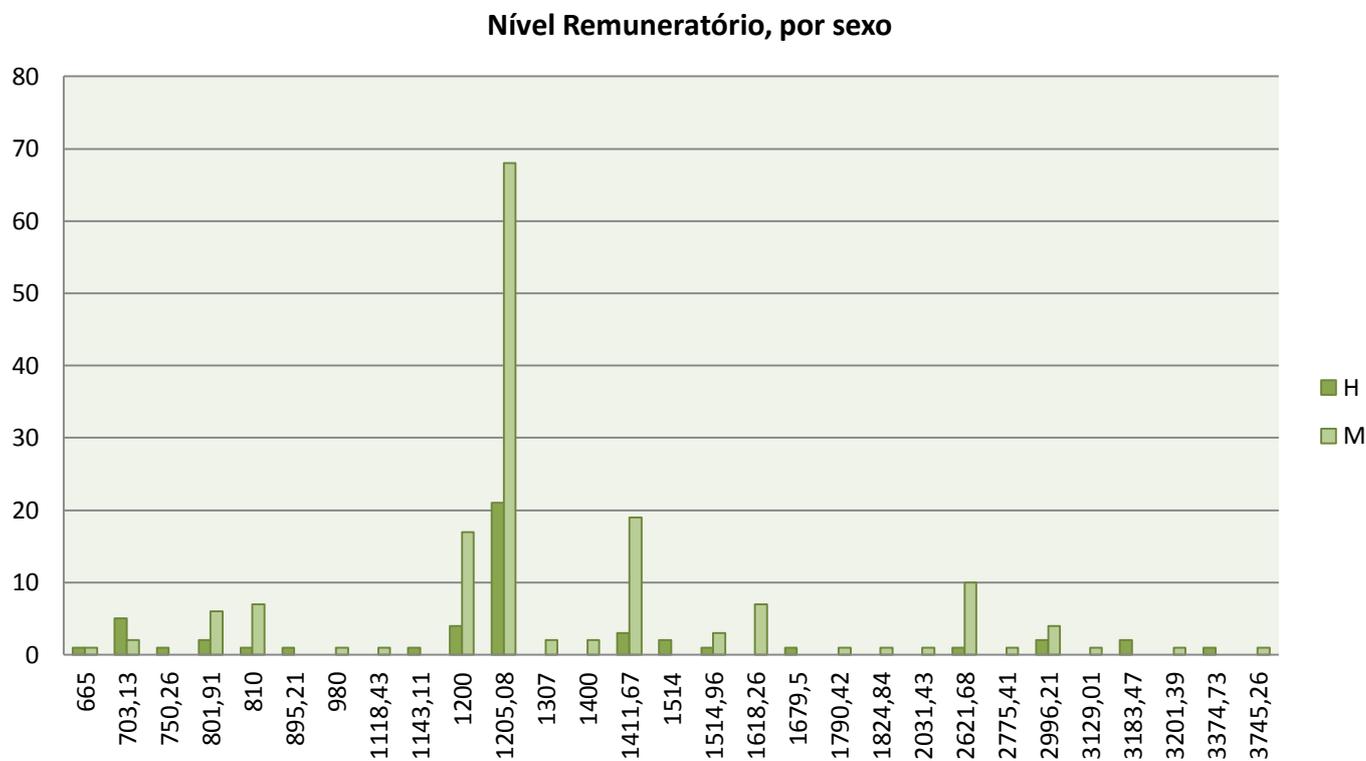


Gráfico 10 - Estrutura remuneratória, por sexo

Analisando o gráfico 10, verifica-se que a moda salarial encontra-se no valor mensal de 1205,1€, 15º posição remuneratória do nível 1 da carreira de Técnico Superior uma vez que congrega 43 % das remunerações pagas.

O valor da remuneração mínima auferida no ACM,I.P., é de 665,0€, na carreira de Assistente Operacional e a remuneração máxima paga é de 3.745,26€, no cargo de Direção Superior de 1º Grau, resultando num leque salarial ilícido (salário máximo/salário mínimo) de 5,6.

ii. Encargos com pessoal

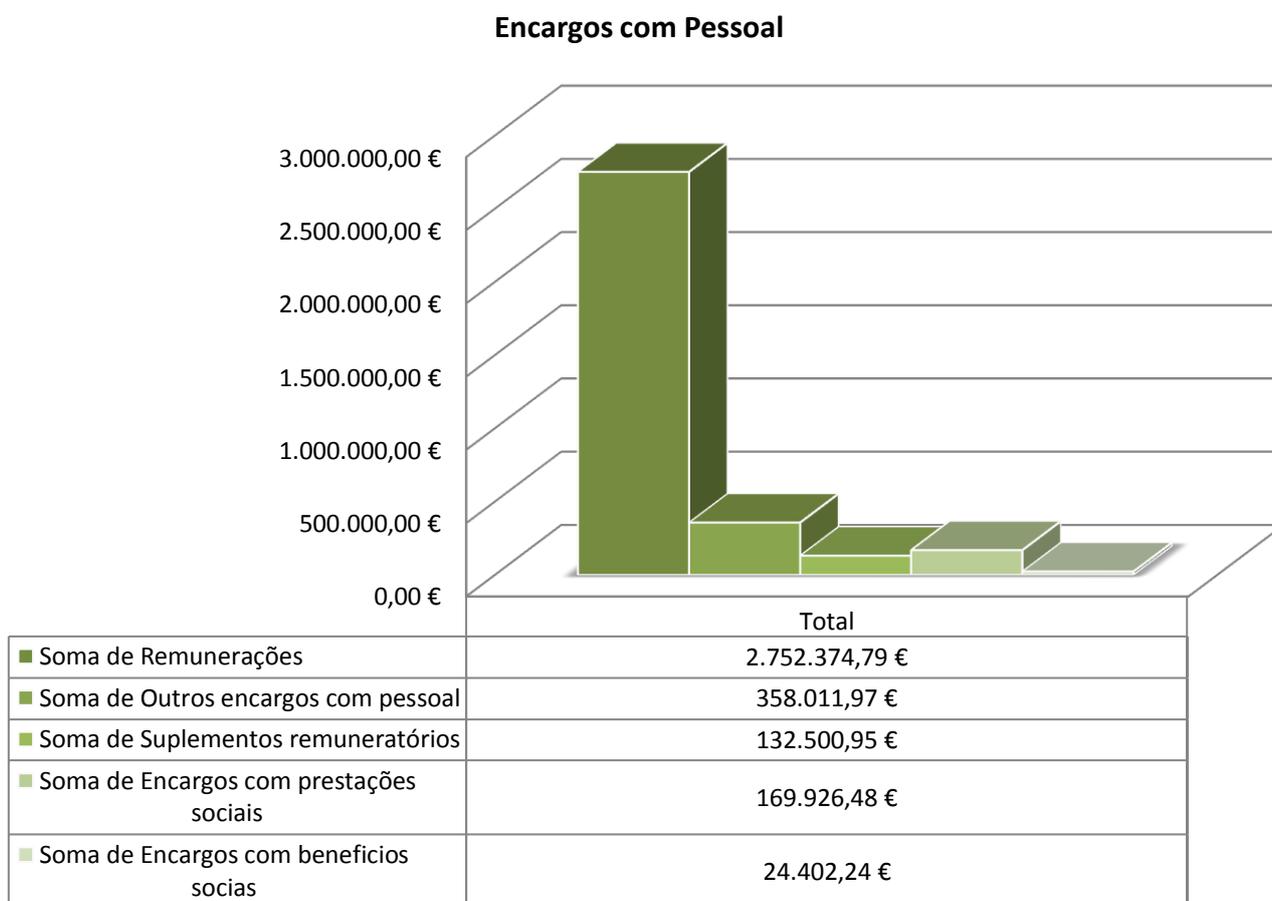


Gráfico 11 - Encargos com pessoal por tipologia

Em matéria de orçamento e despesa, relativamente aos encargos com o pessoal, considerando as principais 5 fontes de despesa distintas, em 2021 a totalidade dos encargos fixou-se nos 3.437.216,43 €, o que representa 16,3% do orçamento de funcionamento do ACM,I.P.,

O gráfico 11 evidencia que o ónus da despesa anual com pessoal foram as remunerações, que representaram um encargo no valor de 2.752.374,79€ ou seja, 80% do total dos encargos com pessoal.

Os restantes encargos - suplementos remuneratórios, prestações sociais, benefícios sociais e outros encargos com pessoal - constituem, portanto, aproximadamente 20% da fatia da remanescente despesa executada.

VIII. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano em análise, à semelhança do que se vem verificando em anos pretéritos, o ACM,IP investiu na formação profissional e elaborou o seu Plano anual de formação propondo-se a qualificar e a valorizar os seus recursos humanos, por forma a adequar o seu desempenho às necessidades dos postos de trabalho que ocupam.

i. Formação Realizada – Balanço

Considerando as significativas alterações que o ACM,IP tem sofrido em matéria de recursos humanos e a experiência vivenciada no ano de 2020, o planeamento da formação implicou uma adaptação da estratégia formativa através de um forte investimento na formação inicial de novos/as trabalhadores/as, na utilização de ferramentas digitais e informatizadas de formação e auto-formação, bem como numa estratégia continua de valorização profissional dos/as trabalhadores/as

Comparativamente ao ano de 2020, em que se encontravam previstas 12 ações de formação e que abrangiam um universo de 409 formandos, verifica-se para o ano de 2021 um grande reforço na concretização de um adicional de ações de formação, com a previsão de 32 ações para um universo de 503 formandos.

O planeamento refletiu algumas áreas chaves de investimento em matéria de formação inicial e continua, designadamente:

- Assuntos Jurídicos
- Línguas
- Comunicação Organizacional e Pessoal
- TIC
- Administração e Políticas Públicas

Atendendo ao compromisso assumido pelo ACM,IP em matéria de Igualdade de Género, com a elaboração de um Plano para a Igualdade 2021, foram igualmente refletidas no Plano de Formação ações em matéria de igualdade de género, a implementar ao longo do ano.

Percentagem de execução do Plano de Formação

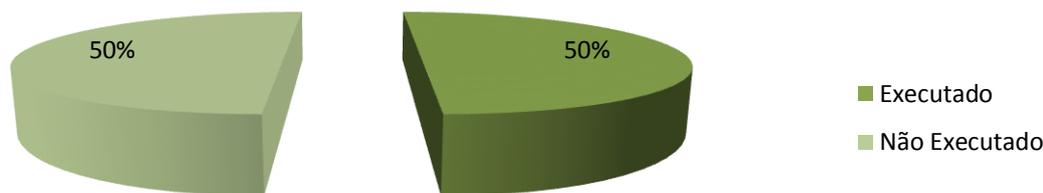


Gráfico 12 - Percentagem de Execução do Plano de Formação 2021

Terminado o período de implementação do plano de formação profissional do ACM,I.P., e apurada a sua execução, constata-se que a concretização do planeamento ficou em cerca de 50% do previsto, na medida em que se afere um nível de concretização em que, num universo de 32 ações planeadas, realizaram-se 16 ações.

Área Formativa	Executado	Não Executado	Total Geral
Administração e Políticas Públicas	5	3	8
Assuntos Jurídicos	5	3	8
Comunicação Organizacional	2	5	7
Gestão de Pessoas	1	1	2
Liderança e Desenvolvimento Pessoal	1	0	1
Línguas Estrangeiras	1	1	2
Tecnologias da Informação	1	3	4
Total Geral	16	16	32

Quadro 7 - Execução por área formativa

Ao nível das áreas formativas com abordagem prevista, identificam-se duas com uma maior execução (3 em 5 ações), nomeadamente, a “Administração e Políticas Públicas” e os “Assuntos Jurídicos”. Por sua vez, a área da “Liderança e Desenvolvimento Pessoal” foi completamente executada, conforme se poderá observar na tabela 2. Em suma, o ACM, I.P., conseguiu garantir a realização de ações de formação em todas as áreas temáticas previstas.

Relativamente às ações de formação realizadas, afere-se a concretização, por via da frequência em uma ou mais ações, de 16, das 32 temáticas formativas previstas.

De forma relativa, dir-se-á que foram então concretizadas 16 ações, porém, de forma absoluta, cada área formativa foi concretizada por via da frequência, em grande parte dos casos, em mais de uma ação de formação sobre a matéria, por recursos humanos distintos.

No que trata às áreas não executadas, retira-se tal conclusão uma vez que, nenhum recurso humano frequentou ações de formação sobre a matéria, no decorrer do ano em referência.

Formação executada	N.º ações	N.º formandos/as	Volume de Horas	% de ações	% de horas
Formação planeada	52	286	3720 h	13%	40%
Formação não planeada	360	1.207	5611 h	87%	60%
Total	412	1.493	9328:30h		

Quadro 8 - Execução da Formação (planeada e não planeada)

Em análise à tabela 4, na esfera das ações de formação não planeadas, englobando neste grupo formações internas e externas., o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., volta a exceder as expectativas, quer em número como em pluralidade e atualidade de temáticas abordadas.

Neste âmbito concretizaram-se 360 ações, no total de 1207 formandos e um volume de 5.611horas.

Por sua vez, no total de ações planeadas e não planeadas, concretizam-se 412 ações, que abrangem 1493 formandos/as, atingindo um volume de 9328:30 horas de formação.

Em termos relativos obteve-se, num universo de 207 trabalhadores/as a exercer funções no ACM, I.P., a frequência em ações de formação de um significativo total de 187 funcionários/as. O que significa que, durante o ano 2021, a esmagadora maioria de funcionários/as recebeu formação.

Destes, 20,5% representam formandos do sexo masculino e 79,5% do sexo feminino, o que é facilmente explicado pela enorme representatividade de mulheres na constituição do ACM,I.P.

Assim, comparativamente ao ano anterior, em que 18% representavam formandos do sexo masculino, e 82% do sexo feminino, verifica-se um ligeiro aumento de formandos do sexo masculino.

Percentagem de frequências por sexo

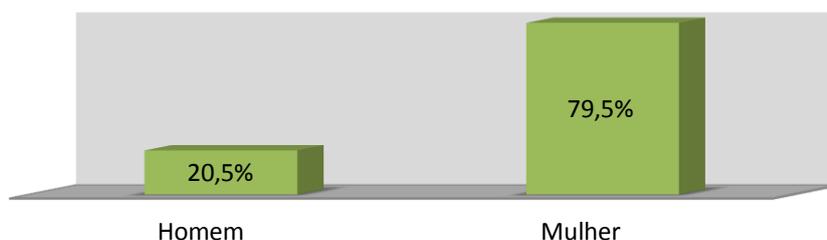


Gráfico 13 - Percentagem de frequências em ações de formação, por sexo

Da formação realizada, verifica-se, como tem aliás tem sido prática nos anos transatos, do total de ações frequentadas, 330 representam formação externa e 82 representam formação interna.

Formação por tipologia

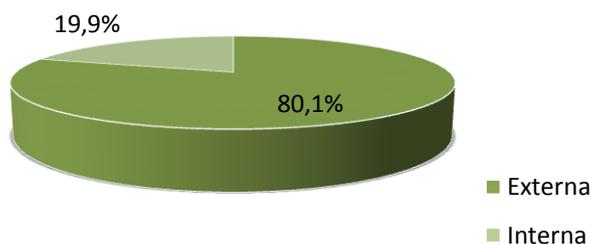


Gráfico 14 - Percentagem de formação frequentada, por tipologia

Formação por modalidade

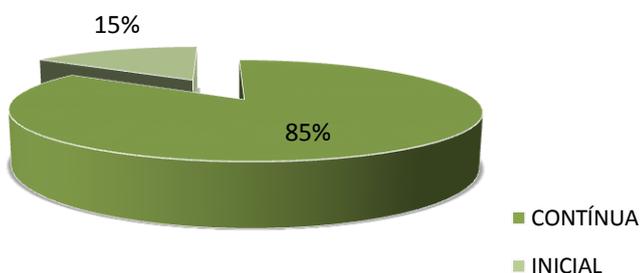


Gráfico 15 - Percentagem de formação frequentada, por metodologia

O ano em referência foi marcado pelo início de funções de 56 novos/as funcionários/as. Face ao contexto de teletrabalho, que diminuiu a interação entre equipas, com a estrutura e com a própria dinâmica de funcionamento do instituto, tornou-se necessário um maior investimento na formação inicial para novos funcionário/as, de forma a aumentar o seu *know-how*, competências e expectativas, quanto às matérias de intervenção do ACM I.P. no seu todo, equipas bem como relativamente aos recursos ao dispor.

Em face do exposto, considerando o gráfico 5 verifica-se que, em 2021, 15% da formação frequentada insere-se no âmbito da formação inicial.

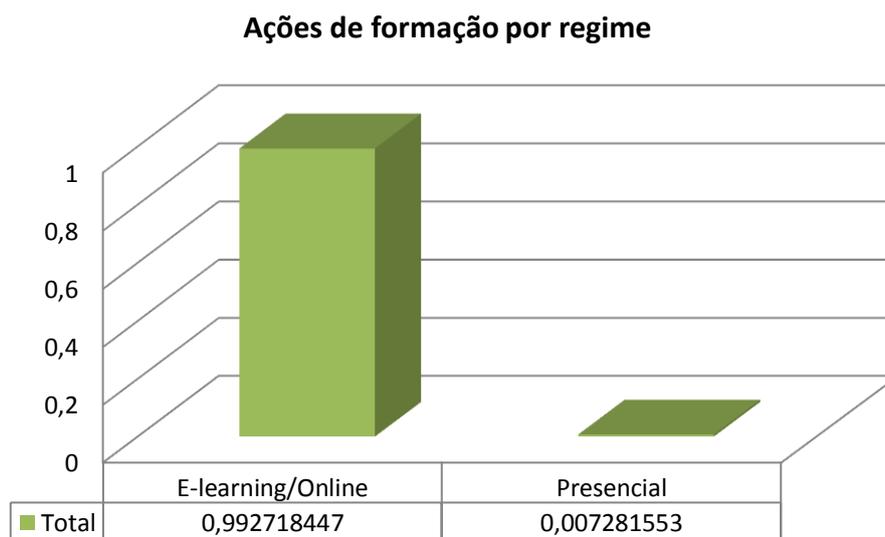


Gráfico 16 - Percentagem de formação frequentada, por regime

Durante o ano de 2021, tal como no ano anterior, devido à pandemia COVID-19, privilegiou-se a formação em regime de *e-learning* ou à distância, pelo que total de ações frequentadas, aproximadamente 99,3% foram realizadas em regime de *e-learning* ou à distância, sendo realizadas presencialmente apenas 0,7% das ações.

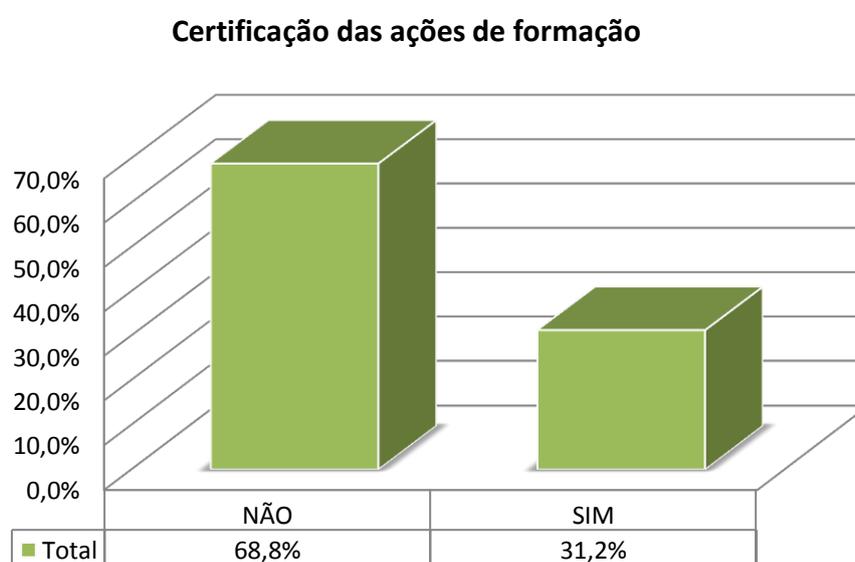


Gráfico 17 - Percentagem de formações frequentadas, por certificação

Em termos de certificações, afere-se uma maior frequência em ações de formação não certificada (68,8%), comparativamente a uma frequência total em ações certificadas fixada nos 31,2%. Estes valores representam um considerável aumento de frequência em formações não certificadas face ao período homólogo, o que poderá ser consequência do visível aumento de frequência em *webinars* e ações de formação de curta duração, à distância, por conta da pandemia e que são, tendencialmente, não certificadas.

Frequências em ações de formação por carreira/categoria

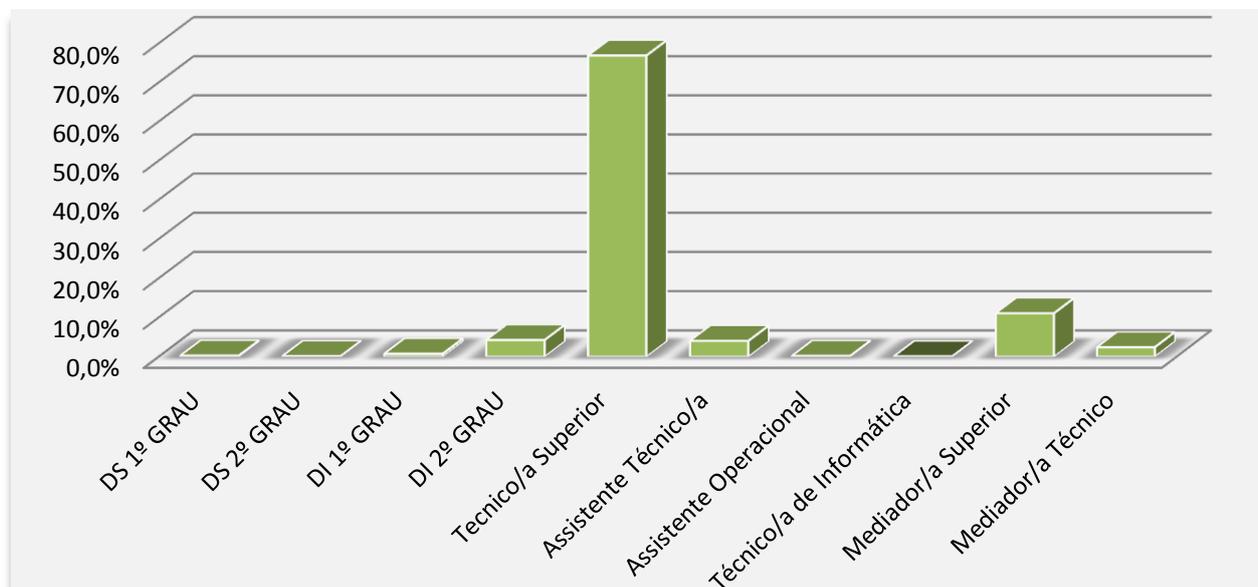


Gráfico 18 - Frequência por Carreira/Categoria

Considerando a frequência em ações de formação por carreira/categoria, verificamos que cerca de 77% foram frequentadas por Técnicos/as Superiores, seguido dos/as Mediadores/as Superiores que totalizam 11% das participações.

Frequência em ações de formação por área geográfica dos/as trabalhadores/as

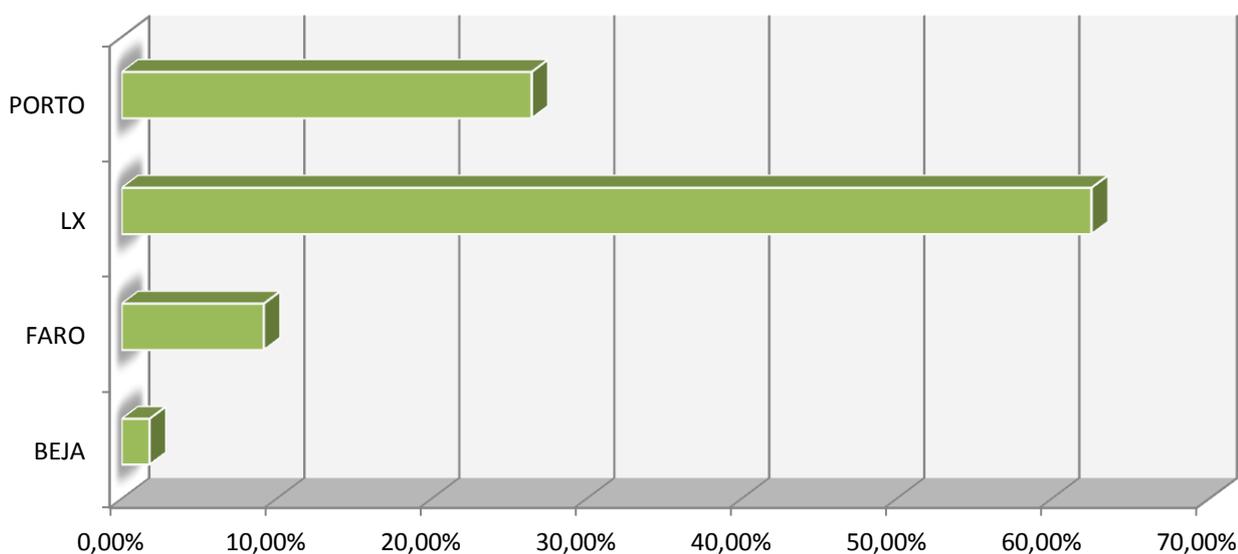


Gráfico 19 - Frequência por área geográfica

Considerando as áreas geográficas dos/as trabalhadores/as, não é de estranhar que 62,56% da formação tenha sido frequentada pelos/as trabalhadores/as de Lisboa, enquanto 26,46% foi frequentada pelos/as trabalhadores/as do Porto, 9,18% pelos trabalhadores/as de Faro e apenas 1,81% pelos trabalhadores/as de Beja.

ii. Encargos com Formação Profissional

Os encargos com a Formação Profissional no ACM, I.P., são previstos atendendo ao somatório das estimativas de custos para a formação planeada, garantindo ainda uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada.

Em matéria de encargos deste Organismo com a Formação Profissional em 2021, foi prevista uma despesa estimada de 67.929,00 €.

No que concerne aos gastos reais inerentes à aplicação do plano de formação, foram despendidos aproximadamente metade do total previsto, com uma despesa fixada nos 37.592,40€, tendo ainda em conta o volume de formações não planeadas concretizadas, algumas delas com encargos financeiros associados.

Comparativamente com o ano anterior, constatou-se este ano um investimento significativo na formação, uma vez que em 2020 o orçamento cifrou-se em 7.169,15.

4. Encargos com formação, Pessoal e Orçamento da entidade		
4.1 Despesas anuais com formação (01.02.06 e 02.02.15)		
	Custos Diretos	37.592,40€
	Custos indiretos	
	Total	37.592,40€
4.2 Fonte Financiamento da Formação		
	Orçamento de Estado	18.947,92€
	Receitas Próprias	8.523,00€
	Financiamento Comunitário	10.121,48€
	Outros	
	Total	37.592,40€
4.3 Encargos totais da entidade com pessoal		4.363.891,93€
4.4. Orçamento executado da entidade		21.060.876,27€

Quadro 9 – Encargos Financeiros

Em suma, certifica-se que a taxa de investimento em formação no ACM,I.P., calculada pelo rácio entre a despesa com as ações de

Taxa de Investimento em Formação	37.592,40	X100 = 0,9%
	4.363.891,93	

formação planeadas e não planeadas e o total de encargos com o pessoal, foi de aproximadamente 0,9% um aumento de 0,7% face ao ano anterior.

IX. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

i. Relações profissionais

No ano de 2021, constam dos registos do Sistema de Recursos Humanos (SRH) 20 trabalhadores sindicalizados, mais 2 do que no ano transato, cujo pagamento das respetivas quotizações sindicais é efetuado através de débito no vencimento. Este número representa uma percentagem de trabalhadores sindicalizados de 11,6%.

Neste âmbito, os sindicatos representados seriam os seguintes:

- Sindicato Nacional do Ensino Superior
- Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo da SGPCM
- Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado
- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública
- Sindicato Trabalhadores Função Pública Sul Regiões Autónomas
- Cofre da Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado

ii. Disciplina

Em 2021, foi instaurado 1 processo disciplinar cuja decisão passou pelo seu arquivamento.

X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e indicadores apresentados neste Balanço Social espelham a realidade, planeamento e gestão de recursos humanos e financeiros do ACM, I.P., ao longo de 2021.

Desta análise destacamos o seguinte:

- ✓ A 31 de dezembro de 2021 o ACM,I.P., contava-se com 207 trabalhadores/as, sendo 173 com vínculo de emprego público e 34 detentores de um vínculo de mediação sociocultural;
- ✓ Em 2021, verificou-se um aumento absoluto de 29 recursos comparativamente ao período transato e de 24 recursos face a janeiro do mesmo ano;
- ✓ Em termos de carreiras, verifica-se uma maior incidência de trabalhadores/as nas carreiras de Técnico/a Superior com um total absoluto de 131 funcionários/as (62,3%) e Mediador/a Superior com um total de 25 técnicos/as (12,07%);
- ✓ Num universo de 207 trabalhadores/as, as mulheres são o sexo mais representado no ACM,I.P., totalizando 157 efetivos para um total de 50 efetivos homens o que resulta numa taxa de feminização situada nos 75,8% o que reflete um aumento em um ponto % comparativamente a 2020 (74,8%);
- ✓ O nível médio etário é de 42,7 anos sendo que, por sexo, a média de idades para as trabalhadoras é de 43,7 anos e para os trabalhadores é de 41,6 anos;
- ✓ A taxa de envelhecimento, que corresponde ao número de trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos (20) sobre o total de trabalhadores do organismo (207) multiplicado por 100, é de 9,7%, um valor que sublinha o envelhecimento dos trabalhadores do organismo face ao ano transato onde a taxa de envelhecimento se situava nos 4,9%;
- ✓ A caracterização dos efetivos em função da antiguidade reflete um nível médio de antiguidade fixado nos 7,9 anos, com uma significativa concentração de trabalhadores/as no intervalo dos 0-4 anos (113).
- ✓ O grau académico predominante no ACM,I.P. é a licenciatura, detida por 67,2% dos recursos em exercício o que reflete uma ligeira diminuição face a 2020 (74,13%) no entanto colmatada com um aumento da taxa de recursos habilitados com o grau de mestre (17,4%);
- ✓ Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento no índice de tecnicidade de aproximadamente 5% refletida em ambos os sexos, fator que se deve ao elevado número de recrutamentos de recursos qualificados, com contrato de trabalho em funções públicas, na carreira de técnico superior, realizados no decorrer do ano 2021;
- ✓ No ano em referência o ACM,I.P., contava com um total de 24,6% de trabalhadores com nacionalidades que não a portuguesa, sendo que deste universo importa destacar que muitos destes já adquiriram a nacionalidade portuguesa;
- ✓ A maioria dos trabalhadores, 49%, pratica a modalidade de horário flexível, de 35 horas semanais;

- ✓ De forma absoluta o ACM,I.P., apresentou, no ano em referência, uma taxa de absentismo de 3,6%;
- ✓ Em 2021, o absentismo ascendeu a 5076 dias, ou seja mais 1680 do que no período homólogo (3 396 dias).
- ✓ Afere-se uma média de 8,3 dias de ausência por trabalhador/a;
- ✓ Em 2021 o ACM,I.P., contou com um total de 38 saídas de pessoal, perfazendo uma taxa de saídas de 18,4% e 61 admissões ou regressos, com uma taxa de admissões de 29,5%, o que se traduz numa taxa de reposição de 160,5%, um valor bastante positivo do ponto de vista da rotação de pessoal que traduz a total substituição de recursos saídos e reforço extraordinário das equipas bem como, consideravelmente distante do verificado em 2020 (92,1%);
- ✓ A moda salarial encontra-se no valor mensal de 1205,1€, 15ª posição remuneratório do nível 1 da carreira de Técnico Superior que congrega 43 % das remunerações pagas;
- ✓ O valor da remuneração mínima auferida no ACM,I.P., é de 665,0€, na carreira de Assistente Operacional e a remuneração máxima paga é de 3.745,3€ no cargo de Direção Superior de 1º Grau;
- ✓ A concretização do planeamento formativo ficou em cerca de 50% do previsto, na medida em que se afere um nível de concretização em que, num universo de 32 ações planeadas, realizaram-se 16 ações;
- ✓ No total de ações planeadas e não planeadas, concretizam-se 412 ações, que abrangem 1493 formandos/as, atingindo um volume de 9328:30 horas de formação.
- ✓ Em 2021, garantiu-se um investimento de mais 30.000,00€ comparativamente ao ano anterior;
- ✓ Em matéria de orçamento e despesa, relativamente aos encargos com o pessoal, considerando as principais 5 fontes de despesa distintas, em 2021 a totalidade dos encargos fixou-se nos 3.437.216,43 €, o que representa 16,3% do orçamento de funcionamento do ACM,I.P.;
- ✓ O ónus da despesa anual com pessoal foram as remunerações que representaram um encargo no valor de 2.752.374,79€ ou seja, 80% do total dos encargos com pessoal;
- ✓ No ano de 2021, constam dos registos do Sistema de Recursos Humanos (SRH) 20 trabalhadores sindicalizados, mais 2 do que no ano transato;
- ✓ Em 2021, foi instaurado 1 processo disciplinar cuja decisão passou pelo seu arquivamento.



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14

1150-025 Lisboa

Tel.: +352 21 810 61 00

Fax: +351 21 810 61 17

www.acm.gov.pt

www.facebook.com/ACMigracoes

acm@acm.gov.pt